

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**INSTITUTO DE GEOGRAFIA PROGRAMA**  
**DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**  
**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: GEOGRAFIA E GESTÃO DO**  
**TERRITÓRIO**

**PRODUTORES DE ABACAXI E O SETOR SUCROENERGÉTICO  
EM CANÁPOLIS-MG: CONFIGURANDO NOVAS  
TERRITORIALIDADES**



**RICARDO DA SILVA COSTA**

**UBERLÂNDIA - MG**

**2014**

**RICARDO DA SILVA COSTA**

**PRODUTORES DE ABACAXI E O SETOR SUCROENERGÉTICO EM  
CANÁPOLIS-MG: CONFIGURANDO NOVAS TERRITORIALIDADES**

Dissertação de Mestrado  
apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em Geografia da  
Universidade Federal de Uberlândia,  
como requisito parcial à obtenção do  
título de mestre em Geografia.

**Área de Concentração: Geografia  
e Gestão do Território.**

**Orientador: Prof. Dr. Rosselvelt  
José Santos.**

Uberlândia - MG

INSTITUTO DE GEOGRAFIA

2014

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

**Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.**

---

C837p  
2014

Costa, Ricardo da Silva, 1985 -  
Produtores de abacaxi e o setor sucroenergético em Canápolis-MG:  
configurando novas territorialidades / Ricardo da Silva Costa. – 2014.  
151 p. : il.

Orientador: Rosselvelt José Santos.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia,  
Programa de Pós-Graduação em Geografia.  
Inclui bibliografia.

1. Geografia - Teses. 2. Pequenos produtores – Canápolis (MG) -  
Teses. 3. Abacaxi - Canápolis (MG) - Teses. 4. Cana-de-açúcar - Canápolis  
(MG) - Teses I. Santos, Rosselvelt José. II. Universidade Federal de  
Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 910.1

---



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Programa de Pós-Graduação em Geografia



**RICARDO DA SILVA COSTA**

**PRODUTORES DE ABACAXI E O SETOR SUCROENERGÉTICO  
EM CANÁPOLIS-MG: CONFIGURANDO NOVAS  
TERRITORIALIDADES**



---

Professor Dr. Rosselvelt José Santos - UFU



---

Professora Drª. Edevaldo Aparecido Souza – UEG



---

Professora Drª. Adriany de Ávila Melo Sampaio – UFU

Data: 19 / agosto de 2014

Resultado: com loucos

## **DEDICATÓRIA**

À minha mãe, Aladir Maria da Silva Costa mulher guerreira, que sempre deu apoio nas dificuldades encontradas pelo caminho e me fez seguir em frente, sempre acreditando nos meus sonhos.

Ao meu irmão, Renato Caetano da Silva, que esteve sempre ao meu lado incentivando e financiando essa jornada de minha vida.

Agradeço minha linda noiva Nayara Gonçalves da Silva e futura senhora Costa, que incentivou muito em todos os meus sonhos e meus planos já há sete anos. Obrigado por estar ao meu lado sempre apoiando, incentivando e obrigado pela ajuda na digitação dos meus fichamentos. Eu te amo amor da minha vida.

Ao meu pai, Vilson Caetano da Costa que sempre me apoiou e incentivou a continuar estudando.

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais: Vilson Caetano da Costa e Aladir Maria da Silva Costa, pessoas de grande sabedoria, nas quais me inspiro.

Ao meu irmão Renato Caetano da Silva, pessoa amiga e companheira do qual obtive muitos conselhos.

A minha noiva, Nayara Gonçalves da Silva, pelo amor, paciência e cumplicidade nesta caminhada.

Ao amigo e orientador, Dr. Rosselvelt José Santos, homem íntegro, inteligente e de extrema sabedoria. Agradeço pelo apoio, paciência e orientação do trabalho.

À Prof.(a) Dra. Adriany De Ávila Melo Sampaio pelas contribuições e ajudas desde o bacharelado.

Ao Bruno Caetano Rezende de Souza pela companhia nos trabalhos de campo.

Aos meus amigos do Laboratório de Geografia Cultural e Turismo (Jean, Leomar, Jaqueline, Mônica, Paulo Irineu, Arlete, Rosselvelt, Edevaldo, Hebert, Cássio, Antônio Miranda, Marília, Antônia, Luana, Nelson, Raphaela, Arley, Fernando, Carlos e Jéssica), espero não ter esquecido ninguém, caso tenha acontecido me perdoe.

Aos companheiros de campo Rosselvelt, Jaqueline e Mônica, viajamos muito durante esses anos, conhecendo muita gente e percorrendo muitos quilômetros.

Aos membros da banca de defesa de projeto, Prof. Me. Paulo Irineu e Prof.(a) Dra. Adriany, foram muito importantes para a maturação das ideias.

Aos membros da banca de qualificação, Prof.(a) Dra. Adriany e Prof. Dr. Edevaldo, pelas preciosas observações, as quais foram muito importantes para a finalização da dissertação.

Aos sujeitos da pesquisa, pela ajuda e receptividade os quais proporcionaram novos conhecimentos e abriram novos horizontes para a realização da pesquisa.

Aos amigos do arquivo público e da Casa da Cultura de Canápolis em especial a diretora da casa de cultura Roberta Santana Braga, pelo apoio e disponibilização das informações históricas do município.

À Michelle pela prontidão em traduzir o resumo.

Aos companheiros do instituto de Geografia, Henrique, Thiago, Lúcia, João Fernandes e Yara, estavam sempre disponíveis para prestar esclarecimentos ou ajuda de qualquer natureza.

Ao prof. Dr. João Cleps pelas dicas de referências para leitura e pelas conversas durante o curso.

A todos que contribuíram para a realização da pesquisa e que não foram aqui mencionados, devido a esquecimento de momento, deixo registrado o sincero agradecimento.

## EPÍGRAFE

### O camponês

Silvio Brito

Eu era um camponês feliz, o verde era minha estrada, no peito carrego a cruz, no ombro carrego a enxada. (2x)

O campo era minha vida, o meu mundo, minha morada, meu canto alcançava o vento, chamando pela boiada.

Ao meu lado a flor da serra, a mocinha cismadera que pra uns é amor pra um dia, mas pra mim é pra vida inteira.

Eu era um camponês feliz, o verde era minha estrada, no peito carrego a cruz, no ombro carrego a enxada. (2x)

Os galhos dos ingazeiros, sobre as águas cristalinas, dos riachos das pedreiras e os cavalos nas campinas, são imagens de um tempo que o progresso me tirou, hoje frutos de saudade de um pomar que já secou.

Eu era um camponês feliz, o verde era minha estrada, no peito carrego a cruz, no ombro carrego a enxada. (3x)



## RESUMO

A pesquisa foi realizada no município de Canápolis, localizado na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, no estado de Minas Gerais. Para poder compreender como surgiu o município analisou-se no primeiro capítulo a sua formação territorial, onde enfatiza-se análise de estórias e documentos históricos. No segundo capítulo enfatizamos as políticas públicas que concretizaram as plantações de cana na área de estudo, acarretado pela instalação das duas usinas sucroalcooleiras e as intemperes causadas pela inserção das lavouras de cana-de-açúcar em dois momentos, década de 1980 (primeira expansão das lavouras) e década de 2000 (segunda expansão das lavouras). O terceiro capítulo corresponde ao estudo dos vínculos territoriais dos produtores de abacaxi, no município de Canápolis mostrando as (re)invenções dos pequenos produtores de abacaxi para manter-se cultivando o fruto mesmo com as dificuldades oferecidas pelo arrendamento de terras. No quarto capítulo elenca-se a festa do abacaxi realizada na cidade como possibilidade de compreender a condição dos produtores de abacaxi em Canápolis, pois, se trata de um evento onde os produtores se encontram e dialogam sobre a vida e as tensões decorrentes do processo de reocupação da cana, mostrando implícita e explicitamente suas territorialidades. A festa também é usada como possibilidade de fortalecimento dos vínculos territoriais dos produtores de abacaxi no município. Com o avanço do agronegócio principalmente o canavieiro, os produtores de abacaxi sofreram e reagiram às imposições de várias ordens e tiveram que se (re)adequar para continuar produzindo e existindo como produtores rurais. Percebe-se que a partir da presença do usineiro e do capital a ele associado, os lugares dos produtores de abacaxi passaram por transformações tanto na paisagem quanto no cotidiano. Diante dessa situação, problematizou-se sobre a condição dos pequenos produtores de abacaxi, ou seja, com o avanço da cana, em que áreas eles vão produzir? Como vão negociar o acesso a terra? Será possível sobrar área para esses pequenos produtores rurais continuarem no espaço rural produzindo gêneros de primeira necessidade? Como se resolvem ou não se resolvem os estranhamentos? Diante desse jogo de interesses, fomos nos aproximando cada vez mais dos pequenos produtores de abacaxi e procuramos identificar e analisar a sua real condição socioespacial e se de fato estão sendo “engolidos” pelas grandes lavouras de cana-de-açúcar. Para compreender situação/condição social dos sujeitos da pesquisa foi necessário considerar as suas formas de agirem ou reagirem à presença das lavouras de cana, que os rodeiam. A empiria foi alcançada nos trabalhos de campo e a partir deles observou-se, descreveu-se e analisou-se as paisagens da cana, sua dinamicidade e implicações nos modos de vida e vínculos territoriais. As falas dos sujeitos seguidas de análise derivam de vários períodos de vivências que estabeleceu-se com pequenos produtores de abacaxi, que vivem ou tem suas lavouras de abacaxi cercados pela cana.

**Palavras Chave:** Pequenos produtores de abacaxi. Paisagem. Território. Lugar. Cana-de-açúcar. Modos de vida. Vínculos territoriais. Festa.

## RÉSUMÉ

L'enquête a été menée dans la municipalité du comté de Canápolis situé dans la région centrale de Triangulo Mineiro / Alto Parnaíba, dans l'état de Minas Gerais. Examiné dans le premier chapitre de la formation territoriale du comté où l'accent a été d'analyser les histoires et les documents historiques afin de comprendre comment la ville est venue. Dans le deuxième chapitre, nous insistons sur les politiques publiques qui se sont matérialisées plantations de canne à sucre dans la municipalité, appelées par l'installation de deux usines de canne à sucre et intemperes causés par l'insertion des cultures de canne à sucre, à deux reprises, 1980 (première extension des cultures) et 2000 (deuxième extension des cultures). Le troisième chapitre correspond à l'étude des liens territoriaux de producteurs d'ananas dans la municipalité de Canápolis montrant les (re) petits exploitants inventions d'ananas à continuer à cultiver les fruits, même avec les difficultés offertes par le bail. Dans le quatrième chapitre, nous énumérons l'ananas fête organisée dans la ville comme une possibilité de comprendre la situation des producteurs d'ananas dans la municipalité de Canápolis donc c'est un événement où les producteurs se rencontrent et le dialogue sur les tensions, montrant implicitement et explicitement leur territorialité. Le parti est également utilisé comme une occasion de renforcer les liens de producteurs d'ananas territoriales dans le comté. Avec l'avancée de l'agrobusiness principalement la canne à sucre, les producteurs d'ananas ont souffert et ont réagi les impositions de divers ordres et a dû (re) production et l'adaptation de continuer à vivre comme les agriculteurs. On remarque que la présence de l'usine de sucre et la capitale associé, les producteurs d'ananas ont lieux subi des transformations dans le paysage et la vie quotidienne des producteurs. Compte tenu de cette situation, nous critique sur la condition des petits producteurs d'ananas, c'est à dire, à l'avance des zones de canne où ils produiront? Comment va exister et de produire? Restera zone possible pour ces petits agriculteurs restent sur la terre produire des aliments de base? Comment sont résolus ou non résolus de l'étrangeté? Compte tenu de cet ensemble d'intérêts, s'approchaient de plus en plus les petits producteurs d'ananas et de chercher à identifier et analyser leur situation socio-spatiale réelle et, en fait, sont "débordés" par les grandes cultures de la canne à sucre. Cependant, il est important d'examiner les moyens d'agir ou réagir à la présence de la canne à sucre qui les entourent. Nous avons effectué le travail de terrain pour observer les paysages de la canne à sucre et d'étudier la dynamique des moyens d'existence des producteurs d'ananas, de penser des liens territoriaux. Les résultats empiriques issus de vivencias nous établissons avec les petits producteurs d'ananas qui vivent ou qui ont leur cultures d'ananas entouré par la canne à sucre.

**Mots-clés:** les petits producteurs d'ananas. Paysage. Territoire. Place. Le sucre de canne. Modes de vie. Ancrage territorial. Partie.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 01 – Engenho do José de Paula Gouveia em 1935 .....	31
Imagem 02 – Primeiro Prefeito Olídio José Robeiro (à esquerda) e Vice-prefeito Vítalino José de Queiroz (À direita) eleitos do município de Canápolis em 1953.....	35
Imagem 03 – Chegada de tratores e posto de gasolina na década de 1950 .....	39
Imagem 04 – Convite para as atividades envolvendo produtores de abacaxi - Frente do convite .....	130
Imagem 05 – Convite para as atividades envolvendo produtores de abacaxi - Verso do convite .....	130
Figura 01 – Fases do padrão agrícola brasileiro e formação do CAI: 1950-1985 .....	53
Mosaico 01 – Usos de tecnologias nas lavouras de abacaxi em Canápolis – primeira à esquerda: sistema de irrigação nas lavouras de abacaxi – Segunda: uso de coberturas nos canteiros de abacaxi .....	91
Mosaico 02 – Etapas da produção da cachaça numa propriedade localizada no município de Canápolis – primeira fotografia à esquerda: engenho, onde esmaga a cana – à direita: Tanque de fermentação.....	105
Mosaico 03 – Etapas da produção da cachaça – à esquerda: Alambique – no centro: resfriador – a direita: a cachaça saindo do resfriador.....	106

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 01 – Atual Praça 14 de julho em Canápolis em 2013.....	32
Fotografia 02 – Forma para fabricação de rapadura. ....	33
Fotografia 03 – Igreja matriz do município de Canápolis em 2013.....	40
Fotografia 04 - Cachoeira do Cerrado no ano de 2013.....	41
Fotografia 05 – Parque de lazer e Turismo de Canápolis – Joaquim de Paula Gouveia “Loló” em 2013.....	42
Fotografia 06 – Estrada para trânsito de treminhões no município de Canápolis no ano de 2012 .....	72
Fotografia 07 – Imagem do abacaxi na entrada da cidade de Canápolis.....	87
Fotografia 08 – Lavoura de abacaxi localizada no município de Canápolis em 2013 .....	92
Fotografia 09 – Trabalhadores da lavoura de abacaxi de Canápolis em 2013. ....	94
Fotografia 10 – Lavouras de cana-de-açúcar e abacaxi no município de Canápolis. No primeiro plano observamos a lavoura de abacaxi e em segundo plano observa-se a lavoura de cana-de-açúcar no município de Canápolis em 2013.....	95
Fotografia 11 – Vacas leiteiras após a lactação – Município de Canápolis 2012....	101
Fotografia 12 – Gado bovino para engorda no município de Canápolis MG em 2013 .....	102
Fotografia 13 – Empresa prestadora de serviço de dedetização agrícola.....	108
Fotografia 14 – Peões na estrada rural de Canápolis em 2013 .....	118
Fotografia 15 – Queijo e rapadura: Elementos simbólicos da recepção do pequeno produtor do município de Canápolis em 2013.....	120
Fotografia 16 - Escultura em forma de abacaxi no trevo principal da cidade de Canápolis em 2012 .....	122
Fotografia 17 – Placa da identificação do nome da Rua 05 com o símbolo do abacaxi em 2012 .....	123
Fotografia 18 – Placa da identificação do nome da Rua 06 com o símbolo do abacaxi em 2012 .....	123
Fotografia 19 – Empresa de alimentos tendo como logomarca o abacaxi .....	125
Fotografia 20 – Símbolo Católico: Imagem da Nossa Senhora da Aparecida na porteira da fazenda localizada no município de Canápolis em 2012.....	125
Fotografia 21 – Cartaz de divulgação da festa do abacaxi de Canápolis.....	128
Fotografia 22 – A festa do abacaxi parque de exposição Dr. Sandoval Ferreira da Silva em Canápolis em 2012.....	131
Fotografia 23 – Vestuários da cultura “country” dividindo espaço com o abacaxi...	131
Fotografia 24 – Barraca de alimentação enfeitada com o tema da festa – Canápolis 2012 .....	133

## LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 01 – Identificação dos entrevistados .....	25
Quadro 02 – Número de tratores em estabelecimentos agropecuários no Brasil, Sudeste e Minas Gerais – série histórica (1970/1985). ....	54
Quadro 03 – Usinas instaladas na região do Triângulo Mineiro a partir do ano de 2000 .....	67
Quadro 04 – Relação das unidades produtoras cadastradas no Departamento da cana-de-açúcar e Agronergia na região do Triângulo Mineiro até o ano de 2014.....	68
Quadro 05 – Área Plantada de soja e milho no município de Canápolis.....	78
Quadro 06 – Preço do alqueire mineiro de terra para compra e venda no município de Canápolis a partir do ano de 2000 .....	115
Quadro 07 – Preço do alqueire mineiro de terra para compra e venda no município de Canápolis a partir do ano de 2007 .....	115
Gráfico 01 – Área plantada de cana-de-açúcar no município de Canápolis 1990-1999 .....	62
Gráfico 02 – Área plantada (hectares) de cana-de-açúcar no município de Canápolis - MG .....	82
Gráfico 03 - Quantidade produzida (toneladas) de cana-de-açúcar no município de Canápolis- MG .....	83
Gráfico 04 – Área plantada de arroz no município de Canápolis - MG .....	84
Gráfico 05 – Área plantada de feijão no município de Canápolis- MG .....	85
Gráfico 06 – Quantidade de abacaxi produzido no Município de Canápolis .....	88
Gráfico 07 – Área plantada de abacaxi no Município de Canápolis .....	89
Gráfico 08 – Número de cabeças de gado bovino do município de Canápolis do ano de 1980 até 1984 .....	99
Gráfico 09 – Número de cabeças de gado bovino do município de Canápolis do ano de 2000 até 2012 .....	100

## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 01 – Localização da área de estudo.....	22
Mapa 02 – Configuração territorial de Canápolis MG.....	36
Mapa 03 – Municípios após emancipação... ..	37
Mapa 04 – Localização das Usinas Sucroalcooleiras do Município de Canápolis MG. .....	59
Mapa 05 – Uso de solo do Município de Canápolis MG no ano de 1980.....	61
Mapa 06 – Localização das Usinas Sucroalcooleiras e dos projetos de usinas na Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba .....	69
Mapa 07 – Mapa de uso de solo do município de Canápolis em 2010 .....	80
Mapa 08 – Deslocamento de pessoas para participar da festa do abacaxi no município de Canápolis em 2012 .....	129

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ATR – Açúcar Total Recuperável

CAI – Complexo Agroindustrial.

CEPAC - Centro de Excelência em Pesquisa e Inovação em Petróleo, Recursos Minerais e Armazenamento de Carbono.

DOE – Departamento de Energia.

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

EMGOPA - Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

MME – Ministério de Minas e Energia.

POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados.

PROÁLCOOL – Programa Nacional do Alcool.

PRODECER – Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento Agrícola da Região dos Cerrados.

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural.

UFU - Universidade Federal de Uberlândia.

UNICA – União da Indústria de Cana-de-açúcar.

## SUMÁRIO

Dedicatória.....	V
Agradecimentos.....	VI
Epígrafe .....	VIII
Resumo .....	IX
Résumé .....	X
Lista de ilustrações .....	XI
Lista de fotografias .....	XII
Lista de quadros e gráficos.....	XIII
Lista de mapas .....	XIV
Lista de abreviaturas e siglas .....	XV
Introdução.....	18
1 - Canápolis: Formação territorial e suas territorialidades - da fazenda Córrego do Cerrado a um município mineiro.....	28
1.1 Formação do Município.....	29
1.2 Décadas posteriores à criação do município: Consolidação territorial da cidade.....	38
1.3 O algodão.....	43
1.4 A percepção do Território Canapolense.....	47
2 - As políticas públicas que propiciaram a chegada/expansão das Usinas Sucroalcooleiras no município, nas décadas de 1980 e 2000. ....	50
2.1 As políticas da década 1980 .....	53
2.2 As políticas no Cerrado e no Triângulo Mineiro .....	56
2.3 As Políticas da década 2000: .....	63
2.4 Canápolis 2014 .....	70
3. Os vínculos territoriais a partir das relações sociais dos produtores de abacaxi .....	74



3.1 As Produções Agrícolas do município de Canápolis .....	78
3.2 As territorialidades no/do cultivo do abacaxi .....	85
3.3 Pecuária .....	97
3.4 Cachaça Artesanal .....	104
3.5 Vínculos territoriais.....	107
4. A dimensão simbólica da produção do abacaxi no município de Canápolis e as suas manifestações na festa .....	112
4.1 As preocupações e aflições dos pequenos produtores .....	114
4.2 Os simbolismos do abacaxi.....	121
4.3 A festa: aspectos da representação dos pequenos produtores de abacaxi .....	126
Considerações finais .....	139
Referência .....	145

## INTRODUÇÃO

No início do século XXI, em ritmo frenético aconteceu a expansão das lavouras de cana-de-açúcar no território nacional. Essa expansão ocorreu devido a altos investimentos do capital privado e de políticas públicas voltadas para autossuficiência energética do país, justificada pela viabilidade ambiental e com a propaganda de combustível “ecologicamente correto”. Neste contexto socioeconômico e ambiental altamente favorável as fontes de energia “limpa”, a opção pelo Etanol, projetou o Brasil no cenário mundial como um importante produtor/fornecedor de combustíveis renováveis.

O Brasil e os Estados Unidos da América no ano de 2007 assinaram um acordo para pesquisa e desenvolvimento de biocombustíveis, o que propiciou o avanço no setor.

Neste contexto, pode se compreender os objetivos dos investimentos no setor sucroalcooleiro. Trata-se de considerar o surgimento de tecnologias, como por exemplo, os veículos bicompostíveis ou *flex-fuel* (geração de motores que usam dois combustíveis ao mesmo tempo). Essa tecnologia foi lançada, no Brasil, em maio de 2003 pela montadora Volkswagen. O primeiro automóvel *flex-fuel*, produzido no Brasil foi o Gol 1.0, logo a montadora foi seguida, por outros fabricantes. Em meados da década 2000, quase todas as montadoras estabelecidas no Brasil ofereciam a opção de carros com bicompostível, principalmente as montadoras dos carros ditos populares.

Retomado as tecnologias do setor automobilístico da década de 1970, tem-se neste período o lançamento dos programas Estatais<sup>1</sup> para a fabricação de veículos movidos apenas a álcool (Etanol). Esses veículos com uso exclusivo de etanol foram fabricados por mais de duas décadas, deixando de serem produzidos em 2006. Um dos motivos encontrado para o encerramento da fabricação dos veículos movidos a

---

<sup>1</sup>No final ano de 1975 foi criado por decreto o Proálcool (Programa Nacional do Álcool) o programa seria um instrumento essencial da política energética estabelecida no Brasil, com a criação do Proálcool, a cana-de-açúcar volta ter grande importância no cenário econômico brasileiro, ela passou a exercer um papel fundamental na balança comercial, pois com a produção de álcool combustível, reduziu a dependência energética (petróleo) do Brasil.

álcool foi o lançamento no mercado carros com motor 1.0, os quais não tinham versão à álcool, e assim fez com que veículos à álcool perdessem espaço no mercado.

Devido às políticas públicas, as indústrias sucroalcooleiras se instalaram em quase todo o território nacional, mas no século XXI, o direcionamento dos investimentos ocorreu para o estado de Minas Gerais. O Estado implementou políticas de favorecimento para o setor sucroenergético, como a isenção de alguns impostos, financiamentos, dentre outros subsídios.

Nesta conjunção, em 2006, o Estado mineiro investiu 1 bilhão de dólares no setor sucroalcooleiro conforme informações da Secretaria do Estado e Desenvolvimento Econômico do Governo de Minas Gerais.

Após os investimentos do Estado, segundo o IBGE/SIDRA (2007) a área plantada passou de 496.933 hectares para 715.628 mil hectares cultivados de cana-de-açúcar no ano de 2009. No contexto desse crescimento de área cultivada várias, práticas sociais, costumes, vínculos territoriais e os próprios produtores rurais foram envolvidos em processos de mutações do espaço que implicaram em desarticulação das formas de produção.

Como exemplo dessas transformações aceleradas e de relevantes impactos socioespaciais no cerrado mineiro, citamos o caso da cultura do algodão que no ano de 2000 ocupava uma área plantada de 1500 hectares. Depois de uma década, em 2010, essa área foi reduzida para de 95 hectares<sup>2</sup>.

O processo acelerado de reocupação da região do Triângulo Mineiro também pode ser analisado quando nos remetemos ao cultivo da cana-de-açúcar. Nesta região, em menos de uma década, os municípios receberam dezesseis usinas de álcool e açúcar. Vários fatores concorreram para que o Triângulo Mineiro viesse a tornar-se espaço/alvo desses investimentos, fatos que veremos no decorrer do trabalho.

O setor sucroalcooleiro foi favorecido por políticas de governo e de estado voltadas para as áreas de Cerrado. A partir de recursos públicos, o setor foi

---

<sup>2</sup> Fonte IBGE/SIDRA, 2010.

garantindo produção e produtividade. A infraestrutura espacial disponibilizada pelo Estado garante uma logística que possibilita aos usineiros ganhos importantes para competir no mercado internacional.

Outros fatores preponderantes são a qualidade dos solos e a disponibilidade de áreas para compra e arrendamento. As condições dos solos, clima, água e tecnologia também proporcionam safras de cana-de-açúcar sem interrupções. Algumas usinas conseguem moer praticamente o ano todo.

O deslocamento dos investimentos de capitais vinculados ao setor sucroalcooleiro para o Cerrado mineiro decorreu de contextos muito específicos. Na região Nordeste, nas áreas tradicionais de cultivo da cana, os usineiros foram afetados pela limitada oferta de terras e o seu alto valor. Nos estados de São Paulo e Paraná além dos mesmos problemas enfrentados no Nordeste, a concorrência com produtos como a soja e o milho reduziram as margens de lucro dos investidores.

No ano de 2014, são vinte e três usinas instaladas e em funcionamento, mais onze projetos de implantação desses complexos agroindustriais no Triângulo Mineiro.

Nesta pesquisa, a área de estudo é o município de Canápolis. Trata-se de um município que abriga duas usinas, as quais se encontram em pleno funcionamento. Os dois empreendimentos, juntos ocupam, no mesmo município uma área de cultivo de cana-de-açúcar de aproximadamente 29 mil hectares<sup>3</sup>. Analisando esse processo de reocupação percebemos que, as lavouras de cana-de-açúcar ocupam 35% da área total de Canápolis.

A presença e ação reprodutiva das duas usinas redefiniram profundamente as paisagens do município. A Usina DAMFI - Destilaria Antônio Monti Filho produz etanol, e a Usina Laginha Agro Industrial S/A., mas conhecida como TRIÁLCOOL produz etanol e açúcar. Com a expansão das lavouras de cana as áreas que sofreram redução, foram às áreas ocupadas com pastagens, assim como aquelas destinadas à produção do abacaxi. Em menor escala estão os gêneros alimentícios, já que estes ocupavam menores áreas. Como a materialização da produção de

---

<sup>3</sup> Fonte IBGE previsão de safra para 2013.

etanol e açúcar é percebida mais facilmente na paisagem alterada, decidimos encaminhar essa pesquisa problematizando a condição dos territórios dos pequenos produtores de abacaxi.

No município, o cultivo da fruta abacaxi faz parte de sua história, entretanto foi a partir da década de 2000 que aconteceu mudanças significativas no espaço com importantes implicações nas relações sociais de produção envolvendo as pessoas que viviam da cultura do abacaxi. No município, os produtores rurais tiveram que se adaptar e se envolver em (re)arranjos socioespaciais, promovendo saídas para amenizar os impactos decorrentes, por exemplo da inflação no preço da terra e da mão-de-obra. Os modos de vida desses produtores tradicionais também foram afetados, inclusive promovendo entre eles desistências em produzir o fruto.

No entanto, as lavouras de abacaxi continuam fazendo parte da paisagem rural de Canápolis. Neste processo de reocupação de áreas agricultáveis do município não se tem apenas investimentos de capitais, mas tensões sociais que indicam, entre sujeitos sociais, disputas por áreas, defesa do território. Essencialmente, trata-se de tensões que anunciam buscas por melhores oportunidades de remuneração dos capitais investidos no campo e de permanência de produtores tradicionais no espaço rural.

No contexto dessas tensões, assumem importância, as questões sociais e econômicas, sendo que as principais problemáticas encontradas derivam das condições de trabalho, rentabilidade dos processos produtivos, áreas de plantio, degradação do solo, dentre outras.

No caso do abacaxi há retrações no que se refere à área plantada. Os produtores continuam sofrendo imposições do setor sucroalcooleiro, principalmente quanto ao mercado de terras. Com o aumento do custo do arrendamento o qual foi inflacionado pelos usineiros que conseguem fazer as melhores propostas e propor contratos de longo prazo, inclusive com adiantamento de parcelas em dinheiro.

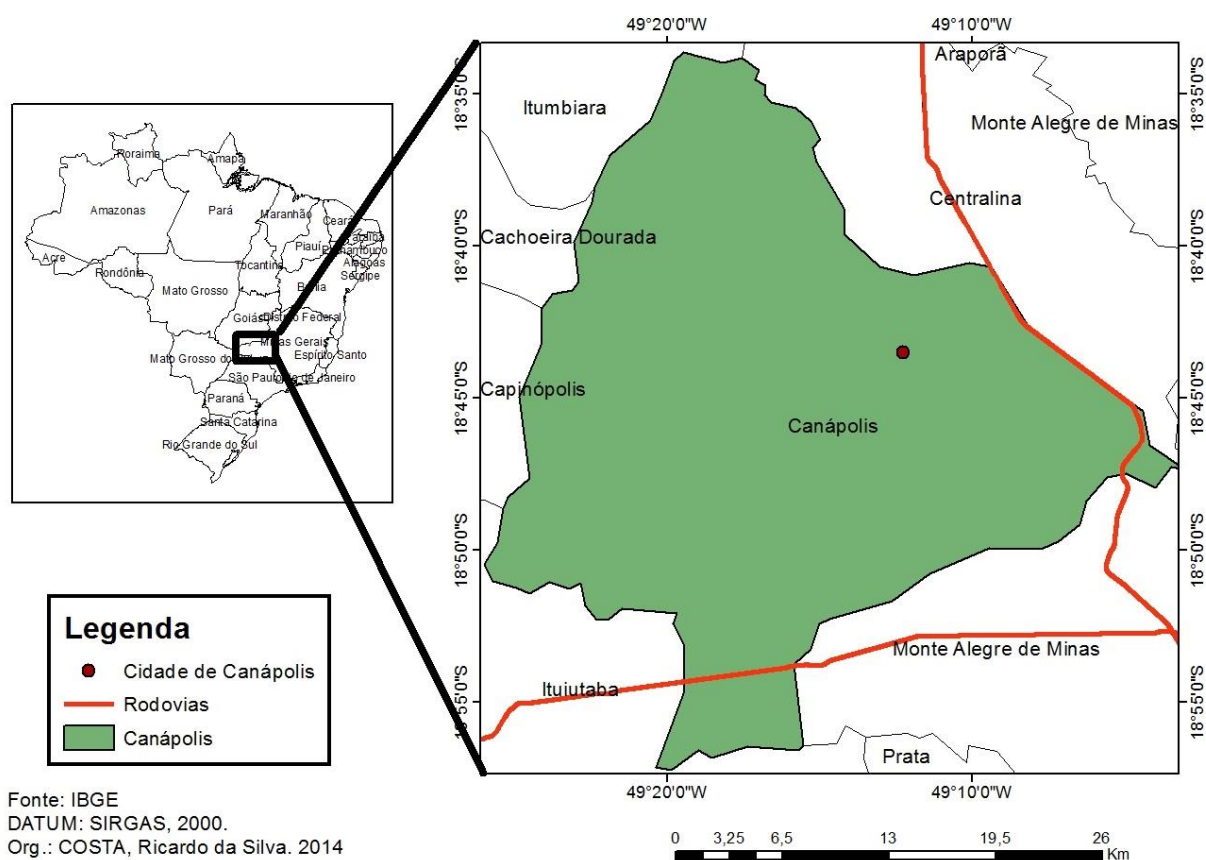
Para além dos aspectos econômicos, no que se refere às interações das famílias e dos pequenos produtores com o espaço reocupado, com o usineiro, com os donos de terra, observamos dificuldades dos produtores rurais em manterem

seus projetos de vida e vários de seus costumes relacionados aos seus modos de vida e a produção dos meios de vida.

Na prática as tensões são fabricadas e atingem fortemente a existência dos produtores de abacaxi. As estruturas recentes do Estado e das usinas sucroalcooleiras inviabilizam a existência do sistema tradicional. Algumas lavouras de abacaxi vão sendo encurraladas entre a lavoura de cana e as áreas de proteção ambiental. Os produtores da fruta perdem espaço, perdem território e na condição de encurralados correm o risco de serem criminalizados por plantarem suas roças perto ou dentro das áreas de preservação permanente.

Canápolis (Mapa 01), segundo estimativas do IBGE 2010, apresenta uma população de 11.365 habitantes. Sua economia é baseada na agropecuária, onde se destacam os plantios de abacaxi, e grãos, como milho e soja.

Mapa 01 – Localização da área de estudo.



Ainda segundo o IBGE, Canápolis possui uma área territorial de 83.973,7 hectares, sendo que no ano de 2012, de acordo com IBGE/SIDRA (2012)

aproximadamente 30% das terras já se encontram (re)ocupadas com lavouras de cana.

Diante dessa situação de transição e de territórios em disputa essa pesquisa se justifica como um estudo voltado para as questões relacionadas à condição de existência do produtor de abacaxi; sua capacidade de produção, principalmente tecnológica, seus saberes e fazeres; estratégias de convivência com o setor sucroalcooleiro, tornando-se necessário analisar a forma com que este produtor estabelece as suas territorialidades em um espaço reocupado pelo grande capital monopolista.

Pensar a problemática da condição dos produtores tradicionais do município de Canápolis sob o avanço das lavouras de cana-de-açúcar é necessariamente pensar a precariedade da sua existência interligada e ou subordinada ao modo de produção capitalista. Sistema que segundo Harvey (2004)

O sistema capitalista é, portanto, muito dinâmico e inevitavelmente expansível; esse sistema cria uma força permanentemente revolucionária, que, incessante e constantemente, reforma o mundo em que vivemos [...] No sistema capitalista, as muitas manifestações de crise [...] podem, desse modo, remontar à tendência básica da superacumulação. Como não há outras forças compensatórias em ação dentro da anarquia competitiva do sistema econômico capitalista [...] (HARVEY, 2005, p.43-46).

Torna-se também importante e necessário incluir nos estudos sobre a expansão do setor sucroenergético os impactos e crises socioespaciais da cana-de-açúcar na desarticulação da produção agropecuária, em especial o abacaxi e suas implicações no modo de vida das pessoas que produzem aquele fruto. Certamente as lavouras de cana-de-açúcar interferiram na produtividade e no abastecimento de produtos perecíveis, como, frutas e verduras, assim como de produtos de alimentação básica do trabalhador e no encarecimento da reprodução dos trabalhadores locais. Neste estudo interessa decifrar as estratégias que o produtor de abacaxi acaba desenvolvendo para defender o seu território.

Pelo exposto o estudo procura desvendar a partir das práticas socioculturais de produção e de inserção ao mercado e por intermédio delas a condição socioterritorial da existência local do produtor de abacaxi em relação ao espaço reocupado. Também incluímos no estudo a importância dos vínculos territoriais e

suas implicações em ações que podem estar, no lugar, resultando em combinações e estratégias deste produtor para desenvolver suas formas de organização no lugar, bem como compreender como os produtores tradicionais vivem/existem nos lugares a partir das tensões impostas pelo setor sucroenergético.

A abordagem dos sujeitos pesquisados ocorreu de duas formas: a primeira foi em suas residências tanto na área rural como no perímetro urbano do município de Canápolis, MG. A segunda abordagem foi no campo, em meio às lavouras de abacaxi. Sendo que, em ambas as abordagens, nós nos apresentamos como pesquisadores e detalhamos o nosso tema de pesquisa. Na sequência, perguntamos ao pesquisado se ele aceitava participar e conversar conosco.

A partir desse diálogo, iniciávamos um exercício de comparação entre o teórico e o empírico, tendo o cotidiano como elemento primordial. Os vínculos territoriais dos pequenos produtores de abacaxi apresentavam-se como uma forma de oposição às grandes lavouras de cana. É importante destacar que neste trabalho de pensar a existência do diferente em um espaço onde a homogeneização se apresenta como tendência, o empírico foi decisivo. No campo, por exemplo, foi possível conhecer vários aspectos dos modos de vida e neles as suas “angústias e alegrias, envolvendo o cotidiano do pesquisado”. O acompanhamento das festas, das reuniões comunitárias também se tornou importante, pois nelas pode se observar como eles expressam suas opiniões sobre o que acontece com eles.

Desta experiência percebemos que a teoria e o empirismo podem dialogar e possibilitar várias conquistas, inclusive na construção de caminhos que permitem “novos” conhecimentos sobre as pessoas, os grupos humanos que vivem no município de Canápolis. Em nosso trabalho não iremos identificar o nome do entrevistado, iremos caracterizá-lo em nossa pesquisa como “entrevistado”, seguido pelo número.

Trabalhamos na pesquisa com dez entrevistados a partir da definição do número dez, o qual foi avaliado como necessário, pois era representativo de um grupo social que apresentava um contingente de mais de 180 famílias<sup>4</sup> em um espaço em redefinição. Esse número foi sugerido ao comitê de ética da

---

<sup>4</sup> Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 2006.



Universidade Federal de Uberlândia. Os sujeitos da pesquisa são formados por proprietário rural locatário, proprietário rural pecuarista, produtor de abacaxi, dono da terra, produtor de cachaça e produtor de abacaxi arrendatário. Todos os entrevistados são pequenos produtores de abacaxi. Além destes sujeitos entrevistamos, trabalhadores rurais na área de cultivo do fruto, trabalhadores da pecuária e ex-trabalhadores do cultivo do algodão. Para elucidar a inserção das entrevistas no texto e forma de proteger a identidade das pessoas, construímos o quadro 01.

Quadro 01 – Identificação dos entrevistados.

Entrevistado	Faixa etária (Aproximada)	Nomenclatura utilizada no texto
Proprietário rural (locatário)	40 anos	Entrevistado 1
Proprietário rural pecuarista	25 anos	Entrevistado 2
Produtor de abacaxi (dono da terra)	35 anos	Entrevistado 3
Produtor de cachaça	60 anos	Entrevistado 4
Produtor de abacaxi (arrendatário)	35 anos	Entrevistado 5
Moradora da Cidade de Canápolis	30 anos	Entrevistado 6
Ex-Trabalhador rural (algodão)	80 anos	Entrevistado 7
Produtor de abacaxi (arrendatário)	50 anos	Entrevistado 8
Trabalhador rural (abacaxi)	30 anos	Entrevistado 9
Trabalhador rural (pecuária)	30 anos	Entrevistado 10

Org.: COSTA, Ricardo da Silva, 2014.

Os sujeitos pesquisados foram escolhidos considerando-se o tipo de produção (abacaxi e pecuária) e o tamanho da área (módulo fiscal<sup>5</sup>: pequena propriedade<sup>6</sup>). A pesquisa não teve como intenção ouvir os grandes proprietários e os usineiros, pois entendemos que é importante compreender como se dá o processo de reocupação do espaço e suas implicações socioterritoriais na ótica dos pequenos produtores.

Para analisar os processos de reocupação do espaço; suas implicações no território dos produtores de abacaxi; suas formas de permanência/existência e como esses sujeitos sociais estão se arranjando, social e culturalmente com a redução de oferta de áreas para o arrendamento estabelecemos quatro capítulos.

<sup>5</sup> É uma unidade de medida, expressa em hectare, fixada para cada município, instituída pela Lei n.º 6.746, de 10 de dezembro de 1979. O município de Canápolis fixou o valor em 30 hectares.

<sup>6</sup> Caracterizada como até 4 módulos fiscais.

No primeiro capítulo, trabalhamos com os aspectos da história da formação do município, tendo como categoria chave o território, na visão de autores como Almeida (2005); Haesbaert (2005); Santos, M (2009); Saquet (2006); entre outros. Para compreender a formação do município, visitamos os órgãos públicos (casa da cultura e arquivo público municipal), a fim de conhecer e entender a dinamicidade socioterritorial do município. Neste capítulo identificamos também o cultivo do algodão como sendo o primeiro produto a ser comercializado em grande escala.

No segundo capítulo discutimos as questões políticas que acarretaram a instalação das duas usinas sucroalcooleiras no município. A construção do segundo capítulo sucedeu em dois momentos. No primeiro momento tratamos da expansão das usinas na década de 1980 e em um segundo momento abordamos a expansão das lavouras de cana-de-açúcar na década de 2000. Década importante, pois no período de dez anos ocorrem as maiores modificações socioterritoriais no município. Nessa década os usineiros e fornecedores de cana ampliaram as lavouras, aumentando consideravelmente, na região, a pressão sobre o arrendamento. Tendo como consequência a modernização da agricultura e suas alterações na paisagem de Canápolis.

Ao final deste segundo capítulo reunimos subsídios para problematizar a existência do produtor de abacaxi, bem como analisar a situação socioterritorial daqueles sujeitos que na construção das duas usinas ou com a imensa quantidade de cana plantada não se “retirou” do território ameaçado pela reocupação do espaço.

No terceiro capítulo, o enfoque foi a produção de Abacaxi no município de Canápolis. O município destaca-se na produção de abacaxi, principalmente o abacaxi da variedade havaiano, sendo a maior produção em Minas Gerais. Visitamos pequenos produtores para observar, descrever e analisar as estratégias produtivas que estão realizando para manter a produção mesmo com uma menor área disponível. O texto corresponde aos estudos dos vínculos territoriais dos produtores de abacaxi, analisando as faces do agronegócio, tendo como recorte temporal a década de 2000.

Com o avanço do agronegócio principalmente o canavieiro no município os produtores de abacaxi vem sofrendo imposições de várias ordens e tiveram que se (re)adequar para continuar produzindo e se mantendo como produtores rurais. Percebe-se que a partir da presença do usineiro e do capital a ele associado, o lugar passa por transformações tanto na paisagem quanto no cotidiano dos produtores.

No quarto capítulo trabalhamos a festa do abacaxi no território tencionado pelo cultivo da cana. Elencamos a festa do abacaxi realizada na cidade como possibilidade de compreender a condição dos produtores de abacaxi do município de Canápolis, pois, se trata de um evento onde os produtores se encontram e dialogam sobre as suas condições e as possibilidades sócio-produtivas existentes. A festa também é analisada na perspectiva de gerar possibilidade de fortalecimento dos vínculos territoriais dos produtores de abacaxi no município.

Utilizamos como referência para confecção do trabalho a norma da ABNT NBR 14724:2011, a qual apresenta as regras a serem seguidas na elaboração da dissertação, como por exemplo: o uso de imagens, fotografias e gráficos, elas devem ser inseridas em local próximo ao trecho onde são mencionadas. Sua identificação aparece na parte superior, precedida da palavra designativa, seguida de seu número de ordem de ocorrência no texto, em algarismos arábicos, do respectivo título e/ou legenda explicativa de forma breve e clara. Na referida referência, a fonte deve constar na parte inferior.

## **1 - CANÁPOLIS: FORMAÇÃO TERRITORIAL E SUAS TERRITORIALIDADES - DA FAZENDA CÓRREGO DO CERRADO A UM MUNICÍPIO MINEIRO**

Neste capítulo trabalhamos com objetivo de esclarecer a formação do município de Canápolis, examinando os fatos importantes, que concretizaram a sua emancipação. As informações e dados históricos que compõem o capítulo foram pesquisados junto ao arquivo público municipal e da casa de cultura de Canápolis.

No presente capítulo, fizemos uma revisão teórica, pesquisa de campo, e coleta de dados em fontes primárias e secundárias. Buscamos informações no arquivo público da prefeitura para poder entender as dinâmicas de criação/formação de Canápolis, MG.

Examinando a história da formação de Canápolis fomos conhecendo os processos que deram início a formação territorial do município. O território como processo é uma maneira importante de pensar a dinâmica de constituição do município, pois, as comunidades rurais, a religiosidade das pessoas, as festas são elementos importantes para compreendermos o fortalecimento dos vínculos das pessoas com os lugares e, portanto, do estabelecimento das suas territorialidades.

Nesta perspectiva é importante e necessário considerar a cultura dos seus moradores, pois segundo Claval (2002)

O objetivo da abordagem cultural é entender a experiência dos homens no meio ambiente e social, compreender a significação que estes impõem ao meio ambiente e o sentido dado às suas vidas. A abordagem cultural integra as representações mentais e as reações subjetivas no campo da pesquisa geográfica. (CLAVAL, 2002, p. 20)

A cultura torna-se importante para analisar o território, pois em Canápolis, percebemos que os moradores criaram vários significados e representações simbólicas para cada local, nos permitindo a partir das localidades compreender também as territorialidades dos produtores de abacaxi. Pensar na cultura como ponto de partida é importante para assim, analisar a problemática da condição dos

pequenos produtores do Cerrado canapolense sob o avanço do agronegócio bem como os efeitos das imposições tecnológicas.

O espaço reocupado pelo agronegócio<sup>7</sup> foi sofrendo e impondo redefinições a partir do estreitamento das relações e ligações do campo e da cidade. No município de Canápolis, a cidade atende a várias demandas do agronegócio e as necessidades das pessoas, cujas ligações com os lugares<sup>8</sup> são estreitadas, principalmente com os bancos, fornecedores de insumos, máquinas agrícolas, empresas de assistência técnica, dentre outras instituições.

Assim, ao analisarmos a formação do município, logo percebemos que se trata de um complexo processo de reocupação, redefinição e revalorização dos espaços fundamentados na apropriação de recursos naturais, principalmente solos e água. Portanto, a emancipação do município foi impulsionada pelas articulações políticas e de interesses econômicos fortemente vinculados aos donos de terra, tornando-se necessários amplos estudos.

## 1.1 Formação do Município

José de Paula Gouveia (Zeca Paula), proprietário da fazenda Córrego do Cerrado<sup>9</sup>, localizada no Município de Monte Alegre de Minas, doou em 14 de julho

---

<sup>7</sup> Segundo Fernandes (2005, p. 4863) Agronegócio é o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. Esse modelo não é novo, sua origem está no sistema plantation, em que grandes propriedades são utilizadas na produção para exportação. Desde os princípios do capitalismo em suas diferentes fases esse modelo passa por modificações e adaptações, intensificando a exploração da terra e do homem. Agronegócio é uma palavra nova, da década de 1990, e é também uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista. O latifúndio carrega em si a imagem da exploração, do trabalho escravo, da extrema concentração da terra, do coronelismo, do terratenientes, do clientelismo, da subserviência, do atraso político e econômico.

<sup>8</sup> De acordo com Tuan, (1983, p.153) Lugar é uma pausa no movimento. Os animais incluindo os seres humanos, descansam em uma localidade porque ela atende a certas necessidades biológicas. A pausa permite que uma localidade se torne um dentro de reconhecimento de valor [...] os homens o fazem, e este fato contribui para a intensidade de sentimento de lugar.

<sup>9</sup> A fazenda foi adquirida em 1924, pertencia ao município de Monte Alegre, atual Monte Alegre de Minas. Como em sua área se localizava a cachoeira e o córrego do Cerrado, O senhor Zeca Paula nomeou, como topônimo, a sua fazenda de: “fazenda Córrego do Cerrado”.

de 1934, para a Prefeitura cinco hectares, os quais serviriam para fundação de um novo povoado.

Nas fazendas da região tinha-se um grande número de pessoas que trabalhavam, desenvolvendo atividades ligadas a pecuária e a agricultura. Esses trabalhadores muita das vezes não tinham casa e nem propriedade no campo, como empregados moravam distantes do restante da família e passavam boa parte do tempo trabalhando no engenho de cana-de-açúcar ou nas lavouras. Algumas pessoas conseguiam voltar para casa no mesmo dia outras passavam a semana na fazenda, indo para o encontro familiar apenas aos domingos.

Como os engenhos de cana-de-açúcar funcionavam para suprir a demanda de produtos como açúcar mascavo, rapadura, melado e pinga, a saída dos trabalhadores ocorria aos domingos, pois era o único dia livre. Este dia era tido como sagrado e reservado para a fé. Logo que o padre visitava as comunidades apenas aos domingos e apenas neste dia era possível, mesmo sem uma capela, cumprir-se como o compromisso religioso. No restante dos dias os trabalhadores tomavam conta das lavouras e do engenho<sup>10</sup>.

“Zeca Paula” tinha instalado na sua fazenda um engenho (imagem 01) e uma serraria. Os empreendimentos usam vários trabalhadores e seus equipamentos, tais como moenda e serra funcionavam a partir da força das águas. O trabalho braçal era desempenhado por um importante contingente de mão-de-obra. A fazenda empregava vários trabalhadores. Com o objetivo de suprir as necessidades de mão-de-obra do engenho e da serraria, compreende-se as razões pelas quais o proprietário dos empreendimentos fez a doação de área, fixando esses trabalhadores no entorno. Consequentemente, os primeiros moradores do povoado que vai deram origem a Canápolis foram os trabalhadores despossuídos de terras ou de qualquer meio de produção.

---

<sup>10</sup> Engenho é o nome dado a uma unidade especializada na transformação da cana-de-açúcar em açúcar ou outros derivados, como o melaço, rapadura ou a cachaça.

Imagem 01 – Engenho do José de Paula Gouveia em 1935.



Fonte: Casa de Cultura de Canápolis, acessado em 2013.

Como podemos observar na imagem 01 o engenho era organizado e comportava uma produção em série, dividido por seções, tais como destilaria, envasamento, rotulagem, armazenamento e comercialização.

Com o crescimento do povoado, a prefeitura de Monte Alegre (atual Monte Alegre de Minas) doou os terrenos para quem quisesse viver no arraial que deu origem a cidade de Canápolis. Com a migração de trabalhadores o dono dos empreendimentos foi ampliando os seus negócios e em 1938 o senhor Zeca Paula pleiteou a elevação do povoado à condição de distrito, (mapa 02). Seu pedido foi atendido pelo Decreto lei nº 148, de 17 de dezembro de 1938, e debaixo de uma árvore da fazenda, foi lavrada a ata de criação do povoado. A árvore que compunha o cenário da cerimônia de criação do distrito ficava onde hoje se localiza a Praça 14 de julho (Fotografia 01).

Fotografia 01 – Atual Praça 14 de julho<sup>11</sup> em Canápolis em 2013.



Fonte: COSTA, R. S, 2013.

O nome escolhido para o novo distrito foi em homenagem à principal atividade econômica empreendida na fazenda e na região desde a década de 1930. A principal atividade era o cultivo de cana-de-açúcar, resultando o nome “Canápolis”<sup>12</sup>.

Famosa na região, a produção de cachaça continua sendo obtida a partir do caldo de cana. A garapa, ou caldo de cana fica armazenado para fermentação<sup>13</sup>. Depois é destilado. Já na produção de açúcar, o caldo de cana é levado a grandes tachos de cobre, e submetido a fogo brando até atingir o "ponto", ou seja, se transformar em melado. Esse adoçado é transferido para o gamelão<sup>14</sup>, onde duas pessoas usando uma enxada de madeira ou pá mexem o melado até dar a liga para torna-se rapadura. Essa liga então é distribuída em formas retangulares (fotografia 02), dispostas em uma bancada, onde permanece até esfriar.

<sup>11</sup> A praça possui o topônimo de “14 de julho”, pois, foi a data em que ocorreu a doação das terras para a prefeitura, para a construção de Canápolis.

<sup>12</sup> O topônimo Canápolis significa cidade da cana (cana + polis do grego cidade).

<sup>13</sup> Veremos com mais detalhe a forma de produção de cachaça no capítulo 3.

<sup>14</sup> Recipiente de madeira.



Fotografia 02 – Forma para fabricação de rapadura.



Fonte: COSTA, Ricardo da Silva, 2013.

A fotografia 02 refere-se às formas para a produção de rapadura, sendo que em cada forma é possível fazer 12 rapaduras de mais ou menos 1 quilo cada. Após a retirada da forma a rapadura está pronta para o consumo e pronta para a venda.

Em 1938 Canápolis configurava como distrito de Monte Alegre (mapa 02) o qual já possuía lideranças políticas, e o número de moradores demandava certa organização urbana. O distrito de Canápolis, já era servido por linhas de transporte que lhe permitiam uma existência em rede de diversas trocas com as cidades vizinhas. A primeira construção iniciada desde a doação das terras para a formação do povoado foi a igreja<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> Segundo documentos da casa de cultura, a igreja, teve sua construção iniciada em 1934, foi concebida após uma grande seca. Para atrair a misericórdia de Deus e as chuvas voltarem, foram realizadas novenas em honra de São Sebastião e Nossa Senhora Sant'Ana. No primeiro dia, com a presença de uma imagem sagrada de São Sebastião trazida pelos padres franciscanos missionários, choveu na região. As obras tiveram fim em 1936; seus construtores foram João Mattanolli (pedreiro), José Fagundes da Costa e João Batista Barcelos (carpinteiros), e Sebastião de Freitas (pintor).

O município começava, a ter outras opções de transporte além do cavalo e do carro de boi: a jardineira<sup>16</sup>, um veículo automotor coletivo, começava a fazer o trajeto do distrito até as cidades mais desenvolvidas, como Uberlândia, o qual distava 100 quilômetros. Os meios de transportes impunham aos viajantes uma viagem que duravam até nove horas. As jardineiras cobriam outros destinos, sendo os mais procurados eram os municípios de Ituiutaba, MG, e Itumbiara, GO.

Assim, a coordenação da criação do distrito continuou a cargo de Zeca Paula, mediante procuração da Prefeitura, com a doação de terrenos para quem quisesse morar na nova localidade, com todos os incentivos possíveis para que logo os trabalhadores se tornassem moradores.

Neste período (década de 1930) o povoado já contava com uma estrutura que permitia aos moradores pleitear maior autonomia política. Contava com diversas casas e alguns serviços, como ensino, farmacêuticos (que faziam o papel de médicos também) e destacamento policial.

Em 1933 pelo decreto lei nº 28 de 13 de março, foi criada a primeira escola, com o nome de Escola Municipal Cundungo<sup>17</sup>, que posteriormente foi chamada Escola Canápolis e em seguida Escola Felizardo Fontoura. As professoras eram contratadas por prazos indeterminados e muitas delas eram filhas dos fazendeiros da região.

No ano de 1939 foi criado no distrito o cartório civil e notarial para serem realizados ali mesmo os registros de batismo e outros serviços do gênero; o primeiro escrivão foi Juvenal Vasconcelos. Assim o distrito começou a ganhar força e destaque. Já surgia no povoado comércios de seco e molhados; selarias e lojas de armarinhos.

O comércio era geralmente do tipo de vendas, daquele que vendiam todos os tipos de produtos, desde gêneros alimentícios até material de construção. Posteriormente sugeriram outras lojas, como a loja de tecidos de João Tanús e hotéis. O distrito já contava com luz elétrica; usina construída em 1940 por Filóteo de

---

<sup>16</sup> Veículos que se assemelhavam aos ônibus que trafegam transportando pessoas em nossas cidades e rodovias.

<sup>17</sup> O nome da escola era em homenagem ao Córrego e a fazenda Cundungo.

Godoy, utilizando a força da Cachoeira do Cerrado. No ano de 1940, foi instalado também um posto da Empresa de Correios e Telégrafos.

Entre as décadas de 1930 e 1940 o crescimento do distrito foi se intensificando, registrando uma média de construção de dez casas por mês. Isso fez com que o trabalho com olarias se desenvolvesse no entorno do distrito, gerando empregos e fazendo com que mais pessoas viessem viver no povoado. Seu desenvolvimento foi incrementado nesse período, principalmente, devido a chegada de diversos novos moradores, para o trabalho em lavouras.

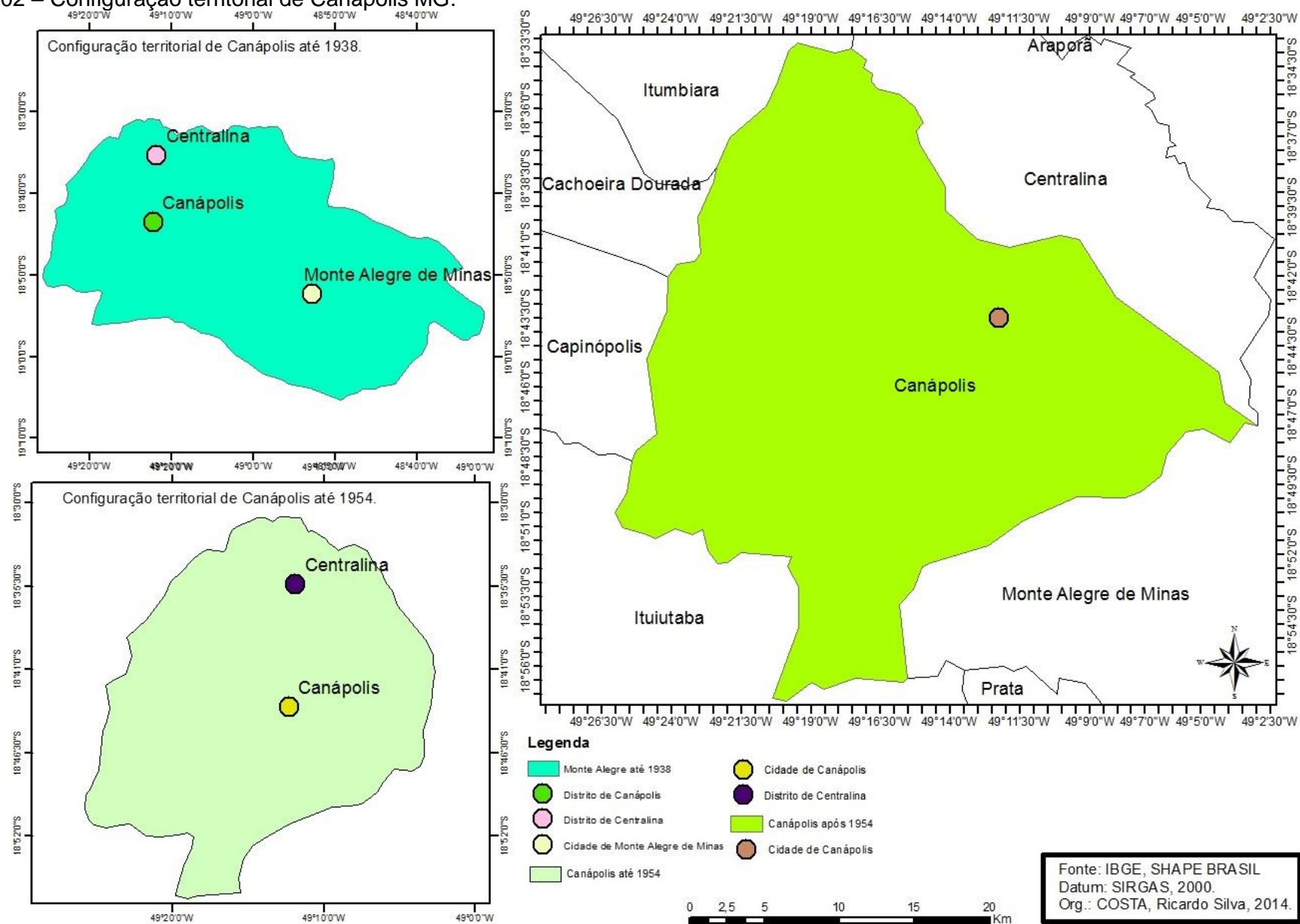
No ano de 1948 o distrito requereu a sua emancipação política (mapa 02), sendo elevada a categoria de cidade pela lei Estadual nº 336 de 27 de dezembro do mesmo ano. A prefeitura foi instalada em 15 de março de 1949, tendo como intendente Claudemiro Pena Fernandes, que logo foi substituído por Lincoln Sete Câmaras, que ocupou o cargo até 1953, quando foi eleito o primeiro prefeito, Olídio José Robeiro (imagem 02).

Imagem 02 – Primeiro Prefeito Olídio José Robeiro (à esquerda) e Vice-prefeito Vítalino José de Queiroz (À direita) eleitos do município de Canápolis em 1953.



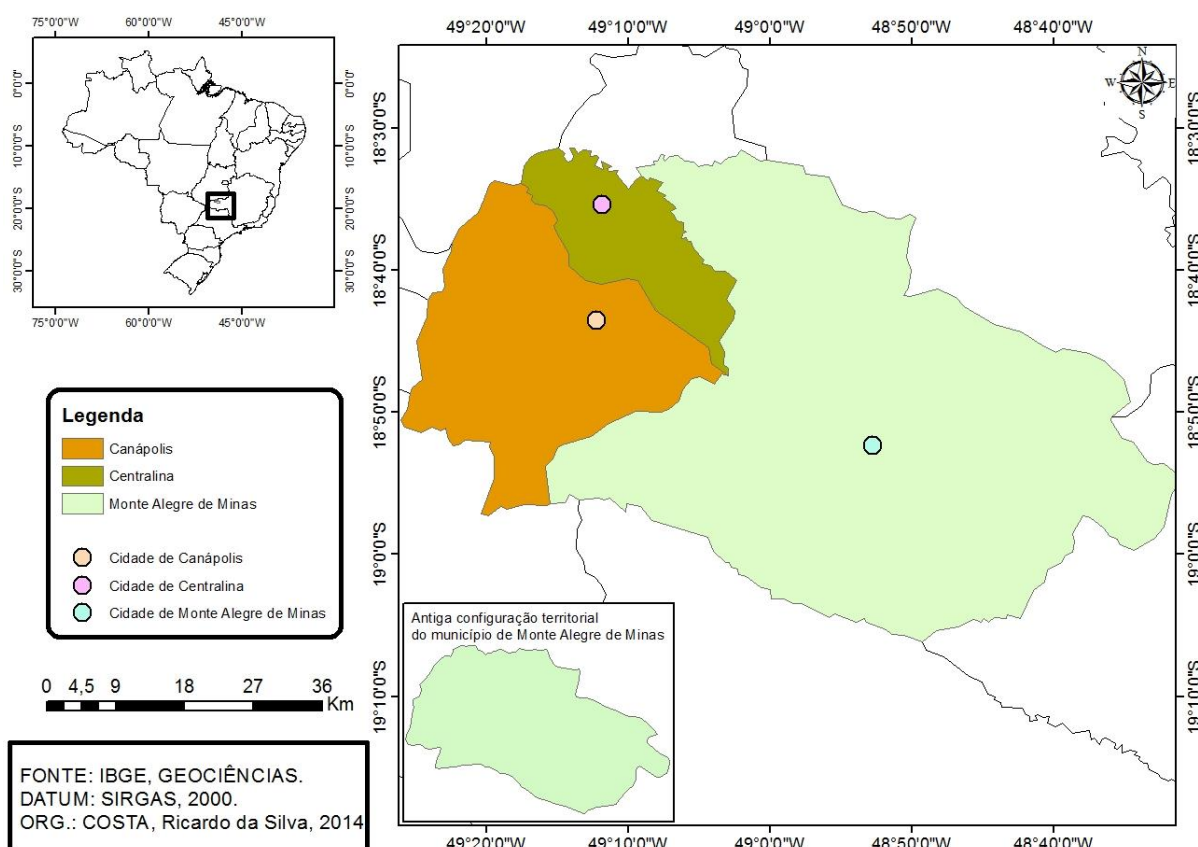
Fonte: Acervo da Casa da cultura, 2012.

Mapa 02 – Configuração territorial de Canápolis MG.



Com a emancipação de Canápolis do município de Monte Alegre, o distrito de Centralina ficou pertencente ao território político administrativo do município de Canápolis. Tendo como base a Lei Estadual de nº 1.039, de 12 de dezembro de 1953, que fixou o quadro da Divisão Territorial para vigorar no quinquênio 1954-58, o município de Centralina emancipa-se. No entanto com esse novo município fica com apenas o distrito sede e subordinado ao Termo e Comarca de Canápolis, tendo sido instalado em 1º de janeiro de 1954, pelo intendente Maurício Pereira Magalhães. Após a emancipação Centralina, ficou com área territorial de 327,191 Km<sup>2</sup> (mapa 03).

Mapa 03 – Municípios após emancipação.



Com isso Canápolis sofreu uma nova reconfiguração territorial política (mapa 02). O município de Canápolis teve seu território administrativo concretizado, sendo esse (mapa 03) a forma atual do município. O qual possui uma área segundo IBGE de 839,737 Km<sup>2</sup>.



Com a consolidação territorial, no município ocorreram avanços significativos como inserção tecnológica e aumento da população. Com o objetivo de analisar os fatos com a densidade populacional, estabelecemos recortes espaciotemporais para assim entender como se dá a existência das pessoas no território que compõem o município nas décadas posteriores a sua formação.

## **1.2 Décadas posteriores à criação do município: Consolidação territorial da cidade.**

Na década de 1950 a economia local estava totalmente voltada para a exploração de lavouras de milho, arroz, feijão, algodão e gergelim. Logo foram desaparecendo as lavouras de arroz, feijão e gergelim. Já o algodão teve seu auge o qual se destacou até o início da década de 1980. O único produto (desses que foi citado) que ainda faz parte da paisagem atual do município é o milho, o qual tem um papel importante na economia local até o presente momento (2014).

Na década de 1950, surgiram também as primeiras escolas particulares da cidade: Escola Princesa Isabel e a Escola Espírita Divina Messe, sobre as quais não foi encontrada nenhuma documentação. Em 1954 a Escola Princesa Isabel passou a se chamar Grupo Escolar Alvarenga Peixoto, além da criação de diversas escolas na no espaço rural. Hoje o grupo escolar se chama Escola Municipal Alvarenga Peixoto de Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. Na década de 2010, existiam apenas duas escolas em atividade, no espaço rural: Escola Municipal Geraldo Vieira da Silva e Escola Municipal Nossa Senhora da Abadia. Destaca-se, que neste momento (2014), o ensino médio, permanece a cargo do Estado de Minas Gerais.

Ainda nos anos 1950 chegaram à cidade os maçons, que seguindo os preceitos de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, começaram a colocar em prática

tal filosofia, reunindo recursos para a construção de um hospital, obra, essa terminada em 1973.

Em 1954 a energia elétrica gerada a partir da usina localizada na cachoeira foi substituída pela Empresa Força e Luz de Canápolis, usina de Carlos Vilela Marques. Ainda assim, a energia era fornecida apenas até às 22 horas.

Nessa mesma época (1954) o país passava por momentos de modernização e de expansão das Malhas viárias. Movidos pela construção de Brasília (nova capital nacional), e devido a modernização da agricultura, Canápolis foi estabelecendo vínculos regionais que possibilitam subsidiar o desenvolvimento agrícola que vinha ocorrendo em seu território.

Com a modernização da agricultura<sup>18</sup>, o município recebeu também outros tipos de veículos (imagem 03) e com eles a necessidade de postos de abastecimento. Essa estrutura viabilizava a fluidez necessária ao espaço do município e de certo modo comungava com as ideias de progresso propagadas pelo governo de Juscelino Kubitscheck.

Imagem 03 – Chegada de tratores e inauguração do posto de gasolina na década de 1950.



Fonte: Casa de Cultura de Canápolis, década de 1950.

Segundo documentos da casa de cultura, analisados “a década de 1960 foi uma explosão de modernidade para a cidade”. Em 1962 o Sr. Adoniro Martins adquiriu a primeira linha telefônica em concessão da CTBC. Hoje (2014) a cidade conta com ampla rede telefônica, inclusive móvel. Cinco anos mais tarde a CEMIG,

<sup>18</sup> Como aqui estamos tratando de aspectos históricos, a modernização da agricultura terá lugar no capítulo 2.

empresa de energia do Estado, passou a fornecer energia elétrica para Canápolis em tempo integral. Em 1964 foi criada a Escola de Lata, assim chamada por ser toda feita em lata<sup>19</sup>. Seu nome verdadeiro era Escola Estadual José Ezequiel de Queiroz, e atendia ao ensino primário. Em 1973 passou a atender o antigo 1º grau.

Os freis franciscanos, irmãos da Fundação Nossa Senhora de Fátima, chegaram nessa época à cidade, para assumir a construção de mais uma escola, denominada Ginásio São Francisco de Assis. Em 1969 a escola passou a se chamar Colégio São Francisco de Assis, onde eram ministradas aulas para o antigo 1º e 2º graus. Neste educandário eram oferecidas bolsas de estudo aos alunos, o que gerou uma crise financeira em poucos anos o colégio teve que mudar de dono. Na década de 1970 o colégio foi vendido para o Estado, e o valor recebido em troca seria a conclusão da nova Matriz, uma vez que a primeira igreja foi demolida em 1968 por não comportar mais os praticantes da religião Católica.

Em 24 de julho de 1960 a paróquia de Nossa Senhora de Fátima e São Sebastião foi inaugurada em Canápolis, tendo como primeiro pároco o Frei Gennaro Scarpetta. Quatro anos mais tarde teve início a obra da nova Matriz, encerrada por completo somente em 1980, sendo uma obra que remete ao estilo e traçado do arquiteto Oscar Niemeyer, principalmente no que se refere a Igreja de São Francisco de Assis, no bairro Pampulha, em Belo Horizonte, como se pode observar na fotografia 03.

Fotografia 03 – Igreja matriz do município de Canápolis em 2013.



Fonte: COSTA, R. S, 2013.

<sup>19</sup> É a denominação popular dada à escola, pois ela em um primeiro momento tinha sido construída em aço galvanizado, com cobertura de telhas de amianto.



Em 1967 chegaram à cidade três irmãs da Congregação dos Sagrados Corações de Jesus e Maria, vindos da Itália, para integrar a corporação. Elas tinham como trabalho social, voltados para educação e caridade. As irmãs Gilda, Giacinta e Leônia se tornaram parte integrante e intrínseca da cidade, sendo muito queridas. Atualmente (2012) somente a irmã Leonia ainda mora na cidade; irmã Gilda se encontra em Araguari e irmã Giacinta faleceu em 30 de maio de 2005, causando comoção na cidade, motivando um velório de três dias.

Nos anos 1970 a administração municipal investiu muito em divulgação e *marketing*, tendo como “garota-propaganda” a cachoeira do Cerrado (fotografia 04), considerada o orgulho da cidade. Segundo uma moradora (2012) “Cada visitante que chegava (e ainda chega) à cidade é levado até a queda d’água, porém não é um hábito local nadar na piscina da cachoeira, nela há muitas pedras e pode ser perigoso<sup>20</sup>”.

Fotografia 04 - Cachoeira do Cerrado no ano de 2013.



Fonte: COSTA, R. S, 2013.

Durante alguns anos a cachoeira, como atrativo, foi relegada a segundo plano, muito em função de usos indevidos, sendo resgatada no final dos anos 1990.

---

<sup>20</sup> Entrevistado 6.

Hoje (2014) existe um parque municipal em seu entorno, com o intuito de preservá-la, porém o que se observa é que a cachoeira ainda não faz parte do lazer da população, pois, o que foi encontrado são construções quase sem uso pela população (fotografia 05). Percebemos que, a cachoeira tornou-se um dos principais elementos de divulgação da cidade, estando presente, em capas de cadernos, pastas e folders. No entanto não há usos pela população.

Fotografia 05 – Parque de lazer e Turismo de Canápolis – Joaquim de Paula Gouveia “Loló” em 2013.



Fonte: COSTA, R. S, 2013.

Aparentemente, ao observar a fotografia 05, percebe-se que o parque está quase em desuso. Nas incursões ao campo posterior a data da fotografia, não constatamos mudanças na paisagem que indicasse um processo de reabilitação da principal área de lazer do município.

Deixando o urbano, e partindo para o rural, pensando na formação socioterritorial de Canápolis não teria como não elencar o setor agropecuário como constructo do território canapolense, pois desde sua origem eles “caminham” juntos para a efetivação de práticas socioeconômicas do município. Em meados da década 1970, destacavam-se no Município as lavouras de algodão, a pecuária e o abacaxi. O algodão foi importante para o desenvolvimento do município, pois foi responsável pelo aumento da população da cidade, já que vinham contingentes de migrantes para a colheita.

### 1.3 O algodão

No período da revolução industrial inglesa, a indústria têxtil impulsionou o plantio de algodão em várias partes do mundo. O cultivo do algodão começa no Brasil em larga escala no século XIX, destacando os estados do Nordeste e São Paulo.

Com a política de substituição de lavouras durante a crise do café nos anos 1930, o algodão tornou-se uma importante alternativa para a economia brasileira, e sua produção passou a se concentrar em São Paulo e no Paraná. Na década de 1970 o algodão se interioriza, partindo investimentos para os estados de Minas Gerais e Goiás, os quais se destacaram na produção algodoeira até o final dos anos 1980, com o plantio em pequenas e médias propriedades.

O algodão fez parte da paisagem do município de Canápolis na década de 1970 e 1980 sendo um importante produto para a economia de Canápolis. O cultivo do algodão era manual, pois nesse período os produtores não tinham maquinário para plantar e colher a pinda de algodão. As relações de trabalho se davam com meeiros, principalmente na formação das lavouras. Na colheita vinham trabalhadores de fora<sup>21</sup>.

Entre as década de 1970 e 1980 as fazendas do município possuíam grandes áreas, sendo que na maioria das vezes as propriedades eram “suja<sup>22</sup>”. Assim, os proprietários formavam parcerias para “limpar<sup>23</sup>” a área e formar as fazendas, propiciando o cultivo do algodão, segundo o entrevistado.

Nóis falava com o dono era só de conversa não tinha papel antes o povo tinha palavra num qui nem agora [...] nois combinava na parte da fazenda que dava prá plantá ai eu arrumava uns cumpanheiro e limpava pra plantá o algodão<sup>24</sup>.

Perguntamos ao entrevistado, como era realizada essa “limpeza” da área a qual seria transformada em lavoura de algodão.

---

<sup>21</sup> Informações obtidas em pesquisa aos documentos referente à cidade de Canápolis e em certa medida confirmada pela oralidade dos entrevistados.

<sup>22</sup> Suja: De acordo com os fazendeiros e proprietários, área suja refere-se a vegetação nativa a qual não permite o cultivo de lavouras.

<sup>23</sup> Desmatar, a área para o cultivo.

<sup>24</sup> Entrevistado 7.

Nóis botava fogo em tudo, o meis mio era agosto porque o vento ajudava a espalhá o fogo e purque tambem a mata tava seca [...] depois do fogo eu e os companheiros ia cortando o que sobrô, depois era só prepara a terra e plantá<sup>25</sup>.

Argumentamos sobre como se dava o preparo da terra para começar a plantar o algodão.

“A gente pegava os boi ou cavalo, o mió era o boi ele é mais forte, ai nós arava a terra, ai depois vinha os cumpanheiros jogando a semente do algodão<sup>26</sup>”.

Notamos que o produtor apenas, arou<sup>27</sup> a terra, perguntamos se não era necessário colocar insumos (calcário, adubo, etc...) antes de plantar. Segundo o entrevistado

No cumeço (1970) não era preciso bastava queimá porque quando queima a cinza ajuda e a terra aqui era muito fértil, mais depois já era preciso de usá adubo ai, nós recorria a cartilha do povo de Goiás<sup>28</sup>.

Observamos na fala do entrevistado dois pontos importantes, pois, estes apresentam dois períodos da agricultura. No primeiro, sem um conhecimento teórico, mas prático, o seu conhecimento empírico dava ao produtor sapiência sobre os elementos necessários para se produzir no Cerrado, já que a cinza “controla” a acidez do solo. O segundo momento está vinculado ao emprego de tecnologia, pois o produtor começa a usar insumos na lavoura. Um ponto importante encontrado na pesquisa foi a ligação com o estado de Goiás através da assistência técnica fornecida pela EMGOPA<sup>29</sup>.

A EMGOPA em parceria com a EMBRAPA fizeram uma cartilha abordando desde a maneira de plantar o algodão até a colheita, separamos aqui o item 3 da cartilha, sobre a forma de plantar,

### 3. Preparo do solo

3.1. Arranque e queima das soqueiras - arrancar as socas com arrancador apropriado acoplado ao trator, em meados de julho, tendo o cuidado de fazer uma complementação com a enxada. Em seguida proceder ao enleiramento e queima dos restos culturais e a catação das partes restantes até uma completa limpeza.

<sup>25</sup> Ibidem.

<sup>26</sup> Ibidem.

<sup>27</sup> Reverter (o solo) com arado, preparando para o plantio.

<sup>28</sup> Entrevistado 7.

<sup>29</sup> Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária

3. 2. Aração - nos primeiros anos, fazer a aração com a profundidade de 20 a 25 cm. acompanhando as curvas de nível. Na ausência destas, proceder a aração no sentido contrario das águas de enxurradas. Na maioria das vezes, basta uma Única aração, sendo dispensável a repetição desta prática. Desde que realizada logo após o arranquio e queima das soqueiras.

3.3. Gradagem - recomenda-se fazer uma gradagem depois da aração, após as primeiras chuvas, e outra às vésperas do plantio, utilizando grade niveladora com pranchão de madeira preso à grade-de-arrasto. Dependendo do solo, pode-se fazer , antes desta , uma gradagem pesada com grade tipo "rome".

4. Combate à saúva - Esta prática deve ser realizada desde a fase de preparo do solo e continuada durante todo o ciclo da cultura. Empregar Aldrin, Heptacloro ou iscas à base de Dodecacloro ou Nonacloro.

5. Adubação - feita segundo a análise do solo (EMBRAPA, 1975, p.20).

Ao lermos a cartilha constatamos nos itens 3.1 e 3.2, que a empresa de assistência técnica propõem a queima dos restos da vegetação. Entendemos que, há uma anexação do conhecimento empírico do produtor na teoria da EMATER. Apesar da inserção de tecnologias a lavoura necessitava de pessoas para trabalhar nas lavouras de algodão.

Nesse período de monocultura do algodão<sup>30</sup>, veio um grande contingente de pessoas<sup>31</sup> dos Estados do nordeste brasileiro para trabalhar na colheita do algodão. Os migrantes nordestinos eram responsáveis pela colheita manual, a qual necessitava de vários trabalhadores, os quais na maioria das vezes fixavam sua residência no município.

A forma de pagamento para os trabalhadores dependia da produtividade. Sendo que quanto mais o trabalhador colhesse mais receberia

“[...] Á nois cumeçava coiê cedim pra pode valê a pena e ganhá dinheiro [...] eu panhava umas 40 arroba de algodão por dia, trabaiaava até o começo da noite<sup>32</sup>”.

Percebe-se que a vida nas lavouras de algodão, principalmente no período da colheita era difícil, e as relações de trabalho eram bem diferentes das atuais. O

<sup>30</sup> Segundo EMATER (1975) “a produção do algodão em 1975 teria o rendimento médio previsto de 2.100 quilos por hectare, correspondendo a 140 arrobas por hectare”.

<sup>31</sup> Não usamos o termo “trabalhadores” neste momento, já que constamos a vinda de famílias inteiras e não apenas de trabalhadores do algodão.

<sup>32</sup> Entrevistado 7.



trabalhador tinha que colher 600 quilos<sup>33</sup> de algodão para poder pagar as suas despesas e sobrar algum dinheiro, pois, ele tinha que pagar sua alimentação diária (almoço e janta), os trabalhadores os quais acabavam de chegar no município de Canápolis vindos de outros estados, ainda tinham, que pagar para o “gato<sup>34</sup>” uma comissão por arrumar o serviço e pagar também os custos de transporte.

O ápice do algodão em Canápolis perdurou até o ano de 1985 depois começou a diminuir as plantações, mas até o ano de 1991 segundo IBGE o município possuía 2.500<sup>35</sup> hectares de algodão. No entanto, com o avanço de atividades ligadas a monocultura da cana-de-açúcar, milho, soja, dentre outras e com mudanças no direcionamento das políticas públicas voltadas para a agricultura<sup>36</sup>, ocorre uma diminuição considerável na área plantada de algodão. Segundo o IBGE no ano de 2012 o município possuía 294<sup>37</sup> hectares plantados.

Consideramos o algodão como produto importante<sup>38</sup> para o município, pois “abriu” novas áreas produtivas, já que podemos considerá-lo o primeiro produto<sup>39</sup> para comércio em larga escala.

Com a diminuição das lavouras de algodão no município, ocorreu uma evasão da população. Segundo o Censo, em 1970 o município tinha 9.858 habitantes, já no ano de 1980 a população era de 7.084, havendo uma redução de 3,25%. Essas pessoas que saíram tiveram como destino, principalmente o estado vizinho, Goiás, o qual ainda abrigava grandes plantações de algodão. Os trabalhadores que ficaram no município e fixaram moradia foram trabalhar no campo nas lavouras de cana ou na usina.

Compreendemos que o motivo da saída dos trabalhadores do município não se deu apenas a partir da diminuição das lavouras de algodão, mas foi motivado

---

<sup>33</sup> 40 arrobas convertida em Kg

<sup>34</sup> Segundo Rodrigues Júnior (s/d, p.5) contratadores de mão-de-obra que fazem a ponte entre o empregador e o peão. Estes, muitas vezes, vêm buscá-lo de ônibus ou caminhão – o velho pau-de-arara.

<sup>35</sup> Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal.

<sup>36</sup> Uma das políticas foi à substituição da produção do algodão nacional, pela importação.

<sup>37</sup> Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

<sup>38</sup> Não questionamos sobre as degradações ambientais ocorridas nesse momento, pensamos/elencamos apenas as aberturas e a vinda de pessoas de outros estados para o município.

<sup>39</sup> A cana-de-açúcar era cultivada para suprir as necessidades do município ou no máximo para atender os municípios limítrofes, já que seu uso era para produção de cachaça, açúcar (mascavo), rapadura e para alimentação dos rebanhos. Somente após a inserção das usinas que a cana expande suas áreas.

também pelas políticas e investimentos ocorridos no início da década de 1980<sup>40</sup>, políticas estas que influenciaram definitivamente a modernização do campo, substituindo a mão de obra braçal por maquinários. Tendo como foco a modernização da agricultura, propiciando a monocultura de grãos, principalmente do binômio soja e milho.

## 1.4 A percepção do Território Canapolense

O Território pode ser interpretado sob várias óticas, dependendo do olhar do estudioso. Entretanto, não há nenhuma facilidade para a ciência geográfica, no entendimento do território, tal a complexidade de delimitação conceitual. Autores<sup>41</sup> que consideram o poder como fundamentais para definir o território acabam exercendo uma reflexão voltada para análise das formas de poder existentes no território. Outros autores<sup>42</sup> veem o território como conjunto de relações e pertencas. Assim, neste trabalho procuramos trabalhar com teóricos que tratam o território como conjunto de relações e pertencas para assim compreender as dinâmicas da formação do território do município de Canápolis. Segundo Almeida (2005)

[...] o território responde, em sua primeira instância, a necessidades econômicas, sociais e políticas de cada sociedade e, por isso, sua produção está sustentada pelas relações sociais que o atravessam. Sua função, porém, não se reduz a essa dimensão instrumental; ele é também objeto de operações simbólicas e é nele que os atores projetam suas concepções de mundo (ALMEIDA, 2005, p. 108).

Quanto às leituras e interpretação daquilo que pode indicar os conteúdos da existência de grupos sociais históricos no espaço reocupado, consideramos o quanto as suas práticas sociais poderiam revelar os territórios dos pequenos produtores do município de Canápolis.

Segundo Burgos (2005, p. 191) “A noção de território remete à ideia de um microcosmo, que inclui diferentes formas de organização” assim, fomos nos inserindo no cotidiano dos produtores de abacaxi e ao conhecer as suas práticas

---

<sup>40</sup> Veremos mais sobre as políticas no segundo capítulo.

<sup>41</sup> Autores como MORAES, Antônio Carlos Robert (2005); COSTA, Wanderley M (2008); entre outros.

<sup>42</sup> Autores como: HAESBAERT (2005); SAQUET (2006, 2007, 2009) ; ALMEIDA (2005); entre outros.

procuramos compreender a formação do território a partir das relações sociais ocorridas no território.

[...] todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados” (HAESBAERT, 2005, p 6776).

Trazendo a citação de Haesbaert para Canápolis compreendemos o território e definido e identificado nas relações dos pequenos produtores de abacaxi. Os quis utilizam-se do simbólico para se manter no campo.

Ao considerar o Território, Saquet (2007), entende que, “O território aparece como ligação ao chão, enraizamento, anexação, fixação; a natureza não transformada”. A partir dessas ideias fomos procurando compreender como os pequenos produtores “participaram” dos processos de mutação territorial, tornando-se importante pensar as relações territoriais. Santos, M (2009) considera o território como um conceito

Ele só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles que dele se utilizam. (SANTOS, 2009, p. 22).

Pensando na citação, percebemos que o território se dá a partir dos usos dos pequenos produtores com lavouras de abacaxi. Reforçando a ideia de Milton Santos (2009) sobre o conceito de território, Haesbaert (2006), entende que “o território, de qualquer forma define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) e ao contexto histórico em que está inserido”. No conjunto dessas abordagens destaca-se a territorialidade como concretização das relações sociais em dado espaço, envolvendo os seus sujeitos, instituições, materiais e simbólicas. Desse modo, compreendemos que a territorialidade é reconhecida na área de estudo, principalmente a partir das propriedades que se estabelecem na incorporação das relações econômicas e culturais que na articulação com o mercado, os pequenos produtores se especificam no lugar.

[...]a territorialidade é entendida como valorização das condições e recursos potenciais de contexto territoriais em processos de desenvolvimento, o que pode ser traduzido numa territorialidade ativa, que pode ser concretizada através da organização política e do planejamento participativo. A territorialidade é um fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte do mesmo grupo social e de



grupos distintos. Nas territorialidades, há continuidades e descontinuidades no tempo e no espaço; as territorialidades estão intimamente ligadas a cada lugar: elas dão-lhe identidade e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar (SAQUET, 2009, p. 87-88).

Ao compreender a territorialidade e suas condições é possível identificar/analisar os modos de vida do pequeno produtor e também compreender as dinâmicas e os resultados da forma de fixação dos mesmos no território. Torna-se necessário destacar nas especificidades das territorialidades outros elementos.

Assim, pensando nas territorialidades dos pequenos produtores de abacaxi vimos que Fernandes (2009) entende que “as territorialidades são as representações dos tipos de territórios”. Compreendemos que as territorialidades são identificadas nas particularidades encontradas em Canápolis. Nas particularidades territoriais dos produtores de abacaxi, consideramos a ideia de Saquet (2006b)

O território e a territorialidade são produtos do entrelaçamento entre os sujeitos de cada lugar, destes com o ambiente e destes com indivíduos de outros lugares, efetivando **tramas transescalares** entre diferentes níveis territoriais. O território é uma construção coletiva e é multidimensional, com múltiplas territorialidades interagidas (poderes, comportamentos, ações) (SAQUET, 2006b, p-78, grifos do autor).

Muitas vezes, esse território se materializa em forma de igreja, comunidade, festa, etc. São instituições que possuem existência material e simbólica que motiva vários usos, inclusive com movimentos cíclicos, eventos criados (talvez tradição), com características culturais singulares que se revelam aos sentidos à medida que fundamenta uma existência particularizada de pessoas e de uma realidade que comporta temporalidades sociais específicas.

Tratando das particularidades e especificidades, evocamos as características do município de Canápolis. A sua área territorial de 83.973,7 hectares é basicamente agrícola. O município tem sua economia totalmente atrelada ao setor agropecuário. No segundo capítulo vamos ver os motivos do “domínio” agrícola.

## **2 - AS POLÍTICAS PÚBLICAS QUE PROPICIARAM A CHEGADA/EXPANSÃO DAS USINAS SUCROALCOOLEIRAS NO MUNICÍPIO, NAS DÉCADAS DE 1980 E 2000.**

Neste capítulo, vamos tratar das políticas públicas rurais da década de 1980 e da década de 2000. Fizemos esse recorte espaço temporal, pois foram nessas décadas que se instalaram as duas usinas no município de Canápolis. Ao considerarmos as políticas públicas vigentes à época foi possível compreender as mudanças ocorridas no município de Canápolis. Assim, fizemos uma incursão histórica para compreendermos os cenários que propiciaram a instalação das usinas.

Para compreender as políticas da década de 1980 foi necessário considerar aquilo que vinha acontecendo nas décadas de 1950, 1960 e 1970. Assim, analisando a década de 1950, vimos que, as políticas agrícolas brasileiras, sofreram um profundo processo de mudança. Tanto no trato cultural, quanto no econômico.

A agricultura brasileira teve como papel principal abastecer as cidades, assim, gerando divisas para financiar as importações necessárias para a industrialização. Nesse período (década de 1950) os produtos agrícolas eram comercializados no mercado interno e o excedente era exportado (bem diferente do modelo atual 2014), tendo como principal produto o café.

Como o país estava em “fase de crescimento” na agricultura começava-se a mudar a forma de produção, isso ocorreu devido ao repasse maior de investimentos e financiamentos do Estado. Os recursos eram direcionados tanto para a infraestrutura do campo como das cidades. O produtor teria que produzir mais rápido (inserção de tecnologias), devendo os meios de transporte propiciar fluidez e rapidez; sem perda da qualidade do produto. Assim, os investimentos públicos são voltados para o transporte rodoviário, um dos motivos que aparece nos discursos oficiais do Estado e que definiram a opção pelo investimento/escolha deste modal foi a velocidade do deslocamento dos veículos (caminhões) o qual era maior do que as locomotivas. Portanto, para resumir, a década de 1950, podemos caracteriza-la

como década de investimento na infraestrutura de transportes e de armazenamento de produtos agrícolas, sobretudo nas construções de silos e rodovias.

A década de 1960 continuou o que estava sendo realizado na década de 1950, no entanto o que se destacou foi à implementação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR).

O Sistema Nacional de Crédito Rural foi um importante instrumento de “incentivo<sup>43</sup>” à produção, investimento e comercialização agropecuária e consequentemente, à economia brasileira. Sua principal vantagem era o juro reduzido a ser disponibilizado aos produtores. Contudo, não eram todos os produtos que estavam contemplados, os que mais recebiam subsídios, eram cana-de-açúcar, algodão, café, milho e a soja.

Com os altos subsídios recebidos, produtos como a cana-de-açúcar, adentraram para o interior do país. Nesse período de expansão foi instalada a primeira usina sucroalcooleira do Triângulo Mineiro, a Usina Alvorada em Tupaciguara<sup>44</sup>, a usina foi inaugurada na década de 1960.

Na década de 1960, o Brasil mudou o modelo comercial da agricultura, passando a exportar mais. Produtos como o algodão, o açúcar e o milho tiveram suas vendas direcionadas ao exterior, o que não era exportado comercializava-se no país.

A década de 1970 foi caracterizada por algumas políticas de incentivos criados pelo governo federal para aumentar a produtividade agrícola e industrial do setor canavieiro e assim, aumentar a produção, reduzir custos e consequentemente, aumentar as exportações.

Uma dessas políticas foi muito importante para o setor sucroalcooleiro, a qual foi uma das responsáveis pela interiorização das usinas no território nacional. Em um contexto de redução do consumo de derivados de petróleo, o Governo Brasileiro criou por meio do decreto-lei nº 76.593 de 14 de novembro de 1975, o Programa

---

<sup>43</sup> Dependendo do caso a produção era totalmente financiada e a dívida não era paga para o governo.

<sup>44</sup> Hoje (2013) a usina Alvorada está no Município de Araporã, devido ao processo emancipatório ocorrido na década de 1990.

Nacional do Álcool – Proálcool. Este programa foi um instrumento essencial da política energética estabelecida no Brasil.

Em 1977, foi “incentivado” o uso de automóveis movidos a álcool, visando expandir a produção e o uso do combustível produzido a partir da cana. Entre as vantagens estava a redução na importação de petróleo o qual passava por uma crise mundial, devido aos interesses internos e externos ao Oriente Médio. O uso do álcool também representou um incentivo à agricultura com a produção da cana-de-açúcar, além de fazer surgir novas refinarias e destilarias.

Esse programa de incentivo à produção e uso do álcool como combustível em substituição à gasolina, criado em 1975, alavancou o desenvolvimento de novas regiões produtoras como o Estado de Minas Gerais, Paraná, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Segundo Machado (2008, s/p) “em menos de cinco anos a produção de pouco mais de 300 milhões de litros ultrapassou a cifra de 11 bilhões de litros”, caracterizando o Proálcool como o maior programa de energia renovável já estabelecido em termos mundiais, economizando mais de US\$ 30 bilhões em divisas.

Com a criação do Proálcool, a cana-de-açúcar voltou a ter grande importância no cenário econômico brasileiro, e passou a exercer um papel fundamental na balança comercial, pois com a produção de álcool combustível (etanol), reduziu-se a dependência energética (petróleo) do Brasil.

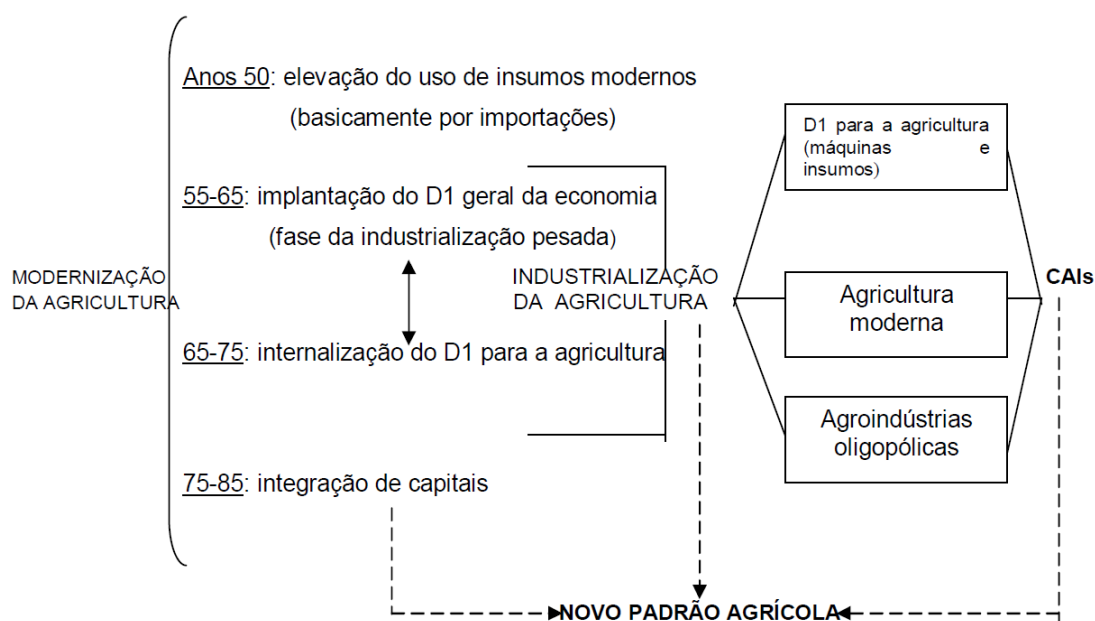
Logo no início do programa, no ano de 1976 as montadoras começaram a apresentar veículos movidos a álcool. O primeiro veículo movido totalmente a álcool foi o protótipo da Dodge. Logo depois a Fiat lançou o primeiro veículo produzido em série, totalmente a álcool, o Fiat 147.

Com o surgimento dessa nova tecnologia (veículos movidos a álcool) as usinas sucroalcooleiras “buscaram” novas áreas para o cultivo da cana-de-açúcar. Assim, chegamos à década de 1980, década da chegada/installação da primeira usina sucroalcooleira do município de Canápolis.

## 2.1 As políticas da década 1980

A década de 1980 foi o período que consolidou todas as políticas públicas agrícolas. Foi nesse período segundo Matos; Pessôa (2011, p.291) na “consolidação dos complexos agroindustriais, ocorre uma reorganização na produção agropecuária brasileira e um processo acelerado de integração de capitais” que concretizou a formação dos CAIs como podemos observar na figura 01 de Graziano da Silva *apud* Cleps Jr.

Figura 01 – Fases do padrão agrícola brasileiro e formação do CAI: 1950-1985



Fonte: GRAZIANO DA SILVA, 1996 apud CLEPS JR., 1998.

Como podemos observar o governo realizou diversos investimentos no setor agrícola o que acarretou muitas mudanças no campo, influenciando a formação do Complexo Agroindustrial<sup>45</sup> (CAI). De acordo com Mesquita; Mendes (2009)

<sup>45</sup> De acordo com Delgado, (1985, p. 86) “o surgimento e consolidação do Complexo Agroindustrial articula novos interesses sociais comprometidos com o processo de modernização. Conforma-se um

A constituição dos Complexos Agroindustriais caracteriza uma fusão de capitais e não a integração das atividades agropecuárias em uma cadeia produtiva. A integração da agricultura e da indústria não significa que a agricultura se constitui em um ramo industrial, o que torna esse setor uma especificidade do sistema capitalista, uma vez que não permite uma divisão social do trabalho tal como ocorre na indústria. Diante do desenvolvimento contínuo do meio técnico-científico os Complexos Agroindustriais tendem a ser convertidos em Complexos Bioindustriais (MESQUITA; MENDES, 2009, p. 10).

Contrapondo a ideia de Mesquita; Mendes (2009), Cleps Jr. entende que:

[...], com a formação do CAI, a nova dinâmica agrícola não é mais realizada de modo autônomo: passa a depender do desenvolvimento da indústria, não sendo mais possível tratá-la como um “setor”, isolado do restante da economia. Outro aspecto importante é que os três processos distintos estiveram estreitamente ligados à ação do Estado, que viabilizou o projeto de modernização (CLEPS, JR., 1998, p. 23).

Com esses investimentos ocorreram grandes mudanças nas paisagens do campo brasileiro, uma das principais mudanças foi o aumento de maquinários agrícolas como mostra o quadro 02:

Quadro 02 – Número de tratores em estabelecimentos agropecuários no Brasil, Sudeste e Minas Gerais – série histórica (1970/1985).

Brasil e Grande Região	Ano	Quantidade de Tratores
<b>Brasil</b>	<b>1970</b>	165.870
<b>Sudeste</b>		82.517
<b>Minas Gerais</b>		10.187
<b>Brasil</b>	<b>1975</b>	323.113
<b>Sudeste</b>		131.881
<b>Minas Gerais</b>		22.685
<b>Brasil</b>	<b>1980</b>	545.205
<b>Sudeste</b>		202.571
<b>Minas Gerais</b>		49.428
<b>Brasil</b>	<b>1985</b>	665.280
<b>Sudeste</b>		238.947
<b>Minas Gerais</b>		60.421

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário. Org.: COSTA, R. S., 2013

De acordo com o quadro 02, vimos que, em 15 anos Minas Gerais aumentou seis vezes a quantidade de tratores. Esse acréscimo acarretou mudanças

---

novo bloco de interesses rurais em que sobressaem a participação do grande capital industrial, do Estado e dos grandes e médios proprietários rurais. A soldagem desse pacto modernizador é feita pela política econômica, com primazia dos aparatos financeiros do Estado. Sobressai-se, ainda, uma política tecnológica específica, que preside a articulação do D<sub>1</sub> da agricultura e uma política fundiária que, em termos gerais, valoriza a propriedade territorial”.

significativas, como a ampliação da produtividade e aumento das áreas de cultivos, as quais se expandiram desordenadamente. Dessa maneira, a atividade agrícola incorpora-se ao modo industrial de produzir

A industrialização do campo é um momento específico do processo de modernização, a reunificação agricultura-indústria num patamar mais elevado que do simples consumo de bens industriais pela agricultura. É o momento da modernização a partir do qual a indústria passa a comandar a direção, as formas e o ritmo da mudança na base técnica agrícola, o que ela só pode fazer após a implantação do D1 para a agricultura no país. (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p.32).

A agricultura converte-se em compradora de insumos industriais do D<sub>1</sub><sup>46</sup> e produtora de matérias-primas para outros ramos industriais a jusante. Com a mecanização e com as mudanças ocorridas no campo brasileiro,

Em linhas gerais, a mudança na base técnica da agricultura implica na dependência cada vez menor dos recursos naturais utilizados e dos meios de produção gerados em escala de manufatura e, cada vez mais, dos meios de produção gerados num setor da indústria (de fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, rações, concentrados, máquinas em geral, com destaque para os tratores e colheitadeiras etc.) (CLEPS JR., 1998, p. 25).

No entanto essa mudança não “alcança” todas as áreas e nem contempla todos os agricultores:

Os insumos, as máquinas e os equipamentos foram projetados visando produtividade e lucro a qualquer preço. O processo seletivo deste modelo excluiu, nas áreas onde se implantou, os agricultores [...] (GEHLEN, 2001, p.73).

O governo por intermédio das políticas e subsídios priorizaram grupos de investidores e produtores de médio para grande porte:

Todo esse processo de modernização se realiza com intensa diferenciação e mesmo exclusão de grupos setoriais e regiões econômicas. Não é, portanto, um processo que homogeneiza (sic) o espaço econômico e tampouco o espectro social e tecnológico da agricultura brasileira. Ao contrário, deve-se ressaltar que a concentração espacial do projeto modernizante abrange basicamente os Estados do Centro-Sul brasileiro (MG, GO, RJ, SP, PR, SC e RS). Por seu turno, ocorre, paralelamente, um movimento de concentração de produção, abrangendo um número relativamente pequeno de estabelecimentos (entre 10 e 20% dos estabelecimentos rurais, conforme o indicador de modernização que se tome), que

<sup>46</sup> GRAZIANO DA SILVA (1996, p.5) denomina “D1” agrícola, como o setor industrial produtor de bens de capital e insumos básicos para a agricultura

respondem por parcelas crescentes da produção (DELGADO, 1985, p. 87).

Essa concentração de investimentos fez com que os demais Estados ficassem “atrasados” tecnologicamente em relação ao centro-sul. Sendo assim, o centro-sul tornou-se a região com mais complexo agroindustrial instalado, e a região “mais desenvolvida” do país.

As mudanças ligadas às inovações do campo ocorreram sob a lógica de investidores capitalistas os quais veem o campo como setor de investimento, não ligam se no campo residem pessoas e costumes. Naturalmente, os setores agrícolas básicos que se destacaram estavam ligados à exportação, como a cana-de-açúcar. A qual atrelada ao grande capital internacional transformou a paisagem de vários municípios de Minas Gerais.

Neste Estado, destaca-se o Triângulo Mineiro, o qual é considerada a região agrícola mais dinâmica e moderna do estado. Avulta-se no contexto estadual, pois a região foi o ponto inicial da trajetória de reocupação do cerrado mineiro para a produção de grãos, com uso intensivo de capitais e de políticas públicas voltadas à modernização da agricultura.

## 2.2 As políticas no Cerrado e no Triângulo Mineiro

A partir do desenvolvimento de políticas públicas, como: isenção de imposto de renda<sup>47</sup>; o POLOCENTRO<sup>48</sup>; PRODECER<sup>49</sup>; e a criação da EMBRAPA

---

<sup>47</sup> Quem viesse e investisse no cerrado não pagaria imposto de renda para o governo. Segundo Jesus (1988, p.32): A quase isenção de imposto de renda foi uma condensação à tributação indireta e ao controle de preços de produtos agrícolas à época da inflação alta.

<sup>48</sup> Segundo Jesus (1988, p.34) foi instituído pelo Decreto federal nº 75.320, de 29/01/1975, com o objetivo de promover o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias da região Centro-Oeste e do oeste do estado de Minas Gerais, mediante a ocupação racional de áreas com características de cerrado e seu aproveitamento em caráter empresarial, abrangendo a área de 785.472 Km<sup>2</sup>, em 202 municípios [...] O programa consistia na conjugação de pesquisa, assistência técnica, reflorestamento, crédito rural, financiamento de patrulhas motomecanizadas, bem como ampliação da infraestrutura de apoio (transportes, energia e armazenamento).



Cerrados<sup>50</sup>, o espaço do Cerrado foi (re)estruturado, para novos usos e neste processo foi abrigando novos produtos. Essa transformação do uso da terra se deu movida por investimentos estatais e particulares devido a novas técnicas de produção, acarretadas pela modernização da agricultura.

O processo de modernização do campo possibilitou a “artificialização” da natureza, pois com os grandes investimentos em maquinários e insumos foi possível plantar onde antes não era propício. Um exemplo desse fato ocorreu no Triângulo Mineiro, onde a principal fonte de renda era a criação extensiva de gado<sup>51</sup>, e com a modernização “chega a soja”, a qual segundo Gobbi (2004)

Os reflexos das inovações tecnológicas no setor agrícola brasileiro foram sentidos, no cerrado mineiro, através do incremento da mecanização da agricultura em detrimento dos meios de produção tradicionais. A nova estratégia agrícola foi orientada para uma modernização tecnológica voltada para a agricultura de exportação, onde a expansão da cultura da soja foi o exemplo mais expressivo [...] (GOBBI, 2004, p. 146).

Para os produtores tradicionais do Cerrado, não era possível plantar soja, milho, etc. no solo do Triângulo Mineiro, já que o solo era considerado muito ácido e impróprio para o plantio dessas culturas. Com a inserção das novas tecnologias mudou tal ideia tornando o Cerrado alvo/parte dos investimentos estatais, que segundo Graziano da Silva, (1996) passa a ser

[...] mais intensivo no uso de capital fixo e circulante. A participação do consumo intermediário no valor da produção pode então ser vista como indicador síntese do processo de modernização: quanto mais complexa a base técnica da produção, com a utilização crescente de insumos (químicos, físicos e biológicos), maior tende a ser a proporção do consumo intermediário na produção (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 23).

<sup>49</sup>Ver mais detalhes em: SANTOS, R. J. **Gaúchos e Mineiros do Cerrado**: metamorfoses das diferentes temporalidades e lógicas sociais. EDUFU, Uberlândia, 2008.

<sup>50</sup> A partir de 1975, o governo federal instituiu um conjunto de ações para acelerar o desenvolvimento nos Estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso e no Distrito Federal. Programas de financiamento à produção foram criados, como o Polocentro (Programa de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste) que contemplava construção de estradas, escolas, silos e armazéns, pesquisa agropecuária, assistência técnica e extensão rural, financiamentos para incorporação de novas áreas ao processo de produção e utilização de calcário e fosfato. Além de crédito para investimentos, custeio e comercialização foram estabelecidos preços mínimos e seguro agrícola.

A Embrapa Cerrados foi criada no bojo da política governamental para o desenvolvimento do Centro-Oeste com o objetivo de desenvolver sistemas agrícolas viáveis para o Cerrado, bem como, difundir para os produtores rurais. A pesquisa agropecuária estabeleceu como missão o desenvolvimento de tecnologias para viabilizar a ocupação do Cerrado.

<sup>51</sup> Não era utilizado tecnologias ou manejo de pastagem, a única coisa feita pelos fazendeiros era a limpeza dos pastos com a utilização de fogo ou roçando com uso de pessoas.

Analisando a citação de Graziano e transferindo-a, para área de estudo podemos compreendê-la observando a paisagem, onde antes o gado era criado, agora é produzido alimentos no formato de grandes plantações<sup>52</sup>. Onde antes via-se o produtor tradicional, no pasto cavalcando, agora vemos grandes maquinários (tratores, colheitadeiras, etc.). Isso significa, segundo Santos (2008) que há

Na verdade, as lavouras e a infraestrutura proporcionada pela sua expansão criaram imposições sociais, redefiniram hábitos, costumes, interferiram na consciência dos homens. As cooperativas, o banco, as infra-estruturas, a cidade, os laticínios, a casa, a igreja, fazem parte de um modo de vida resultante de inúmeras ações institucionais sobre o cerrado. (SANTOS R.J, 2008, p.56).

A modernização agrícola no Cerrado ocorreu não somente no campo, mas também nas cidades, de diferentes formas de intervenção e atuação. Antes, da modernização não eram todos os municípios do Triângulo Mineiro que possuíam agência bancária, oficinas de maquinários, meios de comunicações, etc. Assim,

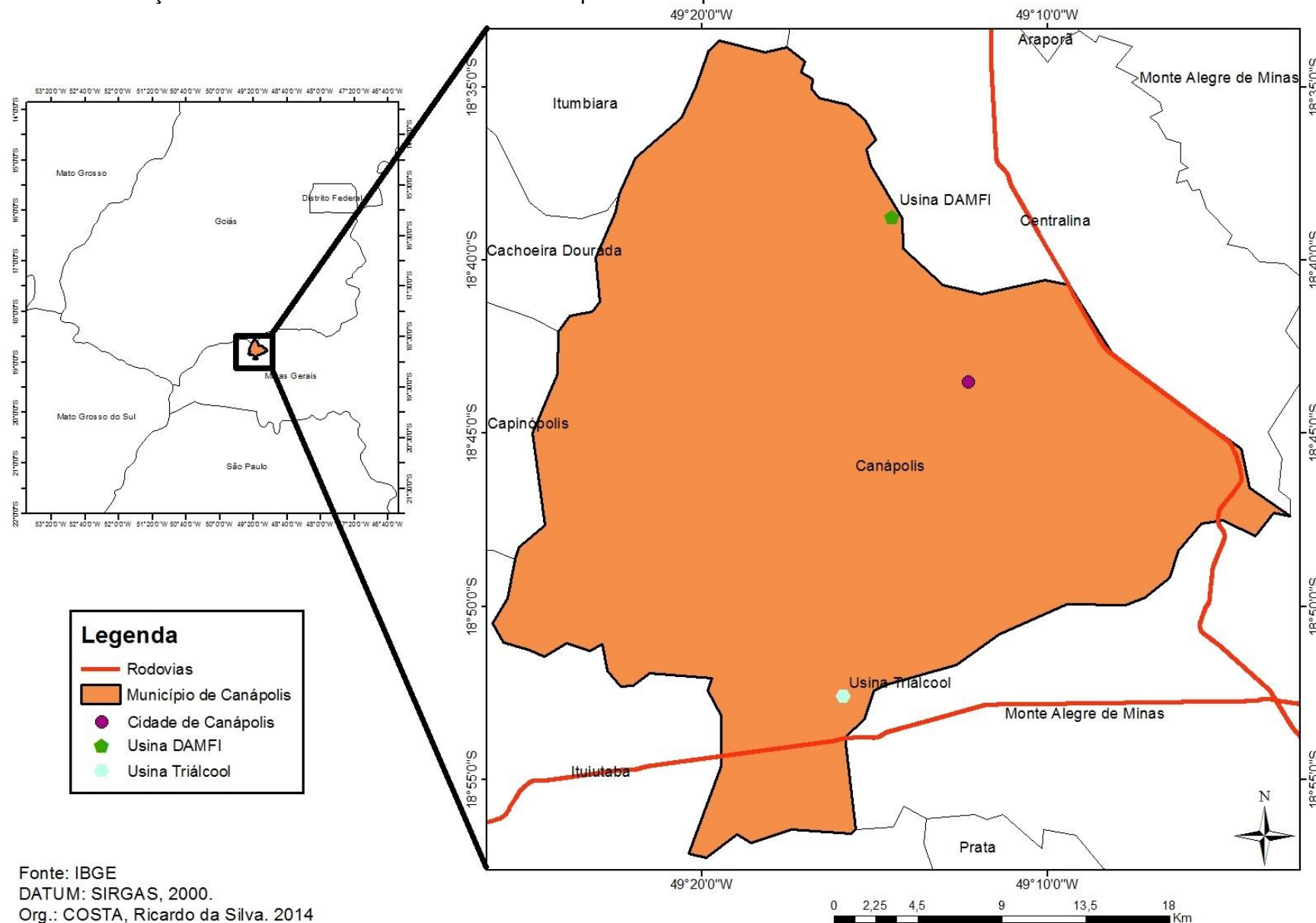
[...] a modernização da agricultura foi intensificada através da territorialização das empresas rurais nas áreas planas e pela implementação das agroindústrias atraídas pela produção e produtividade de grãos e também pelos incentivos fiscais e creditícios oferecidos pelos governos estaduais (MENDONÇA, THOMAZ JUNIOR, 2004, p.105).

Com isso, cada vez mais os investimentos adentravam na região do Triângulo Mineiro, sendo que destes investimentos acarretou na construção da primeira usina sucroalcooleira a Destilaria Antônio Monti Filho (DAMFI) de Canápolis (mapa 04) localizada próxima a divisa do município de Centralina MG.

---

<sup>52</sup> A produção de alimentos como arroz, feijão passaram a ser cultivados de forma industrial, seguindo a lógica dos investimentos de capitais, que se traduz e se especifica em investimentos em tecnologia, utilização de insumos, dentre outros, impondo tensões socioterritoriais e implicando como tendência o desaparecimento das pequenas lavouras.

Mapa 04 – Localização das Usinas Sucroalcooleiras do Município de Canápolis MG.



No ano de 1976 entrou em funcionamento a usina DAMFI, localizada na fazenda Santo Antônio, na porção norte do município de Canápolis como se pode observar no mapa 04. A usina produzia pinga/aguardente, porém somente a partir do ano de 1995 ela se modernizou passando a produzir também açúcar e álcool. Neste contexto de modernização, embora o produto não seja a soja, para compreendermos a lógica desse processo e as contradições a ele associadas podemos citar Santos R.J (2008) ao afirmar que:

A expansão das lavouras de soja, especificamente no cerrado brasileiro, coloca, de um lado, a modernização, a razão técnica e até mesmo a cultura técnica e, de outro, os resíduos de “culturas rústicas” camponesas, que só recentemente inscrevem-se a um só tempo, na dinâmica global do modelo econômico adotado no Brasil; trata-se, portanto de um modelo de país agro exportador que se insere na divisão internacional do trabalho como produtor de produtos industrializáveis e exportáveis. No curso dessa inserção, o papel do Estado é fundamental, pois é a partir de suas políticas públicas que o cerrado brasileiro passou a fazer parte de geoestratégias montadas objetivando atração de investimentos de capitais internacionais (SANTOS R.J, 2008, p. 62).

Relativizando temporalmente o estudo de Santos R.J, em que o autor trata da monocultura da soja, compreendemos que na monocultura da cana-de-açúcar ocorreram fatos semelhantes, pois devido aos altos investimentos realizados pelo setor sucroalcooleiro em Canápolis, o município adequa-se às políticas globais. Devido aos investimentos direcionados ao setor sucroalcooleiro, altera-se a dinamicidade das populações residentes no campo do município. Assim, para aumentar a produtividade e atender às demandas tanto nacionais<sup>53</sup> quanto internacionais<sup>54</sup> requerem-se uma quantidade maior de terras para o cultivo.

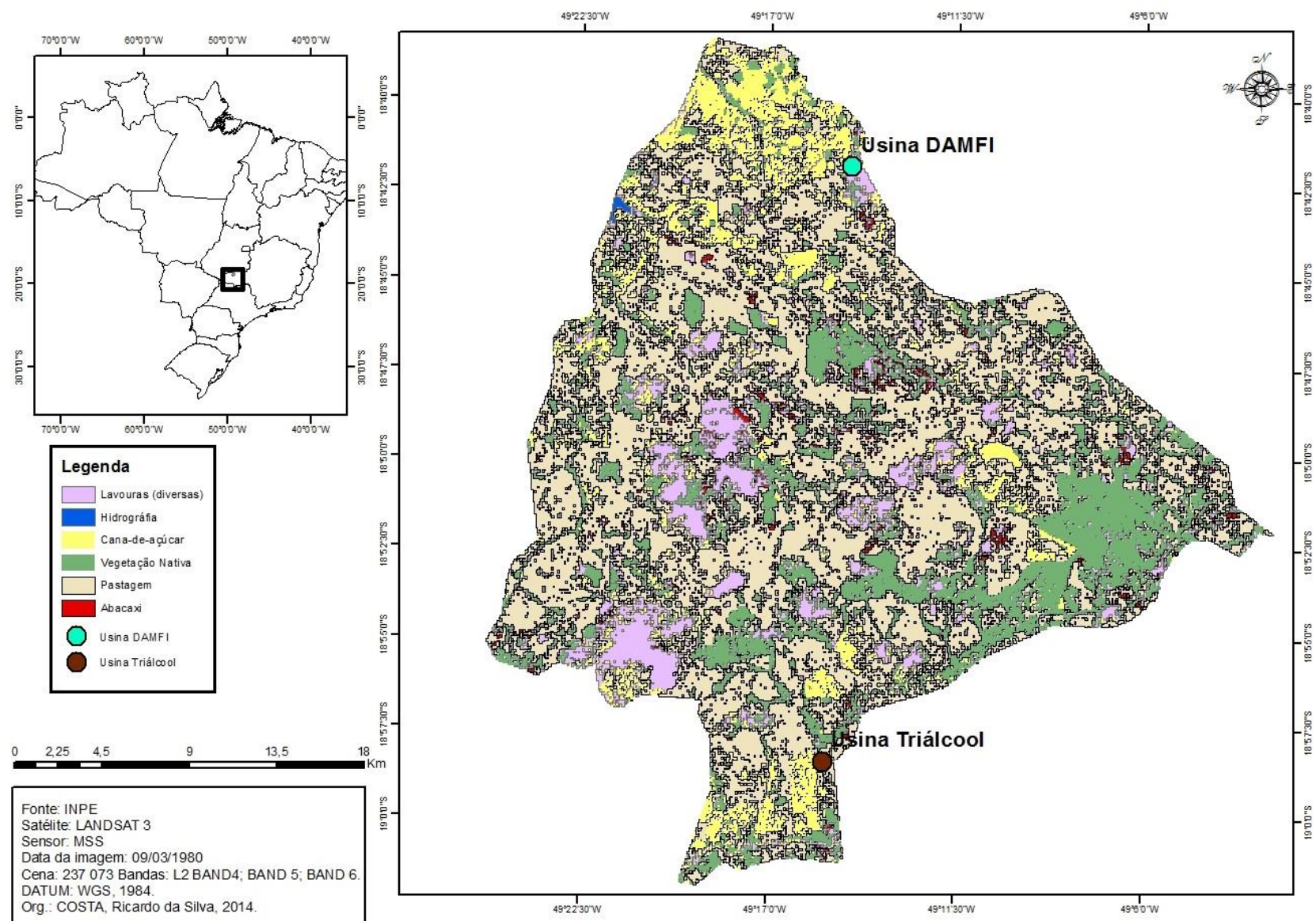
Além das terras para suprir a produção da primeira usina instalada, o município “teve” que ceder áreas para uma segunda usina sucroalcooleira. Esta começou a funcionar em 1988 e foi construída próxima à divisa de Ituiutaba (mapa 04), às margens da rodovia BR 365. Pensando nos aumentos de área cultivada com cana no município construímos o mapa 05, o qual mostra os usos de solos do município no ano de 1980. O mapa foi construído usando imagens de satélites da época<sup>55</sup>.

<sup>53</sup> Atender a demanda de etanol, para a mistura/ou como fonte alternativa de combustível.

<sup>54</sup> Exportação do açúcar, principalmente para países asiáticos.

<sup>55</sup> A precisão das informações são de 88%, pois a qualidade dos sensores eram baixas.

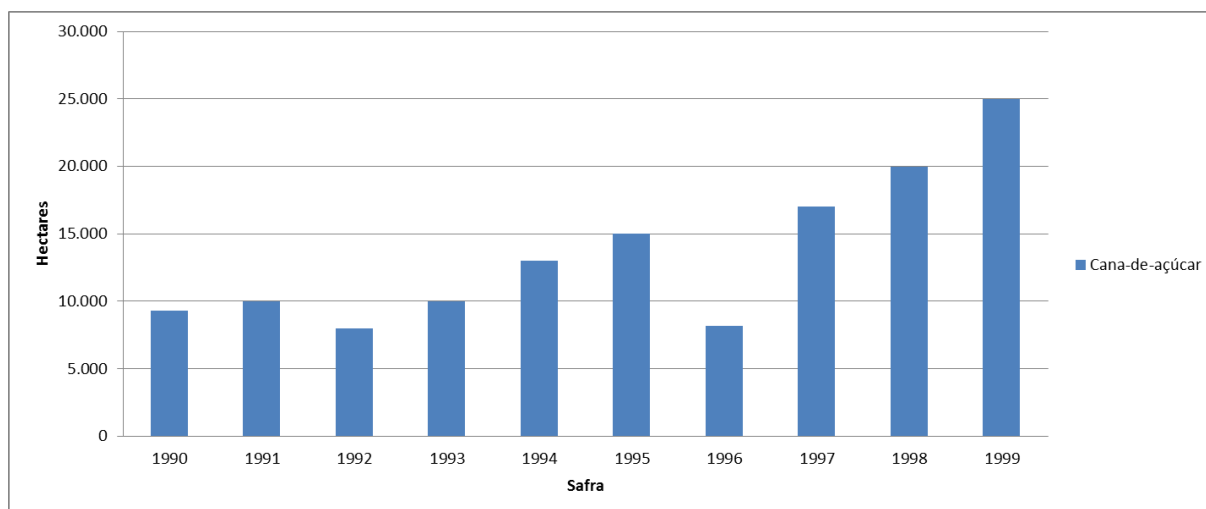
Mapa 05 – Uso de solo do Município de Canápolis MG no ano de 1980.



Percebemos no mapa (05) que a construção do segundo complexo sucroalcooleiro no município foi possível, pois o mesmo possuía área para abrigar as duas usinas e suas lavouras. Outro fator primordial para o avanço da cana no município foi a disponibilidade hídrica. O município de Canápolis encontra-se localizado na Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, sendo possível irrigar a cana, além desse fator o município tem alto índice pluviométrico<sup>56</sup>.

A cana-de-açúcar foi inserida em áreas que anteriormente, eram ocupadas por culturas como o algodão, a soja e o milho, além das pastagens para a criação de gado. No processo de reordenamento do espaço agrícola, houve um aumento na área plantada de cana em Canápolis de acordo com o gráfico 01

Gráfico 01 – Área plantada de cana-de-açúcar no município de Canápolis 1990-1999.



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Org.: COSTA, R. S. 2014.

Ao observar o gráfico 01, constata-se que apesar de ocorrer um aumento significativo na área ocupada pela cana, de 1990 a 1998 há uma grande variação de área. Um dos motivos encontrados foi a variação de preços do açúcar e do álcool no cenário mundial. Sendo que a retomada e aumento da produção sucroalcooleira ocorreu no ano de 1997.

Apesar das duas usinas estarem instaladas no município de Canápolis há mais de duas décadas, o grande “bum”<sup>57</sup> ocorreu a partir do final da década de 1990 e início da década de 2000. Década que ambas as usinas expandiram suas

<sup>56</sup> Segundo Silva (2010) o índice pluviométrico é de 1.527 mm anual.

<sup>57</sup> Relacionamos a expressão “bum”, ao falar da expansão da cana no município de Canápolis, pois, sua chegada pode ser descrita como uma explosão de lavouras.

lavouras, aumentando a produção e a área ocupada com o cultivo de cana no município.

## **2.3 As Políticas da década 2000:**

No início ano 2000, em ritmo frenético aconteceu a expansão das lavouras de cana-de-açúcar no território nacional. Essa expansão aconteceu devido aos altos investimentos do capital privado e de políticas públicas voltadas para autossuficiência energética do país, justificada pela viabilidade ambiental e com a propaganda de combustível “ecologicamente correto”. Neste contexto socioeconômico e ambiental altamente favorável às fontes de energia “limpa”, a opção pelo Etanol projetou o Brasil no cenário mundial como um importante produtor/fornecedor de combustíveis renováveis.

O setor sucroalcooleiro vive atualmente uma explosão em termos de grande negócio, colocando o Brasil em um seleto grupo de fornecedores mundiais que irá participar dessa demanda crescente no mundo afora. O setor de cana evoluiu nos últimos anos, introduzindo novas práticas agrícolas e técnicas modernas de processamento. O recente e espetacular interesse mundial pelo álcool - outra importante fonte de energia que poderá substituir o petróleo na produção de combustíveis -, faz com que o Brasil invista na construção de novas usinas de álcool e em pesquisas sobre biodiesel, consolidando importante posição em fontes alternativas de energia. O recente e espetacular interesse pelo álcool combustível brasileiro se deve ao fato de o produto não só ser um alternativo à gasolina, mas, principalmente, pelos aspectos ambientais relacionados ao uso dele pela redução das emissões veiculares, por não influir no efeito estufa, por ser proveniente de matéria-prima renovável e por ser uma energia não fóssil (CASTRO, 2006, s/p).

Reforçando a afirmação de Castro (2006) o MAPA<sup>58</sup> traz que:

O Brasil não é apenas o maior produtor de cana. É também o primeiro do mundo na produção de açúcar e etanol e conquista, cada vez mais, o mercado externo com o uso do biocombustível como alternativa energética. Responsável por mais da metade do açúcar

---

<sup>58</sup> Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.



comercializado no mundo, o País deve alcançar taxa média de aumento da produção de 3,25%, até 2018/19, e colher 47,34 milhões de toneladas do produto, o que corresponde a um acréscimo de 14,6 milhões de toneladas em relação ao período 2007/2008. Para as exportações, o volume previsto para 2019 é de 32,6 milhões de toneladas. O etanol, produzido no Brasil, a partir da cana-de-açúcar, também conta com projeções positivas, para os próximos anos devido principalmente ao crescimento do consumo interno. A produção projetada para 2019 é de 58,8 bilhões de litros, mais que o dobro da registrada em 2008. O consumo interno está projetado em 50 bilhões de litros e as exportações em 8,8 bilhões (MAPA, 2008, s/p).

Devido à importância do etanol vista no cenário mundial, o Brasil assinou acordos de cooperação com vários países (China, Argentina, Estados Unidos da América). No entanto, o mais promissor foi o memorando de entendimento assinado junto aos Estados Unidos da América, o qual propiciou investimentos em tecnologias.

Em junho de 2003, Brasil e Estados Unidos da América assinaram o Memorando de Entendimento<sup>59</sup> entre o Ministério de Minas e Energia (MME) e o Departamento de Energia (DOE) para Estabelecimento do Mecanismo de Consultas sobre Cooperação na Área de Energia, assim eles passaram a contar com foro específico, em nível ministerial, para tratar da cooperação energética, inclusive em novas áreas tecnológicas como o sequestro de carbono<sup>60</sup> e a economia do hidrogênio<sup>61</sup>.

No ano de 2007, Brasil e os Estados Unidos da América assinaram o segundo Memorando de Entendimento para pesquisa e desenvolvimento de biocombustíveis, o que propiciou o avanço no setor sucroalcooleiro. Segundo Benevides (2011):

[...] os dois países se engajaram em parceria inovadora, voltada para projetos bilaterais de pesquisa, cooperação com terceiros países e a estruturação do mercado internacional de biocombustíveis. Dessa forma, no período 2003-2007, o relacionamento no setor de energia elevou-se de patamar restrito à cooperação técnica e às consultas

<sup>59</sup> Segundo MME Memorando de Entendimento são: atos redigidos de forma simplificada. Têm a finalidade de registrar princípios gerais que orientam as relações entre as partes em planos políticos, econômico, cultural ou em outros.

<sup>60</sup>De acordo com CEPAC: O sequestro de carbono constitui um mecanismo de transferência de carbono da atmosfera para a biosfera (sequestro por biomassa), hidrosfera (sequestro oceânico) e litosfera (sequestro geológico).

<sup>61</sup> Definido por autores como mudança da matriz energética, saída do combustível fóssil e busca por fontes alternativas.



ministeriais sobre temas energéticos até alcançar o status de parceria na área dos biocombustíveis (BENEVIDES, 2011, p. 13).

Com a parceira consolidada, o setor sucroalcooleiro fez parte do cenário mundial, elevando investimentos e vindas<sup>62</sup> de companhias estrangeiras para produzir etanol no Brasil (Bunge, Texaco, dentre outras) além desse fato, propiciou:

No setor dos biocombustíveis, ao amparo do Memorando de Entendimento de 2007, os Governos do Brasil e dos Estados Unidos lançaram parceria bilateral, que inclui: a) pesquisa e desenvolvimento de tecnologia para biocombustíveis de nova geração; b) ação conjunta para promover a produção e o consumo de etanol em países da América Central, do Caribe e da África; e, c) cooperação no âmbito do Fórum Internacional de Biocombustíveis para o estabelecimento de padrões uniformes e normas com vistas ao estabelecimento do mercado de biocombustíveis [...] (BENEVIDES, 2011, p. 14).

Essa busca pela nova geração de etanol, a qual é chamada de etanol de segunda geração, segundo a Petrobrás (2011) “O diferencial dessa tecnologia é o aproveitamento de bagaço de cana-de-açúcar, o que permite um aumento na produção de até 40% sem necessidade de ampliar a área plantada com canavial”. No entanto, essa tecnologia de produção de etanol utilizando o bagaço de cana, ainda não está em utilização e não contempla todo o território brasileiro, já que ela ainda está em fase de teste e está em execução apenas nas áreas de testes da Petrobrás.

Além desses acordos entre Brasil e Estados Unidos da América, outro fato importante para o avanço dos canaviais para o interior do Brasil (Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso), foi acarretado devido aos investimentos realizados pelo setor sucroalcooleiro. Assim o etanol “volta” a fazer parte do consumo automobilístico.

Atualmente (2014), quase todos os veículos no Brasil saem na versão flex fuel (uso de etanol e gasolina), possui poucos modelos de veículos na versão apenas a gasolina, esses veículos estão nas categorias *top* de linha ou importados. Eles representam uma pequena parcela do mercado nacional e continuarão sendo oferecidos no mercado nacional.

---

<sup>62</sup> O que ocorreu no cenário nacional foi a compra de usinas sucroalcooleiras por companhias estrangeiras. Como exemplo a Compra da usina Santa Juliana pela companhia norte americana Bunge.

Devido às políticas públicas, as indústrias sucroalcooleiras se instalaram em quase todo o território nacional, mas no século XXI, o direcionamento dos investimentos ocorreu para o estado de Minas Gerais. Estado que implantou políticas para o setor sucroalcooleiro, como a isenção de alguns impostos, financiamentos subsidiados, dentre outros auxílios. Segundo a fala do governador Aécio Neves, em pronunciamento no ano de 2008, disponível no site da Secretaria do Estado e Desenvolvimento Econômico do Governo de Minas Gerais.

Aqui em Minas, os senhores sempre encontrarão um solo absolutamente fértil não apenas para a produção de cana-de-açúcar, mas para ousadias empreendedoras. O Estado se preparou, Minas vive um momento extraordinário de pujança, de crescimento econômico. Foram mais de R\$ 160 bilhões de novos investimentos anunciados no Estado nesse nosso período de governo, com algumas centenas de milhares de novos empregos gerados e uma perspectiva extraordinária para o futuro (Informação verbal)<sup>63</sup>.

Após os investimentos do Estado, segundo o IBGE/SIDRA (2007) a área plantada passou de 496.933 hectares para 715.628 mil hectares cultivados de cana-de-açúcar no ano de 2009. No contexto desse crescimento de área cultivada várias práticas sociais, costumes, vínculos territoriais e os próprios produtores rurais foram envolvidos em processos de mutações do espaço.

A sociedade opera no espaço geográfico por meio dos sistemas de comunicação e transporte. À medida que o tempo passa, a sociedade atinge níveis cada vez maiores de complexidade pelo uso das hierarquias e pelo manejo especial dos materiais e das mensagens. Segue-se que a propriedade desses sistemas é importante na condução de todas as nossas atividades. Quaisquer limitações ao movimento das coisas dos pensamentos através dessas hierarquias converte-se, por sua vez, em coações exercidas sobre o funcionamento da sociedade. As limitações podem ser físicas, institucionais e culturais, ou psicológicas. À medida que mudam a tecnologia e as aspirações humanas, tornando possível novas conexões e às vezes fechando as velhas rotas, a coação no interior dos sistemas também muda (KOLARS, J. F.; NYSTEN, J. D., 1974 *apud* SANTOS, M, 1999, p.113).

Como exemplo dessas transformações aceleradas e de relevantes impactos socioespaciais no cerrado mineiro, citamos o caso da cultura do algodão que no ano

---

<sup>63</sup> Fala do governador Aécio Neves, em pronunciamento no ano de 2008. Disponível no site da Secretaria do Estado e Desenvolvimento Econômico do Governo de Minas Gerais

de 2000 ocupava uma área plantada de 1500 hectares. Depois de uma década, essa área foi reduzida para de 95 hectares<sup>64</sup> no ano de 2010.

O processo acelerado de reocupação dos solos agricultáveis na região do Triângulo Mineiro também pode ser percebido quando nos remetemos ao cultivo da cana-de-açúcar. Nesta região, de acordo com os dados do quadro 03, em menos de uma década, os municípios receberam dezesseis usinas de álcool e açúcar.

Quadro 03 – Usinas instaladas na região do Triângulo Mineiro a partir do ano de 2000.

<b>NOME FANTASIA</b>	<b>RAZÃO SOCIAL</b>	<b>MUNICÍPIO</b>
Coruripe - Filial Campo Florido	S. A. Usina Coruripe Açúcar e Álcool	Campo Florido
Carneirinho	Carneirinho Agroindustrial S/A	Carneirinho
Caeté - Unidade Volta Grande	Usina Caeté S/A - Unidade Volta Grande	Conceição das Alagoas
Delta	Usina Caeté S/A - Unidade Delta	Delta
Vale do Ivaí - Unidade Fronteira	Vale do Ivaí S/A - Açúcar e Álcool	Fronteira
Cerradão	Usina Cerradão Ltda	Frutal
Frutal Açúcar e Álcool	Usina Frutal Açúcar e Álcool S/A	Frutal
Itapagipe	Usina Itapagipe Açúcar e Álcool Ltda	Itapagipe
Ituiutaba	Ituiutaba Bioenergia Ltda	Ituiutaba
Iturama	S/A Usina Iturama Coruripe Açúcar e Álcool	Iturama
Coruripe - Filial Limeira do Oeste	S.A. Usina Coruripe Açúcar e Álcool	Limeira do Oeste
Santo Angelo	Usina Santo Angelo Ltda	Pirajuba
Santa Juliana	Agroindustrial Santa Juliana S/A	Santa Juliana
Cia. Energética Vale do São Simão	Companhia Energética Vale do São Simão	Santa Vitória
Uberaba	Usina Uberaba S/A	Uberaba
Vale do Tijuco	Companhia Energética de Açúcar e Álcool Vale do Tijuco Ltda	Uberaba

Fonte: Ministério da Agricultura/ Secretaria de Produção e Agroenergia/ Departamento da Cana-de-açúcar e Agroenergia, 2011. Org.: COSTA, Ricardo Silva, 2014.

Vários fatores concorreram para que o Triângulo Mineiro viesse a tornar-se alvo desses investimentos. O setor sucroalcooleiro foi favorecido por políticas de governo federal e de estado voltadas para as áreas de Cerrado (como vimos anteriormente). A partir de recursos públicos, o setor foi garantindo produção e produtividade. A infraestrutura espacial disponibilizada pelo Estado garantiu uma logística que possibilitou aos usineiros ganhos importantes para competir no mercado internacional.

Outros fatores preponderantes foram a qualidade dos solos, disponibilidade de recursos hídricos e a oferta de áreas para compra ou arrendamento. As condições dos solos, clima e tecnologia também proporcionam safras de cana-de-açúcar sem interrupções.

<sup>64</sup>De acordo com IBGE/SIDRA, 2010.

No ano de 2014 sabe-se que já são vinte e quatro usinas instaladas e vinte e três usinas em funcionamento, como se pode observar no quadro 04.

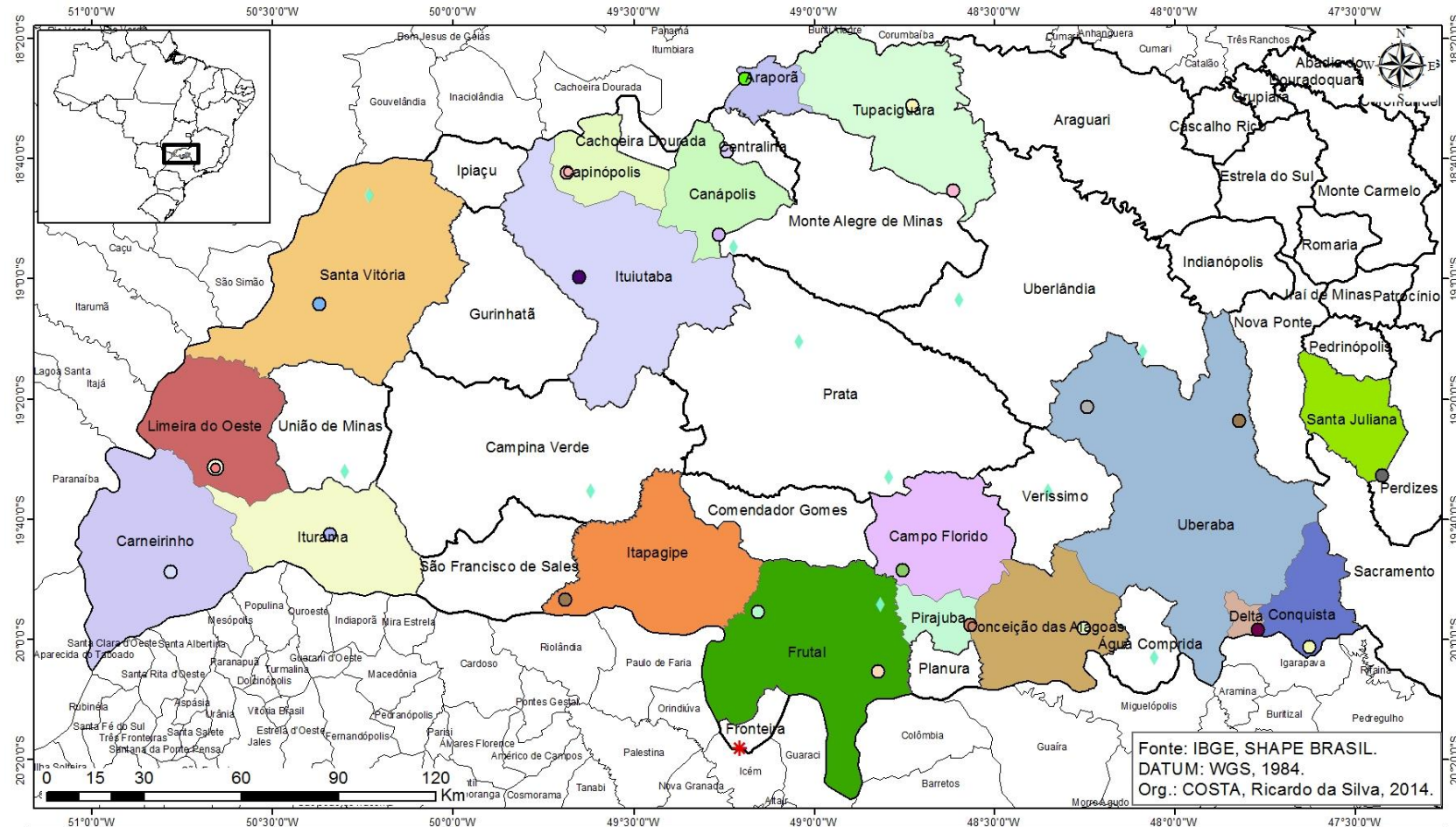
Quadro 04 – Relação das unidades produtoras cadastradas no Departamento da cana-de-açúcar e Agronegria na região do Triângulo Mineiro até o ano de 2014.

NOME FANTASIA	RAZÃO SOCIAL	MUNICÍPIO
Alvorada	Usina Alvorada Ltda Açúcar e Alcool	Araporã
Coruripe - Filial Campo Florido	S. A. Usina Coruripe Açúcar e Alcool	Campo Florido
DAMFI	DAMFI - Destilaria Antônio Monti Filho Ltda	Canápolis
Triálcool	Laginha Agro Industrial S/A	Canápolis
Vale do Paranaíba	Laginha Agro Industria S/A	Capinópolis
Coruripe - Carneirinho	S.A. Usina Coruripe Açúcar e Alcool	Carneirinho
Companhia Energética Vale Do São Simão	Companhia Energética Vale Do São Simão	Chaveslândia
Delta - Unidade Volta Grande	Usina Delta S/A	Conceição das Alagoas
Delta - Unidade Conquista	Usina Delta S. A.	Conquista
Delta - Unidade Delta	Usina Delta S/A	Delta
Cerradão	Usina Cerradão Ltda	Frutal
Frutal	Usina Frutal Açúcar e Alcool S/A	Frutal
Itapagipe	Usina Itapagipe Açúcar e Alcool Ltda	Itapagipe
Ituiutaba	Ituiutaba Bioenergia Ltda	Ituiutaba
Iturama	S/A Usina Coruripe Açúcar e Alcool	Iturama
Coruripe - Filial Limeira do Oeste	S.A. Usina Coruripe Açúcar e Alcool	Limeira do Oeste
Cabrera Energética	Cabrera Central Energética Açúcar e Alcool S/A	Limeira do Oeste
Santo Angelo	Usina Santo Angelo Ltda	Pirajuba
Santa Juliana	Agroindustrial Santa Juliana S/A	Santa Juliana
Aroeira	BIOENERGÉTICA AROEIRA LTDA	Tupaciguará
Cachoeira	Destilaria Cachoeira Ltda	Tupaciguará
Uberaba	Usina Uberaba S/A	Uberaba
Vale do Tijuco	Companhia Energética de Açúcar e Alcool Vale do Tijuco Ltda	Uberaba

Fonte: Ministério da Agricultura/ Secretaria de Produção e Agroenergia/ Departamento da Cana-de-açúcar e Agroenergia, 2014. Org.: COSTA, Ricardo Silva, 2014.

Para elucidar as informações expostas nos quadros 03 e 04 construímos o mapa 06. As usinas instaladas estão georreferenciadas, já os projetos estão expostos de forma aleatória apenas indicando os municípios, os quais receberam as usinas, sendo que os pontos apontados no mapa (06) não indica o local onde será construída a usina.

Mapa 06 – Localização das Usinas Sucroalcooleiras e dos projetos de usinas na Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.



#### Usina

- |                      |  |                                |                             |                            |
|----------------------|--|--------------------------------|-----------------------------|----------------------------|
| ● Alvorada           | ● Companhia Energética Vale Do São Simão | ● Delta - Unidade Volta Grande | ● Santo Angelo              | ● Delta - Unidade Delta    |
| ● Aroeira            | ● Coruipe - Carneirinho                  | ● Frutal                       | ● Triálcool                 | ● Santa Juliana            |
| ● Cabrera Energética | ● Coruipe - Filial Campo Florido         | ● Itapagipe                    | ● Vale do Paranaíba         | ● Uberaba                  |
| ● Cachoeira          | ● Coruipe - Filial Limeira do Oeste      | ● Ituiutaba                    | ● Vale do Tijuco            | ● Usina Desativada         |
| ● Cerradão           | ● DAMFI                                  | ● Iturama                      | ● Delta - Unidade Conquista | ● Projetos de Novas Usinas |

Das vinte e quatro usinas instaladas, duas não estavam cadastradas na safra de 2013, ambas entraram em falência<sup>65</sup>. A primeira usina a parar de funcionar no Triângulo Mineiro foi à usina Vale do Avaí localizada no município de Fronteira. Ela não funciona desde o ano de 2011. A segunda usina parou de moer no ano de 2012, localizada no município de Conquista. Trata-se da usina Mendonça, ela era uma das usinas mais antigas do Triângulo Mineiro. No entanto, no ano de 2014 esta usina voltou a funcionar sobre o comando do grupo Delta.

Além dessas usinas instaladas, a região do Triângulo Mineiro é alvo de mais onze projetos de instalação de novas unidades sucroalcooleiras, o que vai demandar mais áreas para cultivo de cana-de-açúcar. As unidades estão espalhadas pelo Triângulo Mineiro, sendo: 1 projeto em Santa Vitória; 2 projetos de instalação no município de Uberlândia; 1 em Campina Verde; 2 no Prata; 1 em União de Minas; 1 em Frutal; 1 em Monte Alegre de Minas; 1 em Veríssimo e 1 em Água Comprida (mapa 06).

Diante dessa situação vários municípios “sofreram” com a expansão dos canaviais, tendo suas paisagens e identidades socioterritoriais alteradas. No entanto, nosso enfoque é o município de Canápolis, o qual se observou estar dentro de um complexo processo de transição, afetando as formas de produção e o próprio território, os quais entram em disputas.

## **2.4 Canápolis 2014**

Canápolis, segundo estimativas do IBGE (2010), apresenta uma população de 11.365 habitantes, sendo que 10.180 pessoas residem na cidade e 1.185 pessoas residem na zona rural. Sua economia é baseada na agropecuária, onde se

---

<sup>65</sup> Um dos motivos encontrados foi o corte de financiamentos por parte do governo, assim as usinas não conseguiram honrar os acordos feitos com os fornecedores (cana e suplementos).

destacam a pecuária (50.809 cabeças de gado bovino<sup>66</sup>), e os plantios de abacaxi (1.500 hectares plantados), cana-de-açúcar (25.000 hectares plantados), e de grãos como, milho (2.100 hectares plantados) e soja (3.000 hectares plantados)<sup>67</sup>.

Trata-se de um município que abriga duas usinas sucroalcooleiras, as quais se encontram em pleno funcionamento. Segundo IBGE/SIDRA (2012) os dois empreendimentos, ocupam, no município uma área de aproximadamente de 25 mil hectares com cana-de-açúcar. O curioso nesse processo de reocupação exercido pelas indústrias sucroalcooleiras é que apenas as lavouras de cana-de-açúcar ocupam 30% da área total de Canápolis.

As duas usinas redefiniram profundamente as paisagens<sup>68</sup> do município inserindo lavouras onde antes eram produzidos outros cultivos. A Usina DAMFI – Destilaria Antônio Monti Filho produz etanol, e a Triálcool produz etanol e açúcar. Os imóveis rurais integrantes da Unidade Produtiva Triálcool, totalizam 24 fazendas próprias em uma área total de 6.700,34 ha. e 76 fazendas arrendadas, formando uma área de 23.396,86 ha. de cana, as fazendas estão situadas nos municípios de Canápolis, Monte Alegre de Minas e Ituiutaba.

Observamos que o capital sucroalcooleiro age no município usando a infraestrutura existente e neste processo vai formando a sua base produtiva e a sua lógica de ação territorial. Assim, a partir da transformação da paisagem e do uso do espaço consideramos também as reações das pessoas e dos pequenos produtores rurais, envolvidos nestas alterações do espaço. Como exemplo, citamos o alargamento das estradas<sup>69</sup>, observados na fotografia 06.

---

<sup>66</sup> Fonte dos dados IBGE SIDRA, 2012.

<sup>67</sup> Fonte dos dados IBGE - Produção Agrícola Municipal 2012 e IBGE - Produção Pecuária Municipal 2012.

<sup>68</sup> Segundo Silva (2002, p. 73) [...] A paisagem revela objetos próximos e distantes, elementos da natureza e da cultura, aspectos materiais e subjetivos, estruturas geológicas e estruturas sociais [...]

<sup>69</sup> Com o alargamento das estradas começam a transitar veículos maiores como os caminhões, treminhões, etc. Além desse fato, o alargamento propicia o aumento de velocidade o que acarreta preocupações para as pessoas que vivem na área rural, pois novos ritmos introduzidos rapidamente vão tencionando outras práticas tornando-se perigoso o transitar, por exemplo, com carroças neste tipo de estrada.

Fotografia 06 – Estrada para trânsito de treminhões no município de Canápolis no ano de 2012.



Fonte: COSTA, R. S, 2012.

As pastagens foram as áreas mais atingidas pela expansão dos canaviais, devido a qualidade dos solos, os quais na condição de degradados comprometiam o manejo da pecuária, não propiciando rendimento para o proprietário. As áreas destinadas à produção do abacaxi, também foram impactadas com a expansão das lavouras de cana, devido aos arrendamentos da cana remunerar melhor do que o ofertado pelos produtores de abacaxi.

O comprometimento dos cultivos de gêneros alimentícios, embora ocorram em menor escala, com os cultivos de mandioca e hortifrutigranjeiros, já é percebido nas prateleiras dos mercados, pois ocorre uma diminuição da oferta destes produtos no município.

Como a materialização da produção de etanol e açúcar é percebida mais facilmente no território, assim decidimos encaminhar essa pesquisa problematizando a condição dos territórios dos produtores tradicionais de abacaxi.

No município, o cultivo da fruta (abacaxi) faz parte de sua história, entretanto é a partir da década de 2000 que acontecem mudanças significativas no espaço, inclusive com importantes implicações nas relações sociais de produção envolvendo as pessoas que viviam da cultura do abacaxi. No município, os produtores rurais tiveram que se adaptar e se envolver em (re)arranjos socioespaciais, promovendo saídas para amenizar os impactos decorrentes, por exemplo da inflação no preço da



terra e da mão-de-obra. Os modos de vida desses pequenos produtores também foram afetados, inclusive promovendo entre eles desistências em produzir o fruto.

Assim, nosso próximo capítulo é voltado para as questões relacionadas à condição de existência do pequeno produtor de abacaxi, sua capacidade de produção, principalmente tecnológica, seus saberes e fazeres, estratégias de convivência com o setor sucroalcooleiro, tornando-se necessário analisar as questões socioterritoriais decorrentes deste processo. Portanto, a condição deste pequeno produtor será analisada na perspectiva de se compreender as suas territorialidades em um espaço reocupado pelo grande capital monopolista.

### **3. OS VÍNCULOS TERRITORIAIS A PARTIR DAS RELAÇÕES SOCIAIS DOS PRODUTORES DE ABACAXI**

Neste capítulo, temos como objetivo discutir o cultivo do abacaxi, o qual vem “sofrendo” imposições socioeconômicas principalmente em decorrência do aumento do custo do arrendamento provocado e sustentado pelas duas usinas sucroalcooleiras. Como o pequeno produtor vive do trabalho e da renda que consegue realizar na terra, a situação de redução de oferta fatalmente se traduz nos modos de vida dos pequenos produtores de abacaxi. Neste contexto é que procuramos compreender a importância dos costumes, tradições e valores humanos de um grupo social que existe na condição de pequeno produtor rural mesmo com a quantidade de lavouras de cana-de-açúcar instaladas no município.

As lavouras de abacaxi são cultivadas por pequenos produtores e fazendo parte da economia de Canápolis. Neste processo de reocupação de áreas agricultáveis do município não se tem apenas investimentos de capitais, mas tensões sociais que indicam, entre sujeitos sociais, disputas por áreas, defesa do território. Essencialmente trata-se de tensões que anunciam buscas por melhores oportunidades de remuneração dos capitais investidos no campo e de permanência dos pequenos produtores no campo.

No caso do abacaxi há retrações no que se refere à área plantada. Os produtores continuam sofrendo imposições do setor sucroalcooleiro, principalmente quanto ao mercado de terras. Com o aumento do custo do arrendamento o qual foi inflacionado pelos usineiros que conseguem fazer as melhores propostas e propor contratos de longo prazo, inclusive com adiantamento de parcelas em dinheiro.

Para além dos aspectos econômicos, no que se refere às interações das famílias e dos pequenos produtores com o espaço reocupado, com o usineiro, com os donos de terra, observamos enormes dificuldades dos produtores rurais manterem seus projetos de vida e vários de seus costumes relacionados aos seus modos de vida e a produção dos meios de vida. Neste contexto são alterados, fragmentados e mesmo miniaturizados certos conhecimentos e saberes

relacionados ao cultivo da fruta, ocorridos principalmente a partir da expansão canavieira.

Na prática as tensões são fabricadas e atingem fortemente a existência dos produtores de abacaxi. As estruturas recentes do Estado e das usinas sucroalcooleiras inviabilizam a existência do sistema tradicional que existe sem grandes usos de tecnologias; sem a necessidade de fazer empréstimos, dentre outros arranjos ou estratégias socioculturais e produtivas. Algumas lavouras de abacaxi vão sendo encurraladas entre as lavouras de cana e as áreas de proteção ambiental. Os produtores da fruta perdem espaço, perdem território e na condição de encurralados correm o risco de serem criminalizados<sup>70</sup> por plantarem suas roças perto ou mesmo dentro das áreas de preservação permanente<sup>71</sup>.

As áreas de preservação permanente tornam-se importantes para os pequenos produtores de abacaxi, pois elas não são arrendadas ou não tem uso para a cana<sup>72</sup>, assim os produtores conseguem produzir mesmo no limite ou fora dele estabelecido pelas leis ambientais. De acordo com Santos, R. J (2008)

Essas populações do interior do país, cuja cultura é repleta de mistificações de sentidos, de criatividade resultantes de elementos culturais indígenas, africanos e portugueses, reproduziram-se em relações com a natureza bruta e atingiram graus de sabedorias, prudências, assim como instituições que mantiveram níveis de coesão, formulando aquilo que Bastide

---

<sup>70</sup> Nas incursões ao campo constatamos que as lavouras de abacaxi estão em desacordo com o código florestal nos itens: a) 30m (trinta metros), para os cursos d'água de menos de 10m (dez metros) de largura; b) 50m (cinquenta metros), para os cursos d'água de 10m (dez metros) a 50m (cinquenta metros) de largura; c) 100m (cem metros), para os cursos d'água de 50m (cinquenta metros) a 200m (duzentos metros) de largura. Sendo assim entendemos/preocupamos com a legalidade das lavouras.

<sup>71</sup> Segundo o Código Florestal Mineiro Lei Nº 20922 DE 16/10/2013, Art. 8º Considera-se APP a área, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

<sup>72</sup> A questão das lavouras de cana-de-açúcar não entrar em áreas de preservação permanentes, não se dá devido a consciência ambiental de seus cultivadores, ou dos mesmos respeitarem as leis ambientais, mas sim, devido às normativas para exportação do açúcar. Os produtores de cana-de-açúcar sabem, portanto que as suas lavouras têm que respeitar limites ambientais sendo que uma dessas normativas é a ISO 14001. A ABNT NBR ISO 14001 é aplicável a qualquer tipo de organização que tem por objetivo obter um desempenho ambiental correto bem como buscar sua certificação por uma organização externa competente. A norma visa orientar a implementação de sistemas de gestão ambiental nas organizações visando à sua conformidade com a realidade do empreendimento e ainda servir de subsídio para uma análise intra ou externamente da conformidade entre esta certificação e uma autodeclaração de um empreendimento, e por fim, mas não menos importante, tem como objetivo dar as diretrizes para a confirmação de sua conformidade frente a algum requisito pré-estabelecido por algum cliente.

denominou cultura rústica nos cerrados de Minas Gerais (SANTOS, R.J, 2008, p. 62).

Quando se fala em cultura rústica dos cerrados é necessariamente pensar a primariedade da existência dos pequenos produtores de abacaxi, interligada e ou subordinada ao modo de produção capitalista. Entendemos que para os pequenos produtores continuarem produzindo e vivendo no campo perante os canaviais eles apresentam algumas saídas que necessariamente podem estar sendo construídas de formas alternativas e sem se “sujeitar” inteiramente ao sistema capitalista, como o caso do uso da mão de obra familiar, sem custos empregatícios.

Nesta perspectiva compreendemos que os produtores de abacaxi em certos casos usam as contradições do espaço ao seu favor, principalmente quando estes ao apontarem os impactos ambientais existentes na formação dos canaviais, acabam convencendo os donos de terra a alugarem parte de suas parcelas para o cultivo do abacaxi.

Prifiro arrendá terra pro abacaxi do que prá, a cana o tempo é muito grande. Aqui já tem contrato com oito ano com cana, porque sei lá se vo ta viva daqui oito ano e tamem se fica esse tempo fora da terra até esquece de como é trabaíá, já o abacaxi a gente aluga uns 2 hectare, e se não fo do agrado, em um ano tira ele<sup>73</sup>.

Essa situação pode ser interpretada como sendo parte dos impasses que o capital sucroalcooleiro encontra para promover a expansão das suas lavouras na região, a qual segundo Harvey (2004)

[...] tem recorrido repetidas vezes à reorganização geográfica (tanto em termos de expansão como de intensificação) como solução parcial para suas crises e seus impasses. Assim, ele constrói e reconstrói uma geografia à sua própria imagem e semelhança. Constrói uma paisagem geográfica distintiva, um espaço produzido de transporte, de infraestrutura e de organizações territoriais que facilita a acumulação do capital numa dada fase de sua história, apenas para ter de ser desconstruído e reconfigurado a fim de abrir caminho para uma maior acumulação num estágio ulterior [...] (HARVEY, 2004, p. 80-81).

Os aspectos espaciais e geográficos do desenvolvimento do capitalismo são de fato importantes para se reconhecer uma série de mudanças nas paisagens e nos vínculos territoriais dos pequenos produtores. Reforçando a ideia de Kinn (2010)

---

<sup>73</sup> Entrevistado 1.

Diferentemente de pensar somente as contradições do capitalismo e de suas imposições ao espaço, há que se pensar também como as mudanças sócio-espaciais podem ser usadas em benefício de outros sujeitos (que não os agentes do capital), e serem territorializadas expressas por esses sujeitos como partes do seu modo de vida [...] eles não se deixam subjugar pelo poder econômico e utilizam o seu poder cultural, muito forte para manterem seu território [...] (KINN, 2010, p.31).

É importante elaborar uma compreensão adequada das contradições do capitalismo no município, pois, o território da pequena produção de abacaxi vem sendo ameaçado provocando situações de “exprimidos” pelo capital sucroalcooleiro. Sendo que esse mesmo capital que “espreme” os pequenos produtores, os auxiliam na infraestrutura<sup>74</sup>, propiciando melhores negociações e agilidade no comércio de seus produtos (abacaxi, queijos, doces, carnes).

A partir da expansão da cana-de-açúcar sobre o Cerrado canapolense, o capital sucroalcooleiro provocou mudanças socioambientais e produtivas, caracterizada pelo estabelecimento da monocultura. Apesar dos riscos que a monocultura traz ao município, ele ainda não delimitou suas áreas produtivas para assim, evitar “o domínio” da cana-de-açúcar, sobre outras culturas agrícolas.

No município é sabido dos perigos decorrentes de uma monocultura, principalmente daquilo que ela pode trazer para o solo, sendo um problema maior o seu esgotamento em determinados elementos<sup>75</sup>, sobretudo no que determina sua produtividade agrícola.

Apesar dos grandes canaviais e das duas usinas instaladas em Canápolis, elas em suas ações de arrendar a maioria das terras agricultáveis, ainda não desestruturaram totalmente a produção agropecuária do município. Os produtores de abacaxi para continuarem produzindo tiveram que se (re)adequar às novas formas de ter acesso à terra. Neste momento estão tendo que produzir as suas lavouras em menor área e investir mais em tecnologias.

Como estamos tratando de modificações da forma de produção, é importante considerar que elas ocorrem de forma particular, diferente, parcial e em escalas variadas, mas que podem ser estudadas a partir dos lugares onde elas aparecem

---

<sup>74</sup> As estradas rurais ficam em melhores condições; aumenta a oferta tecnológica (comunicação, transporte, maquinários) para o município.

<sup>75</sup> Nitrogênio, sódio, potássio, podendo alterar sua acidez, estrutura, compactação, nível de matéria orgânica, etc.

revelando contradições. O espaço clivado por diferentes temporalidades sociais e interesses induz a várias configurações dentro de uma área que em tese pode virar uma monocultura dominante no município.

### 3.1 As Produções Agrícolas do município de Canápolis

O espaço agrário do município é resultado da reestruturação do espaço agrário brasileiro (como vimos no capítulo anterior). Tendencialmente, o espaço apropriado como mercadoria entra no circuito da troca, atrai capitais que migram de um setor da economia para outro, de modo a viabilizar a remuneração dos capitais investidos para produzir combustível verde, energia elétrica e açúcar.

A monocultura da cana-de-açúcar tem gerado acirrados debates políticos em busca da retomada da possibilidade da (re)ocupação e desenvolvimento do Cerrado. Esses discursos tomam como linha norteadora, uma proposta de desenvolvimento econômico, alegando que, os principais benefícios da atividade no município está pautada na geração de emprego. Sendo que, os problemas decorrem da forma como se conduzirá o processo produtivo na região. Todavia, nossa preocupação é quanto à redução da produção de outros cultivos. Como é o caso do milho, soja (quadro 05) e do algodão como vimos no capítulo 1.

Quadro 05 – Área Plantada de soja e milho no município de Canápolis.

Área Plantada: Milho e Soja (Hectares)														
	Ano													
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
<b>Milho</b>	2.500	2.650	3.000	2.500	2.000	2.500	2.500	3.200	3.000	3.000	2.000	1.900	3.000	2.100
<b>Soja</b>	1.500	2.000	2.200	3.000	3.500	4.500	3.500	2.500	2.000	2.000	2.200	2.600	3.000	3.000

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Org.: COSTA, Ricardo da Silva, 2013.

Observamos no quadro 05 as áreas destinadas para o cultivo de grãos. Estabelecemos uma incursão temporal até o ano de 1999, pois, identificamos que o último ano do século XX foi importante para o setor sucroalcooleiro, pois é a partir

dele que os investimentos públicos e privados retomaram para o setor. A partir de então, o município de Canápolis registrou grande variação do cultivo do milho, sendo que nos últimos 13 anos houve uma redução de 88 % na área plantada. No entanto em 2012 há um retorno do milho, devido à valorização do produto. Já a soja é um caso a parte, pois, mesmo com a expansão da cana-de-açúcar a variação da área é de 100% positivo.

Esse aumento de 100% da soja ocorreu, devido às mudanças da lavoura de cana. Quando a lavoura de cana-de-açúcar não está com o rendimento bom, os canavieiros retiram a cana e plantam soja para a fixação de N<sub>2</sub> (nitrogênio). De acordo com a Hungria *et al* (2001)

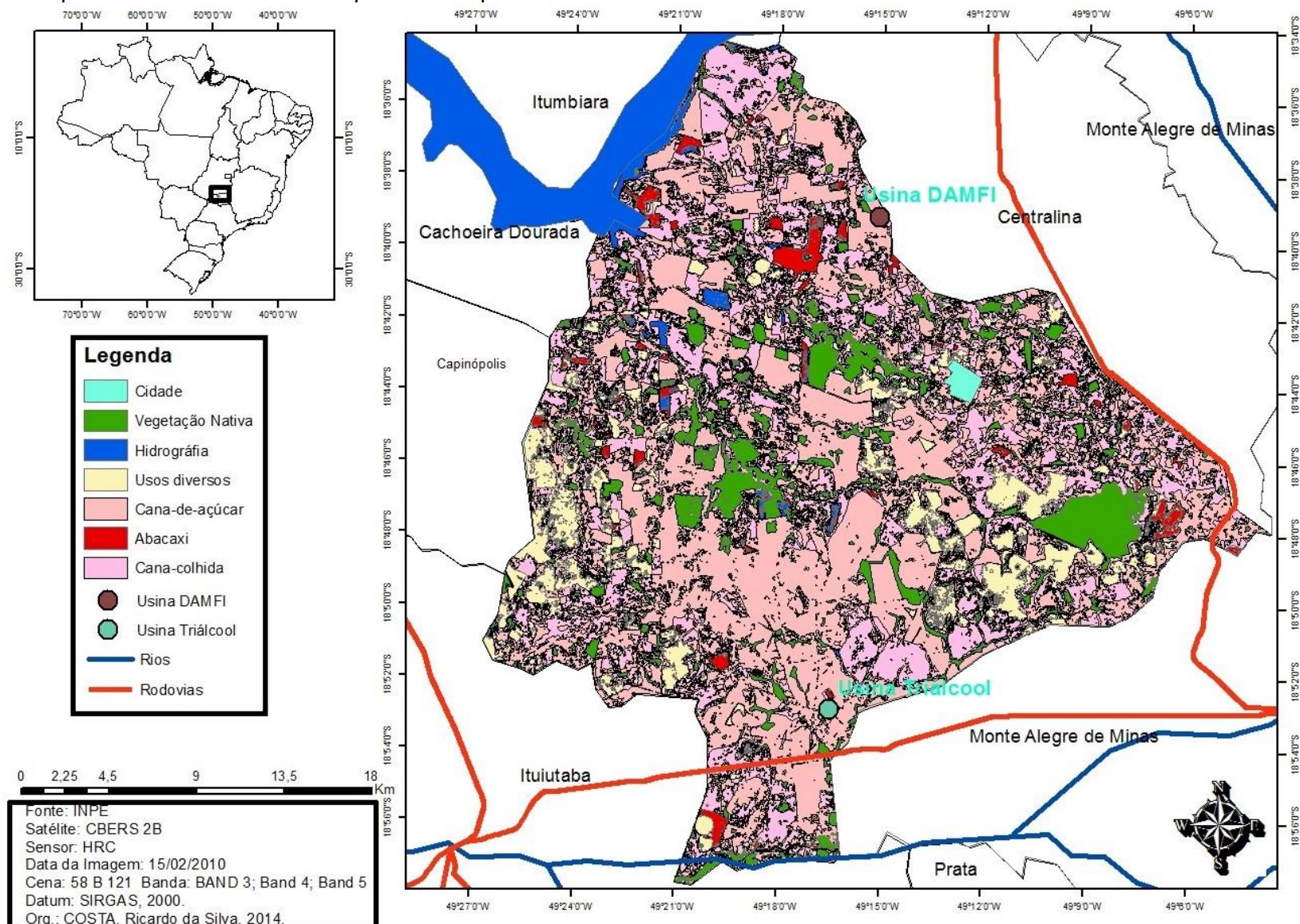
As bactérias que formam nódulos nas raízes da soja [...] desencadeiam a expressão de diversos genes, tanto na bactéria como na planta hospedeira. A seguir as bactérias penetram na raiz da soja e provocam o crescimento de células específicas da planta hospedeira [...] quando os nódulos estão em plena atividade apresentam, em sua parte interna, coloração rósea intensa, devido à atividade da legmoglobinas, cuja a função é a mesma da hemoglobina do sangue humano, ou seja, o transporte do oxigênio, essencial às funções vitais desses microrganismos aeróbios (HUNGRIA; *et al*, 2001, p.14)

O uso da soja depois da retirada da lavoura da cana propicia duas vezes o ganho do canavieiro, economizam com o uso do N<sub>2</sub> artificial a base de petróleo e ganham com a safra da soja.

Pensando nas produções agrícolas do município construímos o mapa de uso de solo (mapa 07), para compreender a dinâmica produtiva de Canápolis.

Elaboramos o mapa pensando em 5 categorias de análise do solo sendo: 1) vegetação, onde se enquadra o Cerrado nativo e florestas plantadas; 2) Usos diversos, onde colocamos os mais variados usos como, por exemplo: solo exposto, área desmatada, pastagem; 3) Cana-de-açúcar, nesta categoria entraram as lavouras plantadas; 4) Abacaxi: identificamos as lavouras de abacaxi do município; 5) Cana-de-açúcar colhida: lavouras de cana que estavam colhidas.

Mapa 07 – Mapa de uso de solo do município de Canápolis em 2010.





A partir da análise do mapa (07) foi possível obter considerações a respeito do uso e ocupação do solo no município de Canápolis, detectando as áreas ocupadas pelo agronegócio. Essas áreas de lavouras e cana-de-açúcar ocupadas pelo agronegócio dominam boa parte das paisagens do município.

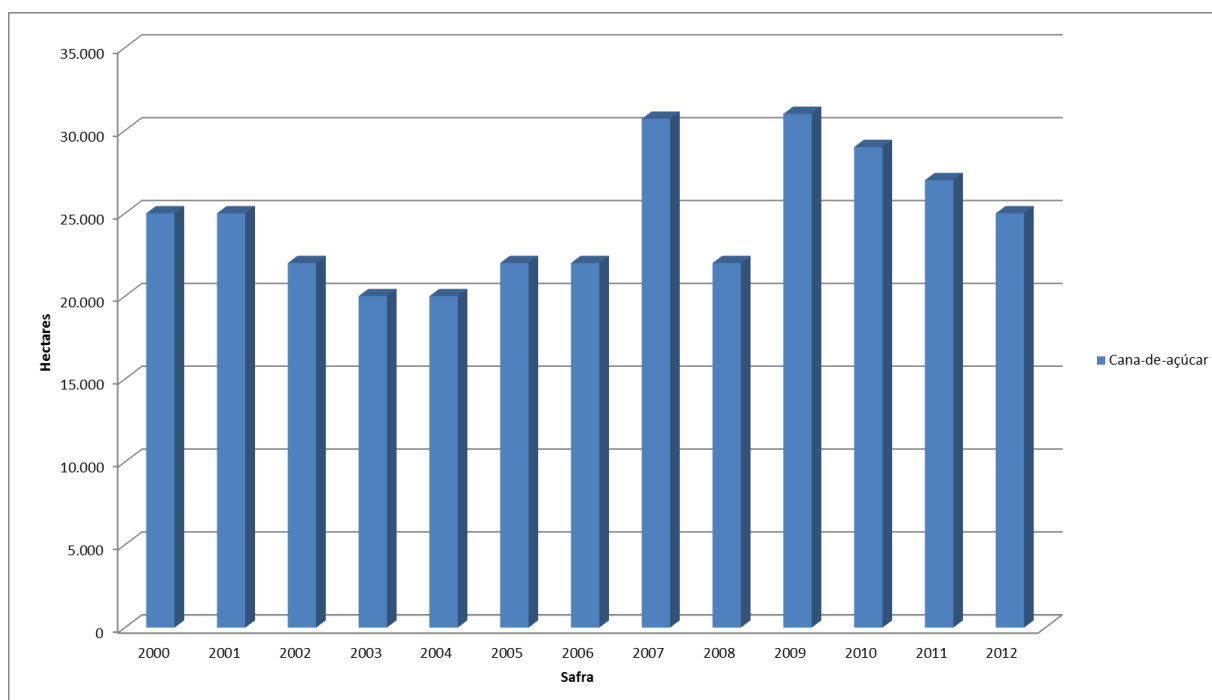
Com os resultados obtidos por intermédio do mapeamento do uso do solo, entendemos que a monocultura da cana-de-açúcar estabelece uma coexistência com outras lavouras, sendo que os produtos que são produzidos no município são importantes para a manutenção da diversidade e que poderão servir de subsídio para gestão pública, auxiliando gestores na tomada de decisão. Desse modo, esse alto grau de “dominação” do agronegócio sobre o município, pode ocorrer à suplantação de culturas de alimentos.

Constatamos que o agronegócio sendo o de grãos (soja e milho) e o sucroalcooleiro não produz para o município e sim para um mercado maior (podendo ser em todo Brasil ou de exportação). Assim, (re) afirmamos a questão de como vão ficar as demais produções de hortifrutigranjeiros, por exemplo. Produções as quais suprem parte da demanda dos mercados locais que já são consideradas insuficientes, podendo assim comprometer o abastecimento alimentar do município.

Enfatizamos nossa preocupação com os produtores de abacaxi, os quais podem ser observados no mapa (07), a partir da legenda de cor laranja, que os mesmos estão vizinhos da cana, o que pode desfavorecê-los economicamente.

Percebemos no campo que Canápolis possui grandes áreas plantadas com cana-de-açúcar, situação destacada no mapa. Para enfatizar estas informações visuais expostas no mapa (07), construímos o gráfico 02 tendo como base os dados oficiais do IBGE, para que assim pudéssemos comparar os dados oficiais e os obtidos com o mapeamento do uso de solo.

Gráfico 02 – Área plantada (hectares) de cana-de-açúcar no município de Canápolis-MG.



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Org.: COSTA, Ricardo da Silva, 2013.

Comparando as informações expostas no gráfico 02 e as informações do mapa 07, percebe-se que a cana-de-açúcar (plantada e colhida) ocupa grandes áreas, principalmente as áreas mais próximas das rodovias. Além desse fato constatamos que no município há 38.197,51 hectares cultivadas com cana (colhida + plantada) de acordo com o mapa, o que acarretou em 9.197,51 hectares a mais de cana em relação aos dados oficiais do ano de 2010.

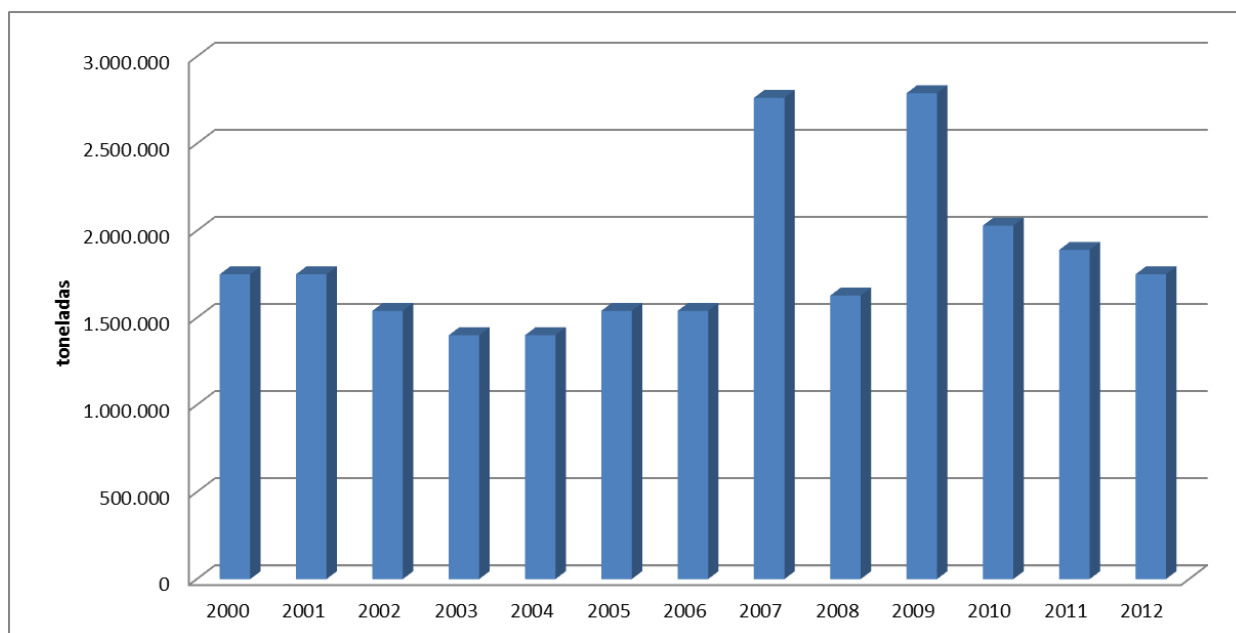
Essa expansão da área plantada no município propõe uma série de questionamentos, uma vez que, ela interfere diretamente nas dinâmicas espaciais que são envolvidas nesse processo. Aquelas pessoas que se habituaram às relações políticas e socioeconômicas que se desenvolveram a partir de uma estrutura produtiva (muitas das vezes de trocas), se veem nestes turbilhões de mudanças, lhes obrigando abruptamente a criar novas relações com um ambiente que, parece um tanto dissociado do espaço vivido. A partir daí, as práticas sociais e os costumes dessas pessoas, sofrem em função das novidades que apresentam as suas vidas, gerando transformações nas práticas e nas produções que lhes são característicos, uma vez que, é necessária a sua adaptação às exigências impostas

pelo sistema (sucroalcooleiro), bem como o surgimento de novos territórios e territorialidades.

Mas como a lavoura capitalista se apresenta em Canápolis? Como uma monocultura. A cana-de-açúcar no município é vista sob o contexto “de modernização”, tende a criar a territorialidade calcada na intervenção estatal e de grandes empresas que, tendem a trazer grandes investimentos para produzir etanol em benefícios, não deste município, mas aos capitais relacionados ao agronegócio.

O setor sucroalcooleiro investiu maciçamente no espaço e não no município, já que o mesmo possui terras propícias para o cultivo da cana-de-açúcar (gráfico 03) além de proporcionar um rendimento que remunera os capitais investidos na perspectiva de garantir lucros. Assim, 70 toneladas por hectare parecem serem adequadas para os interesses dos usineiros presentes no município e de certa forma diferentemente de outras regiões do país como é o caso do Nordeste que rende 50 toneladas por hectare.

Gráfico 03 - Quantidade produzida (toneladas) de cana-de-açúcar no município de Canápolis- MG

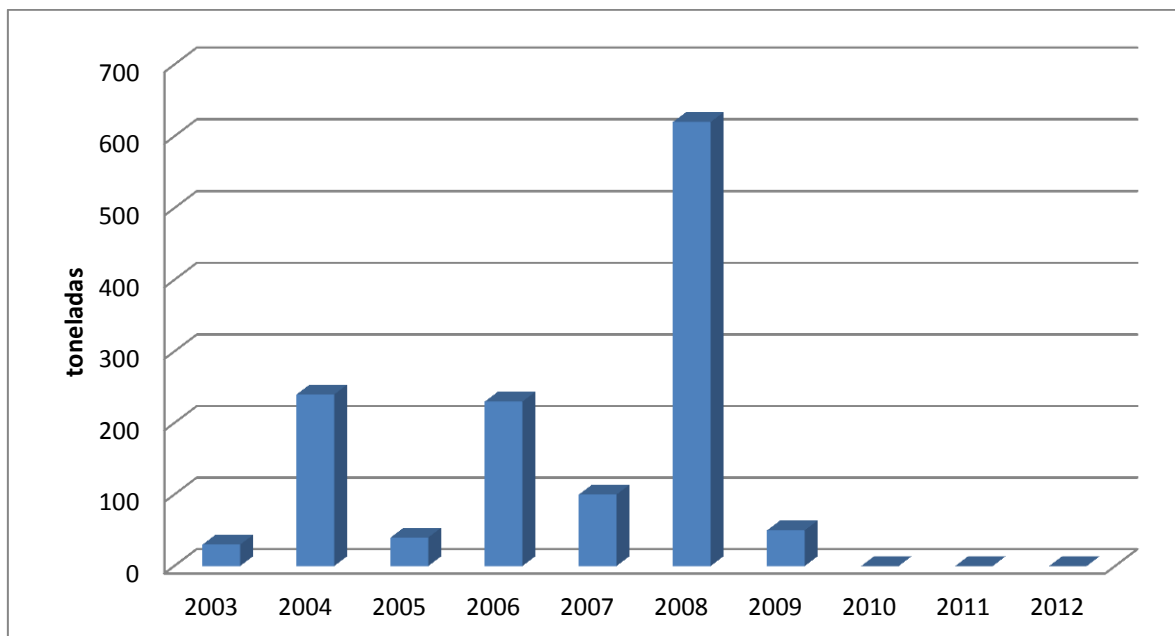


Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Org.: COSTA, Ricardo da Silva, 2013.

Observando o gráfico percebemos a grande quantidade de cana produzida no município, com isso constatamos que as lavouras de cana-de-açúcar interferiram na produtividade e no abastecimento de produtos perecíveis, como, frutas e verduras,

assim como de produtos que compõem a alimentação básica das pessoas que habitam o município. Na área de estudo, em 2014, não encontramos lavouras de arroz e feijão. Como podemos observar no gráfico 04.

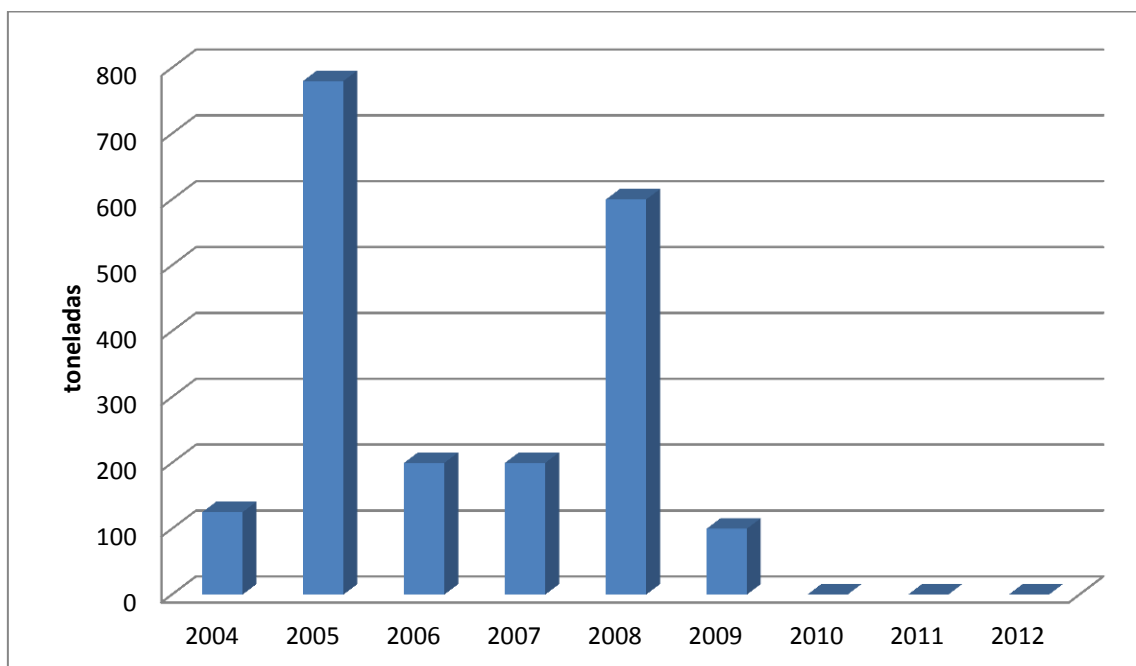
Gráfico 04 – Área plantada de arroz no município de Canápolis- MG.



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Org.: COSTA, Ricardo da Silva, 2014.

Percebemos a extinção das lavouras de arroz nos últimos três anos de dados oficiais (2010, 2011 e 2012), assim entendemos que devido essa escassez de arroz há o encarecimento do produto. Compreendemos que o encarecimento dos alimentos ocorre principalmente por dois motivos: 1) o frete, pois a alimentação vem de lugares distantes, encarecendo os artigos que compõem a nutrição das pessoas do lugar; 2) Como não existe beneficiadora instalada, os alimentos já vêm embalados de outros municípios, promovendo elevação nos seus custos. Para exemplificarmos a produção de alimentos em Canápolis, usamos o feijão, de acordo com o gráfico 05.

Gráfico 05 – Área plantada de feijão no município de Canápolis- MG.



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Org.: COSTA, Ricardo da Silva, 2014.

De acordo com os dados apresentados no gráfico 05 o feijão também desapareceu da paisagem do município. Em Canápolis não se produz mais os alimentos básicos para os seus habitantes. Esses alimentos são comprados já embalados, de outros municípios como Uberlândia, Ituiutaba, pois o município não possui mais indústrias beneficiadoras de arroz e feijão. Assim indagamos quais produtos ainda podem desaparecer da paisagem rural de Canápolis?

Portanto, torna-se também importante e necessário incluir nos estudos sobre a expansão do setor sucroenergético os impactos derivados do processo da monocultura da cana-de-açúcar e sua consequente desarticulação da produção agrícola, em especial, o abacaxi no município de Canápolis.

### 3.2 As territorialidades no/do cultivo do abacaxi

Para compreendermos as relações sociais e os valores humanos envolvidos e presente na constituição dos territórios dos pequenos produtores de abacaxi

encaminhamos o nosso estudo considerando as práticas produtivas desses produtores e as suas territorialidades. Tomamos como pressuposto de análise o que cada uma destas relações expressa no espaço, para compreendermos as suas particularidades. O que significa compreender que no processo de (re)ocupação do Cerrado emerge a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial. Conforme Raffestin (1993),

[...] a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens ‘vivem’, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores sem se darem conta disso, se auto modificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele (RAFFESTIN, 1993, p. 158-159).

Dessas argumentações compreendemos que a relação de poder é uma relação de um grupo com o outro, conforme Raffestin (1993, p. 159) “o elemento essencial a reter é a relação com a alteridade. O outro sendo não somente o espaço modelado, mas também os indivíduos e/ou os grupos que aí se inserem”. O mesmo autor fala que:

[...] a territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas. Conceber a territorialidade como uma simples ligação com o espaço seria fazer renascer um determinismo sem interesse. É sempre uma relação, mesmo que diferenciada, com os outros atores (RAFFESTIN, 1993, p. 161).

Isso tudo indica que a territorialidade é constituída por um conjunto de relações vividas cotidianamente pelos pequenos produtores. Desse modo, a despeito das múltiplas conceituações que o território possa assumir, ele é considerado enquanto forma de organização de um grupo social no lugar vivido.

O cultivo do abacaxi veio como prática social iniciada no município de Monte Alegre de Minas<sup>76</sup>, na inserção do cultivo (década de 1940) em Canápolis a variedade plantada era o abacaxi Pérola. O abacaxi é cultivado por pequenos produtores, os quais vendem em diversas regiões do país.

---

<sup>76</sup>Vimos no primeiro capítulo que Canápolis pertencia ao município de Monte Alegre de Minas, por isso o abacaxi teve como origem Monte Alegre de Minas.

No entanto, com a expansão da cana-de-açúcar ocorrida no início dos anos 2000, muitas áreas onde antes, era cultivado o abacaxi viraram lavouras de cana, isso fez com que os produtores buscassem “novas” formas de manter quantitativamente e qualitativamente a produção em área reduzida.

O abacaxi como cultura reúne um conjunto de práticas que se destaca no município tanto simbolicamente quanto economicamente<sup>77</sup>, pois é um produto que propicia retorno financeiro para o pequeno produtor. Neste sentido, o cultivo do abacaxi faz parte da identidade que se processa entre as pessoas que vivem em Canápolis. Vimos nos trabalhos de campo os diversos símbolos espalhados pela cidade, inclusive as placas com os nomes das ruas contendo a imagem do fruto além da escultura na entrada da cidade (fotografia 07).

Fotografia 07 – Imagem do abacaxi na entrada da cidade de Canápolis.



Fonte: COSTA, Ricardo da Silva, 2013.

Como podemos observar a representação relacionada a cultura do abacaxi ultrapassa o rural e chega ao urbano. Como símbolo do município o seu reconhecimento ocorre nos monumentos e de acordo com Dias (2009),

Na sociedade, o envolvimento com as intenções veladas das pessoas se dá pelos símbolos que elas usam no seu cotidiano. Ampliar estudos sobre eles, na escola, significa enveredar por um mundo superficialmente conhecido, pois a simbologia cultural é ampla e pesadamente subjetiva. Será possível descobrir o

<sup>77</sup> O município é famoso pela produção do abacaxi, fornecendo para outros estados e outros países. O município possui três fábricas de doce que usa o abacaxi como matéria-prima, propiciando empregos.

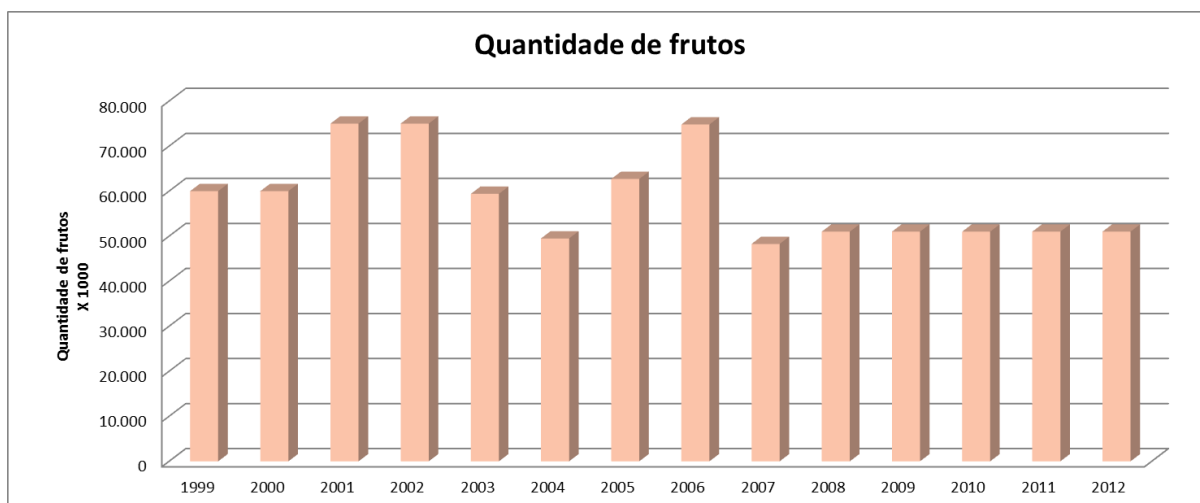
verdadeiro significado de determinadas subjetividades [...] (DIAS, 2009, p.72).

Assim partimos “dos símbolos” para entender a dinâmica e as territorialidades dos pequenos produtores no lugar, pois segundo Santos, M (1988),

O lugar é um conjunto de objetos que têm autonomia de existência pelas coisas que o formam - ruas, edifícios, canalizações, indústrias, empresas, restaurantes, eletrificação, calçamentos, mas que não têm autonomia de significação, pois todos os dias novas funções substituem as antigas, novas funções se impõem e se exercem. (SANTOS, M, 1988, p.19).

Como o lugar vai sofrendo metamorfoses cada vez mais rápidas, os produtores de abacaxi se revelam como sujeitos que agem se adequando para continuar produzindo, como podemos observar no gráfico 06.

Gráfico 06 – Quantidade de abacaxi produzido no Município de Canápolis.



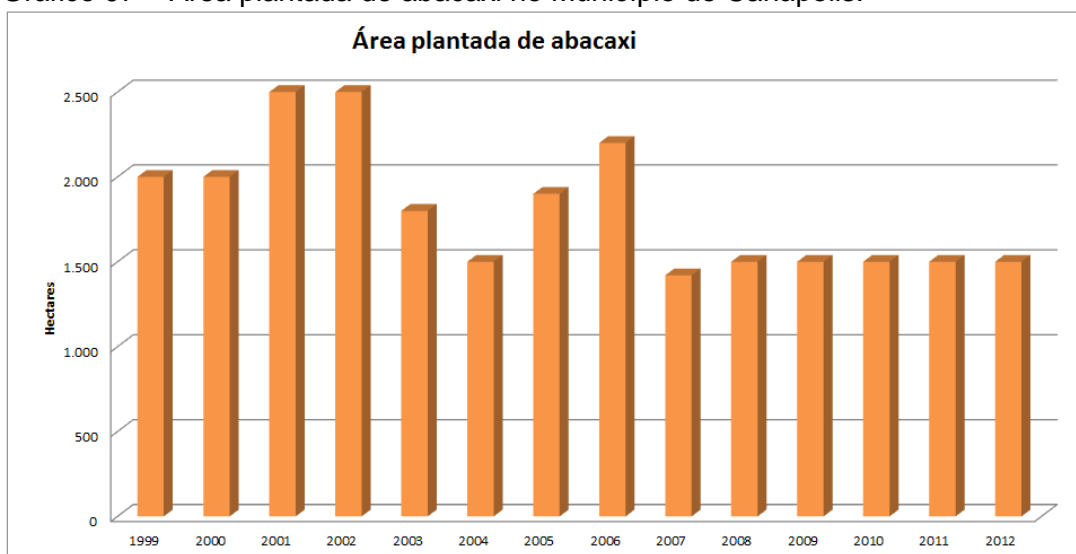
Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Org.: COSTA, Ricardo da Silva, 2013.

Observa-se a partir dos dados oficiais representados no gráfico uma variação de produção do fruto, essa variação ocorre devido à oscilação de preços, tanto do abacaxi quando do preço de arrendamento das terras. No entanto percebemos que desde o ano de 2008 ocorreu uma estabilização na quantidade produzida de frutos. Esse fato ocorre, tendo como um dos motivos identificado, a estabilização das lavouras de cana do município.

Mesmo assim, outro ponto é a falta de ofertas de terras, pois, no município houve uma redução de oferta devido ao agronegócio. O que fez diminuir a área plantada do abacaxi como se observa no gráfico 07.



Gráfico 07 – Área plantada de abacaxi no Município de Canápolis.



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Org.: COSTA, Ricardo da Silva, 2013.

Relacionando<sup>78</sup> os dados do gráfico 06 e do gráfico 07 temos uma produtividade de 34.000 frutos por hectare, o que proporciona um bom rendimento para o produtor.

A área plantada de abacaxi sofre variações importantes que podem ser explicadas em função da pressão que ocorre no preço da terra. Os picos ocorridos em 2001, 2002 e 2006 indicam variações de preço no mercado nacional. Nesses anos os produtores se sentiram seduzidos e ampliaram suas lavouras. Compreende-se que esta ação indica também uma leitura atenta dos produtores em relação ao comportamento do mercado. Quando o preço melhora é o momento de renovar as esperanças e depositar na ampliação das lavouras a possibilidade de realizar ganhos que lhes permitam condições de melhorar a qualidade de vida familiar e investimentos na própria produção.

A ampliação das lavouras nos três anos já indicados também está correlacionada à crise do etanol, especificado no município, com a redução de investimentos. No ano de 2006, a Usina Triálcool vivia uma crise financeira, o que levou os proprietários, a romperem com o arrendamento e retomarem as suas terras que estavam arrendadas para a usina. Como não se tratava apenas de uma crise passageira, neste mesmo ano a usina pediu falência.

<sup>78</sup> Divide o total de frutos pela área cultivada.

Com relação aos baixos índices de produção nos anos de 2004 e 2007 esse fato decorreu da queda na área plantada devido à expansão das lavouras da usina DAMFI. Neste contexto de expansão a usina começou o processo de produzir açúcar. Depois do ano 2007 as lavouras de abacaxi se estabilizaram. Contudo, essas oscilações geraram interpretações e afirmações em relação às práticas sociais.

Foi terrível quando o povo começo a aluga as terra pra prantá cana nois fico preocupado em num te área pra pode continua prantanu .... nois acho que a cana vinha pra cá .... mais aqui nois num alugo nada de terra pra cana, memo o povo pagano nosso abacaxi barato, nois não desiste não! uma hora da certo<sup>79</sup>.

Percebe-se na fala do entrevistado 08 que mesmo com as dificuldades econômicas encontradas em certos períodos, o pequeno produtor ajeita novas maneiras de continuar produzindo e de não desiste do cultivo do abacaxi. A permanência do cultivo do fruto torna-se uma aposta no futuro que se revela como projeto da família, podendo realizar ganhos que lhes permitem guardar dinheiro em uma safra ou salvar os investimentos em outra. Uma das formas encontradas para continuar produzindo acaba revelando logicas sociais de produção e nos remete a Santos R, J (2008)

[...] para produzir mais em menor tempo, para reocupar e revalorizar o cerrado, foi preciso incorporar tecnologia, aliás, muita tecnologia. As mais sofisticadas foram colocadas diretamente nas lavouras, as que recebem para irrigação, para combater as pragas, para assegurar a produção e ampliar a produtividade (SANTOS R.J, 2008, p. 101).

A principal tecnologia empregada pelos pequenos produtores de abacaxi foi a irrigação. A água, nesta perspectiva torna-se vital e o principal fator para as lavouras se desenvolverem. Com a irrigação os pequenos produtores de abacaxi não dependem tanto das chuvas. Outra tecnologia empregada foi o uso de sacos protetores do fruto. Ambos os produtos tecnológicos podem ser observados no mosaico 01.

---

<sup>79</sup>Entrevistado 8.

Mosaico 01 – Usos de tecnologias nas lavouras de abacaxi em Canápolis – primeira à esquerda: sistema de irrigação nas lavouras de abacaxi – Segunda: uso de coberturas nos canteiros de abacaxi.



Fonte: COSTA, Ricardo Silva. 2013.

Ambas as tecnologias empregadas pelos pequenos produtores fizeram com que melhorassem a produção, obtendo qualidade nos frutos demandadas pelo mercado. A irrigação é implantada com equipamentos que apresentam vários problemas, causando, principalmente desperdício de água e energia.

Apesar de observarmos defasagens técnicas no equipamento<sup>80</sup> é com eles que os pequenos produtores se preparam para garantir produção e produtividade em suas lavouras. Com a irrigação eles também se sentem seguros para comercializar a safra antecipadamente, situação impensada quando não tinham como se proteger da estiagem prolongada. Com pivô basta irrigar a plantação.

Com o uso do “plástico” foi possível revestir as ruas da lavoura criando condições para acelerar o processo de formação, desenvolvimento e maturação da planta. O ciclo do abacaxi diminuiu em três meses, um dos motivos, decorre, pois, do uso de tecnologia disponível no mercado, onde a utilização da cobertura do solo com lona permite ter o chão úmido por mais tempo. O que melhora as possibilidades de atender as demandas do mercado, permitindo a ampliação do número de safras e conseqüentemente a quantidade de frutos a serem comercializados.

No entanto, o uso do “Mulching” (cobertura dos canteiros de abacaxi), não foi ou não alcançou todos os produtores de abacaxi do município de Canápolis, pois essas conquistas tecnológicas chegam ao mercado como mercadorias, portanto

<sup>80</sup> Vazamentos, utilização de canos de metal, pois atualmente, em 2014, utiliza-se PVC.

dotadas de um valor de troca que impõem pesados investimentos, promovendo seletividades.

Como a novidade é para poucos<sup>81</sup>, a grande maioria dos produtores ainda utiliza o método tradicional de cultivo, como podemos observar na fotografia 08.

Fotografia 08 – Lavoura de abacaxi localizada no município de Canápolis em 2013.



Fonte: COSTA, Ricardo Silva. 2013.

Como podemos ver na paisagem, trata-se de uma lavoura convencional e não há uso de cobertura dos canteiros. Também é possível observar que a localização da lavoura é estratégica, pois ela se encontra próxima ao curso d' água, facilitando a irrigação. Outro aspecto a ser considerado, ainda em relação a localização, é, que a lavoura está em uma área úmida, onde geralmente são solos, mais férteis e mais profundos. Neste terreno a renda da terra se eleva, aumentando o valor do arrendamento, mas o gasto com equipamentos e suprimentos será menor.

Como a produção é maior, nessas áreas, há outros produtores interessados em estabelecer contratos mais duradouros. Como é o caso dos canavieiros, os quais e buscam estabelecer áreas mais produtivas ocasionando assim, competições.

Ao estudarmos esses processos de estabilização das lavouras e a condição territorial dos produtores consideramos o conceito de territorialidade. Segundo Rosendahl (2005) "A territorialidade deve ser reconhecida, portanto, como uma ação, uma estratégia de controle [...] A territorialidade é fortalecida pelas experiências religiosas coletivas ou individuais que o grupo mantém no lugar".

---

<sup>81</sup> É preciso considerar que essas conquistas tecnológicas chegam ao mercado como mercadorias caras. Neste momento, o custo é seletivo.

Constatamos que a permanência do cultivo do abacaxi indica que as territorialidades decorrem dos vínculos territoriais<sup>82</sup> estabelecidos no contexto em que ocorre o cultivo da fruta. Nessa condição também foi possível analisar as possibilidades dos plantadores de abacaxi, manterem-se no lugar, mesmo perante as ações das grandes corporações, no caso as usinas sucroalcooleiras.

O abacaxi é bão...só que num e fácil de lidá com ele não a lavora da muito trabaí tem que capiná, baté veneno pra mata as praga se fize muito calor tem que irriga ai quando o fruto cresce nois tem que empacota ele pra o sol não queima os fruto se não, não dá pra vendê.<sup>83</sup>

Percebe-se na fala do entrevistado 9 que o cultivo da fruta envolve saberes, procedimentos que impõem a presença constante dos produtores nas lavouras. O cultivo do abacaxi envolve várias etapas marcadas por situações bastante específicas, que se inicia no estabelecimento de contrato de arrendamento quando o produtor não é proprietário de terras. A escolha das mudas, o preparo do solo, o plantio e o manejo da lavoura, finalizando o processo com a venda, envolve muito trabalho e dedicação da família.

Pra mexê com abacaxi tem que gostá porque é uma dificuldade só [...] priciparmente na época de coiê porque mau dá pra andá no meio das rua, já que as coroa do abacaxi é grande e espienta se a carça num fó boa já era perna [...] fora que demora pra coié<sup>84</sup>.

A jornada de trabalho é longa, as incertezas enormes e os serviços em cada atividade são cansativos. Nas lavouras de Canápolis todo o trabalho é braçal, pois cultivar frutas próximo ao solo é um trabalho árduo e que necessita de muita mão de obra. Desse modo, é fundamental a presença do trabalhador, como observamos na fotografia 09. No momento, a indústria e a própria criatividade humana, no cultivo do abacaxi, ainda não criaram máquinas para plantar e para colher.

---

<sup>82</sup> Trabalharemos mais sobre esse conceito no item 3.5

<sup>83</sup> Entrevistado 9.

<sup>84</sup> Entrevistado 9.



Fotografia 09 – Trabalhadores da lavoura de abacaxi de Canápolis em 2013.



Fonte: COSTA, Ricardo Silva. 2013.

Entendemos que apesar das dificuldades de trabalhar nas lavouras sem uso de maquinários, essa situação favorece a criação de postos de trabalho. As relações de trabalho quase sempre não são mediadas por contratos formais ou com carteira de trabalho assinadas pelo dono da lavoura. Geralmente, nas áreas de cultivo do abacaxi são empregados familiares ou trabalhadores que historicamente vivem no lugar e pelo costume estabelecem acordos tácitos que regulam as relações de trabalho.

No cultivo e no manejo do abacaxi, utiliza-se um contingente considerável de trabalhadores, como podemos observar na fotografia 09. Na lavoura que estamos analisando, o dono da roça tinha plantado 2 hectares e nela, trabalhavam 7 pessoas. Diferente da mão-de-obra empregada nos canaviais, na monocultura da cana-de-açúcar ocupa-se pouca mão de obra, em observações de campo identificamos em média 3 pessoas. Basicamente emprega-se um tratorista, um motorista da colhedora de cana e um motorista do caminhão por talhão<sup>85</sup> de cana. Na perspectiva da mão-de-obra empregada nas lavouras de abacaxi, compreendemos que ela é formada por conhecidos, parentes, amigos que vinculados ao lugar não criaram apenas

---

<sup>85</sup> Em geral, os talhões de cana são subdivididos quanto à topografia e homogeneidade do solo e apresentam, em média, entre 10 e 20 hectares.

relações de trabalho, mas formas de existirem localmente, reforçando pelas práticas sociais as suas territorialidades.

A territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e dotamos de significados (SACK *apud* HAESBAERT, 2005, p. 3).

Nesta situação as relações que possibilitam o cultivo do abacaxi podem ser analisadas como repleta de significados tecidos e fortalecidos no lugar e em oposição aquilo que representa ameaças. Assim, a partir da fotografia 10 percebemos a presença da lavoura de cana-de-açúcar muito próxima da lavoura de abacaxi. Trata-se da composição de um mosaico de paisagens, que ao considerarmos os interesses envolvidos é possível considerar que cada sujeito social experiência o mundo desenvolvendo lógicas sociais diferentes e particulares.

Fotografia 10 – Lavouras de cana-de-açúcar e abacaxi no município de Canápolis. No primeiro plano observamos a lavoura de abacaxi e em segundo plano observa-se a lavoura de cana-de-açúcar no município de Canápolis em 2013.



Fonte: COSTA, Ricardo da Silva, 2013.

Compreendemos que a territorialidade é reconhecida na área de estudo, principalmente a partir dos interesses contidos em cada lavoura. Nas propriedades que se estabelecem no cultivo do abacaxi ou da cana, compreendemos que a partir das disputas por terras, diferentes relações econômicas e culturais são incorporadas

distinguindo os sujeitos no/do lugar. O que faz com que eles continuem ou desistam de cultivar o fruto.

A expansão das lavouras de cana-de-açúcar também revela territórios e territorialidades em transição, pois segundo Rosendahl (2005)

Nos tempos atuais o território, impregnado de significados, símbolos e imagens, constitui-se em um dado segmento do espaço, via de regra delimitado, que resulta da apropriação e controle por parte de um determinado agente social, um grupo humano, uma empresa ou uma instituição. O território é, em realidade, um importante instrumento da existência e reprodução do agente social que o criou e o controla. O território apresenta, além do caráter político, um nítido caráter cultural, especialmente quando os agentes sociais são grupos étnicos, religiosos ou de outras identidades (ROSENDAHL, 2005, p. 12933).

Contudo, as identidades são apresentadas/reforçadas pela produção de abacaxi. Aqui é importante considerar que a identidade é uma construção nutrida pelas práticas sociais decorrentes do cultivo do abacaxi e que no cultivo de outras culturas possivelmente teriam outros contornos e especificidades.

No contexto analisado, o produtor rural não vive apenas do cultivo do abacaxi. Individualmente o cultivo da fruta não propicia a existência dos produtores, sendo assim, eles não podem ser caracterizados como monocultores. Eles também produzem os meios de vida, como por exemplo, galinhas, hortaliças, mesmo tendo pouca ou nenhuma terra.

O acesso à terra é fundamental e envolvem disputas importantes entre os produtores/fornecedores de cana-de-açúcar para a usina e os pequenos produtores de abacaxi. Esses últimos, desprovidos de recursos monetários para estabelecer contratos duradouros com o dono de terra, buscam outras formas de garantirem o arrendamento, usando ao seu favor a repudia<sup>86</sup> de alguns donos de terra que não aceitam o cultivo de cana em suas propriedades.

Mesmo contando com a aversão de alguns donos de terra em relação a cana. Essa disponibilidade, propícia ao pequeno produtor áreas para continuar produzindo.

---

<sup>86</sup> Encontramos donos de terras que não arrendariam suas terras para o cultivo da cana, já que para eles a cana traz muitas desvantagens, como o empobrecimento dos solos, além da cana retirar as cercas e casa das propriedades.



No entanto os pequenos produtores de abacaxi precisam existir fisicamente, comer, beber, dormir, pagar as suas contas durante o desenvolvimento cíclico do fruto<sup>87</sup>. Com isso percebemos que há uma heterogeneidade produtiva no município.

A atividade encontrada, mais exercida pelos pequenos produtores de abacaxi no campo da área de estudo, em consórcio com as lavouras abacaxi, foi a pecuária leiteira e em alguns casos identificamos a pecuária de corte.

### 3.3 Pecuária

A pecuária foi/e ainda é importante para os produtores de abacaxi de Canápolis, bem como do Cerrado mineiro, pois a pecuária leiteira<sup>88</sup> e a pecuária de corte<sup>89</sup> foram as primeiras atividades dos mineiros. Essa produção foi de extrema importância para a formação da identidade do mineiro.

Além de a identidade estar em processo de formação e de redefinição, tem-se na pecuária uma importante fonte de geração de renda e trabalho. No passado, ela foi responsável também pelo povoamento da mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Pois com o descobrimento de diamantes em Goiás foi formando estradas,

Tais estradas eram, na verdade, trilhas abertas no meio da vegetação natural com o uso de facões, machados e enxadas, praticamente sem intervenções no leito dos caminhos. Apenas os trechos mais planos eram carroçáveis, nos quais era comum o uso de carro de boi. Nos percursos mais acidentados e nos transportes de longa distância, os meios utilizados eram as tropas de mulas e as comitivas de gado (LOURENÇO, 2010, p.61).

---

<sup>87</sup> O ciclo do abacaxi usando o cultivo tradicional varia de 10 à 11 meses para o fruto ser colhido.

<sup>88</sup> Pecuária leiteira é aquela voltada para a produção de leite e derivados. O gado bovino utilizado é formado por cruzamentos de raças mais rústicas (em primeiro momento utilizava-se gado rústico, pois não se tinha a tecnologia em remédios como temos hoje [2014] o qual adaptou-se bem ao clima do Triângulo Mineiro).

<sup>89</sup> Pecuária de corte é voltada para a produção de carne e derivados (couro). Importante para o mineiro o qual utilizava-se do couro para produção de utensílios, para o uso no campo. Era produzido chicotes, selas, arreios, roupas, capas, cobertores, etc..

Isso ocorreu, pois o gado bovino e as tropas de mula que vinham do Estado de São Paulo com destino às minas de diamante e ouro do Estado de Goiás, tinham que descansar, aonde ia formando pontos de pouso<sup>90</sup>. Com o decorrer dos anos foram surgindo nesses locais construções fixas onde foram formando povoados, como foi o caso de Monte Alegre. Com o surgimento desses povoados as pessoas já começaram a cultivar alimentos para nutrir as famílias e criar gado bovino para o comércio de forma intensiva. Dessa economia simples foram “abrindo” novas áreas e criando grandes fazendas na região de Monte Alegre.

Assim percebemos que a pecuária extensiva é histórica e faz parte da paisagem e da economia de Canápolis desde sua origem. Nos primórdios do município o gado não era apenas para produção de carne e leite, mas para tracionar os primeiros equipamentos tanto de transporte<sup>91</sup>, quanto da agricultura<sup>92</sup>.

Contudo, a pecuária perdeu grandes áreas para o cultivo de cana-de-açúcar. As terras de pastagens valiam menos do que as terras onde já eram cultivados produtos como o algodão e milho. Com o aumento da demanda por áreas a cana adquiriu áreas do algodão e do milho e adentrou mais nas áreas de pastagem.

A diminuição das pastagens pode ser comprovado através da diminuição de cabeças de gado bovino. A pecuária teve uma queda acentuada nos primeiros anos antes e depois da instalação da Usina. Como podemos observar no gráfico 08.

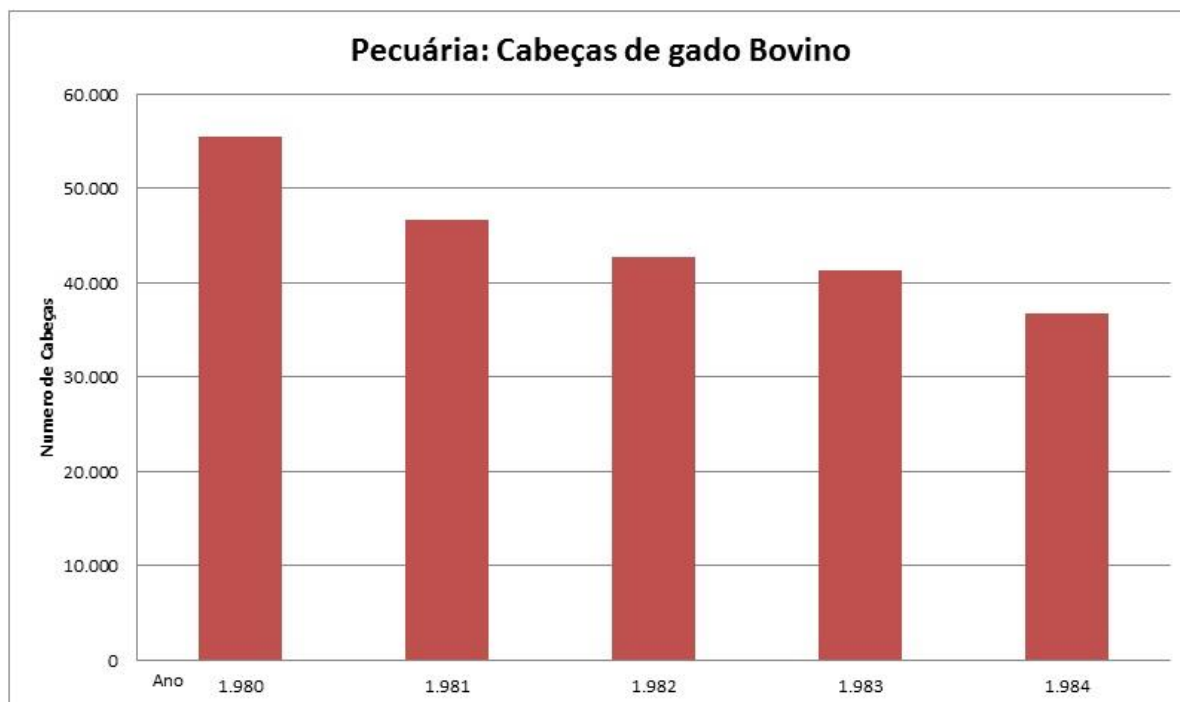
---

<sup>90</sup> Segundo os boiadeiros: pouso é o local onde é possível dormir, tendo à disposição água e alimentos para os animais e a possibilidade de cercá-los para não fugirem durante a noite.

<sup>91</sup> Carroça; charrete, carro de boi; cavalo; etc.

<sup>92</sup> Arado; Carpideira; bois para desmatar; etc.

Gráfico 08 – Número de cabeças de gado bovino do município de Canápolis do ano de 1980 até 1984.



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Org.: COSTA, Ricardo da Silva, 2013.

Observando os dados do gráfico 08, percebemos uma redução de 40% do rebanho do município no decorrer de cinco anos. As pastagens foram tomadas pelas lavouras de cana-de-açúcar para suprir a demanda da usina; neste período também se instalou a usina Laginha, mais conhecida como usina Triálcool.

Essas lavouras supriam as necessidades da Usina Triálcool. A usina nesse primeiro momento (década de 1980) tinha plantado 5 mil hectares<sup>93</sup>, para suprir a demanda pela fabricação de álcool combustível. Para enfatizar e dar mais peso às informações construímos o mapa 05. Utilizando-se de cálculos matemáticos obtivemos o valor de 5.166 hectares de cana de acordo com as imagens de satélite da época (1980) disponível no INPE. Estes 5.166 hectares de cana, já proporcionavam preocupações e modificava a paisagem do município. Segundo Verdum (2012) é importante que a

[...] paisagem seja considerada como o conjunto dos elementos da natureza capazes de serem observados a partir de um ponto de referência. Além disso, na leitura da paisagem seria possível definir as formas resultantes da associação do ser humano com os demais elementos da natureza (VERDUM, 2012, p.16).

<sup>93</sup> Dados não oficiais, obtidos através de reportagens de jornais da referida década de 1980.

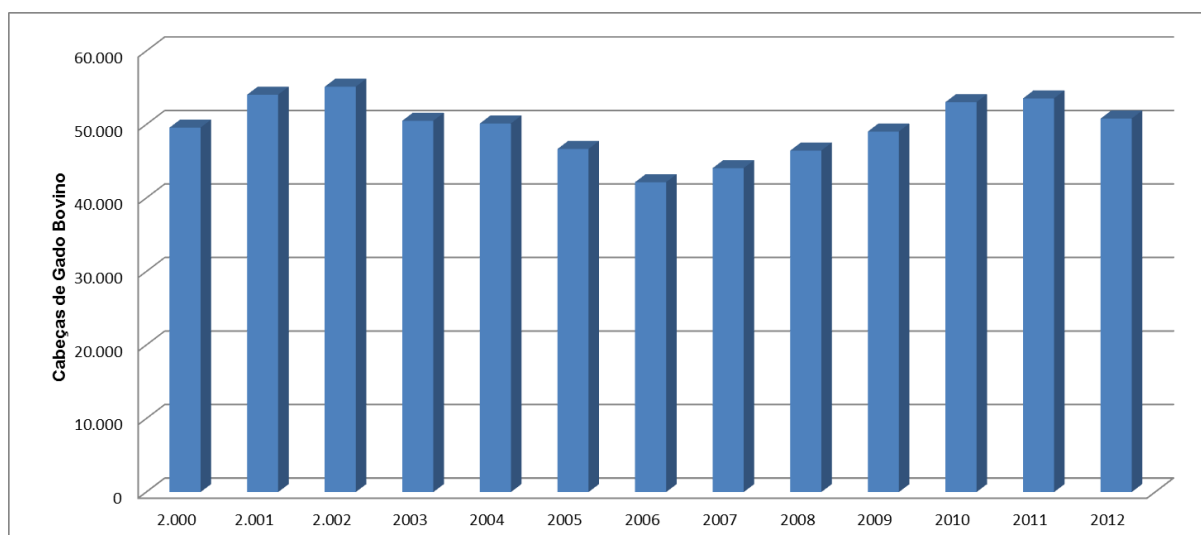
Reforçando a ideia de Verdum, Lima (2000) fala que

A adaptação do Homem às diversificadas paisagens transforma-se, portanto, em parte significativa da história das mesmas. Nas paisagens encontramos os vestígios, as reminiscências, as relíquias da magnitude da história vivida pelas sociedades das diferentes culturas num passado remoto ou não, ou ainda no presente futuro da contemporaneidade (LIMA, 2000, p. 8).

O município além de ter sua paisagem alterada com a usina Triálcool, ainda supria as necessidades da usina DAMFI. Assim os pecuaristas tiveram e ainda tem a cana como concorrente há mais de três décadas. Mesmos com as enormes dificuldades durante este período a pecuária é de extrema importância para o pequeno produtor do município de Canápolis, pois lhe permite obter renda mensal.

Por esse motivo, o produtor passa a buscar novas formas para continuar com o gado leiteiro. Uma dessas formas encontradas por eles foi o confinamento. Tratando o gado no cocho e fazendo rotação de pastagem, o produtor coloca muitas cabeças de gado em uma área reduzida. Usando a técnica a seu favor, o rebanho continua no município como se pode observar no gráfico 09.

Gráfico 09 – Número de cabeças de gado bovino do município de Canápolis do ano de 2000 até 2012.



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Org.: COSTA, Ricardo da Silva, 2013.

Analisando os dados dos gráficos 08 e 09 podemos observar que a pecuária oscila, mas mantém um número médio de cabeças, ficando na faixa de aproximadamente 47.000 cabeças por ano.

Constatamos que a pecuária é importante para o pequeno produtor, pois mesmo se os produtores cultivarem lavouras como milho, sorgo, soja, dentre outros grãos, na maioria<sup>94</sup> das vezes possuem também em sua propriedade o gado leiteiro. Pois, segundo o entrevistado:

O gado ajuda bastante porque ele nos dá carne e leite... o leite num deixa rico, é impossível ficá rico com leite mais ele ajuda a pagá as dispesa da roça (luz, remédio, etc.) além de dá o bizerro que nois vendi ou ingorda pra cumê.<sup>95</sup>

Percebemos na fala do entrevistado que a pecuária serve para a manutenção da propriedade, principalmente o leite (fotografia 11), o qual se torna a renda extra do produtor, pois o leite é o dinheiro em estado líquido na mão do produtor rural vai garantido poder de troca durante o mês.

Fotografia 11 – Vacas leiteiras após a lactação<sup>96</sup> – Município de Canápolis 2012.



Fonte: COSTA, Ricardo Silva, 2012.

O dinheiro obtido com o leite serve para o pagamento, por exemplo, da conta da energia elétrica, combustível e rações para o gado. Além disso, as vacas geram os bezerros os quais na época de desmama o produtor vende para investir na propriedade. No entanto, com a redução das áreas (devido à expansão da cana) o

<sup>94</sup> Percebemos esse fato quando o produtor continua no campo, residindo e mantendo seus vínculos. Já o produtor que muda para a cidade, planta lavouras em toda propriedade e não trabalha com gado.

<sup>95</sup> Entrevistado 2.

<sup>96</sup> Após a lactação as vacas são transferidas para um cercado, onde fica alimentando até a segunda lactação.

produtor tem que vender os bezerros mais cedo no município ou tem que gastar com transporte e vender em outras cidades da região.

Uma dessas cidades que recebem para comercialização o gado de Canápolis é Ituiutaba, a qual dista 48 km de Canápolis, gerando um custo de no mínimo R\$ 172,80<sup>97</sup> com frete para o produtor. Esse valor de acordo com o produtor:

A sô nois paga quase 200 conto de frete pra leva os bizerro pra vende no leilão ainda não é certeza se a gente vendê...tem outro o valor do frete já come quase a metade do bezerro....em média vende o bizerro por 550 conto sobrá poco pra gente mas se não vende é pior [...] <sup>98</sup>.

Pensando na fala do produtor nos remetemos à pecuária de corte outra modalidade de atividade que é praticada em consórcio com o abacaxi. Novamente os custos para tornar o gado uma mercadoria aparecem quando se tem que pagar frete para vendê-lo, pois o frigorífico mais próximo também está sediado na cidade de Ituiutaba. Contudo, a pecuária de corte (fotografia 12) quase não é praticada pelos pequenos produtores, pois demanda uma maior área para o criatório.

Além de necessitar de área maior, o investimento em número de cabeças de gado tem que ser ampliado para que o produtor possa obter uma renda que lhe permita fluidez.

Fotografia 12 – Gado bovino para engorda no município de Canápolis MG em 2013.



Fonte: COSTA, Ricardo Silva, 2013.

<sup>97</sup> O frete é calculado somando-se as distâncias em quilômetros de ida e volta. Para Ituiutaba o custo equivale a 96 km vezes R\$ 1.80, preço cobrado pelos caminhoneiros em Canápolis em 2012.

<sup>98</sup> Entrevistado 2.

Essa modalidade de “produtores pecuaristas de corte” é executada em algumas propriedades. Nelas, os produtores compram os bezerros com pouca idade (após a desmama) deixam solto até atingir o peso para o abate. Segundo o entrevistado:

Nois dexa os bizerros sorto no pasto pra eles engordá e ganhá idade depois nois vende pro frigorífico em Ituiutaba assim nos ganha mais....aqui não tem frigorífico di vez enquanto a gente vende e pros açogues ou pra particular...só que não compensa porque só compram uma cabeça<sup>99</sup>.

No município de Canápolis, vimos que o ideal é colocar uma cabeça de gado bovino por hectare, pois os pastos ainda não são tratados como cultivo, sendo assim para um produtor poder ter 100 cabeças de gado bovino na propriedade precisa de no mínimo possuir 100 hectares de área ocupada por pastagem. Devido à “chegada<sup>100</sup>” da cana o preço da terra passou a ser comercializado considerando a produtividade da cana e não do gado. De acordo com o entrevistado:

Antes da cana ficá como tá nois pagava aqui na região entre R\$ 45.000,00 ate R\$ 60.000,00 no alqueirão (e a medida mineira, sendo que 1 alqueire vale 4,84 hectares) hoje a terra aqui ta entre R\$ 70.000,00 até R\$ 100.000,00 o alqueire e ta difícil de achá terra pra comprá<sup>101</sup>

Não foi apenas o preço para compra de terra que aumentou, mas o arrendamento também ficou mais caro e mais difícil de estabelecer contratos duradouros. Rapidamente o dono de terra foi percebendo que a cana “remunera<sup>102</sup>” o acesso a terra, melhor que outros cultivos.

No entanto, ao fazer a contabilidade, a cana, segundo os produtores, não é tão bom negócio quando as outras culturas. Mesmo que o produtor de cana não saiba antecipadamente o preço deste produto, ele é determinado pelo mercado global, afinal ela é uma commodity agrícola. Seus preços são regulados internacionalmente, ou seja, o dono de terra não terá certeza do valor que receberá na próxima safra. Contudo, tudo é estabelecido em contratos de arrendamento, onde se estabelecem aos arrendatários o valor a ser pago por toneladas.

---

<sup>99</sup> Entrevistado 2.

<sup>100</sup> Ao falar chegada, pensamos na expansão ocorrida a partir do início da década de 2000, já que a cana está no município desde sua formação, como vimos no primeiro capítulo.

<sup>101</sup> Entrevistado 2.

<sup>102</sup> Entrevistado 1.



A complexidade na definição do preço da cana também está na quantidade de ATR<sup>103</sup> entregue pelo fornecedor de cana à usina. Assim o valor vai variar dependendo do ATR do produto se for alto o produtor receberá mais. Caso contrário o produtor ficará no prejuízo. Por isso, entendemos, em parte, as razões pelas quais o dono de terra julga ser mais vantajoso arrendar sua propriedade para outros cultivos do que para a cana.

Nesta busca em identificar outras fontes de renda para os pequenos produtores de abacaxi, durante o ciclo produtivo do fruto, encontramos no município a produção de cachaça artesanal. A qual relaciona bem com as lavouras e com o tamanho das áreas dos pequenos produtores. Para se fabricar a cachaça necessita em média 1 alqueire mineiro o que equivale a 4,84 hectares. Com essa área é possível produzir 40 mil litros de cachaça ano.

### **3.4 Cachaça Artesanal**

A cachaça produzida no município segue o modelo tradicional de produção. No processo encontram reunidas várias aptidões e procedimentos, nas quais não se utiliza de produtos industrializados ou artificiais. Desde a lavoura até o produto final a forma/técnica de produção é comandada e organizada pelo produtor.

O produtor encontrado no município é familiar e emprega técnicas que correspondem à produção artesanal, não comportando escala industrial, Trata-se de produção onde todo o processo é desenvolvido por mão de obra familiar. À cachaça produzida, na propriedade, não tem nenhum tipo de certificação, uma vez que é oneroso e burocrático obtê-la. Esta certificação depende de investimentos na qualificação gerencial, de procedimentos laboratoriais e de participar do aparato organizacional do setor cachaça de alambique.

---

<sup>103</sup> Açúcar Total Recuperável.



A propriedade possui apenas um alambique<sup>104</sup>. No alambique, cada tonelada de cana rende 100 litros de cachaça. O produto é armazenado na própria propriedade de maneira totalmente artesanal, sem nenhum tipo de maquinário. A pinga é envazada, utilizando-se apenas de um funil e aproveitando embalagens do tipo pet ou de vidro de outras bebidas. Na perspectiva da reutilização de vasilhames, os produtores se livram dos custos com recipientes.

A cachaça produzida no município é famosa, pois é obtida sem aditivos artificiais, conservando-se práticas antigas. Tanto a água ardente como a rapadura e o melado compõem práticas antigas que derivam das tradições locais e regionais. Na lógica desses produtores esses produtos geram trabalho e renda, garantindo nexos monetários para a família. Um entrevistado explica o processo de produção da cachaça:

Primeiro planta a cana não pode joga adubo não, si não a cachaça não presta, depois deixa ela crescer e corta, não pode por fogo tem que cortar a cana com a paiaá, depois tem que leva o mais rápido possível pro engenho para espremer e tirar a garapa. Ai a garapa em queda natural e vai pro tanque onde esta o fermento, ai dexa a garapa até a taxa de Brix<sup>105</sup> zera, quando zera a calda vai para o alambique lá ela ferve e o vapor vai passa pelo cano e resfria ai sai a cachaça<sup>106</sup>.

Pensando na fala do entrevistado, montamos dois conjuntos de mosaicos para facilitar a visualização do processo de produção da cachaça.

Mosaico 02 – Etapas da produção da cachaça numa propriedade localizada no município de Canápolis – primeira fotografia à esquerda: engenho, onde esmaga a cana – à direita: Tanque de fermentação.



Fonte: COSTA, Ricardo Silva. 2013.

<sup>104</sup> Destilador.

<sup>105</sup> Taxa de concentração de açúcar.

<sup>106</sup> Entrevistado 4.

Na segunda fotografia podemos observar o derrame da garapa no tanque de fermentação. Uma das características que diferencia a cachaça artesanal das demais está no tanque de fermentação e no próprio fermento obtido a partir do milho, segundo o entrevistado:

O fermento é feito com milho, mas não pode se milho de armazém não se não ele não vira fermento, porque tem muito veneno neles, ai ce pega uns 60 kg de milho e coloca no tanque, depois cê põe um poco de garapa para fermenta o milho, ai todo os dia cê vai alimentando com garapa o fermento, ate que depois de quinze dias pode fazê a cachaça ai cê tem a verdadeira cachaça<sup>107</sup>.

Mosaico 03 – Etapas da produção da cachaça – à esquerda: Alambique – no centro: resfriador – a direita: a cachaça saindo do resfriador.



Fonte: COSTA, Ricardo Silva. 2013.

O alambique é uma estrutura de cobre onde é feita a destilação. Para os pequenos produtores o cobre favorece a qualidade da bebida:

[...] se não for no cobre não é cachaça é outra coisa, si ocê quizé fazê uma cachaça di verdade tem que usá um alambique de cobre purquê o gosto é outro<sup>108</sup>.

O cobre é essencial para a cachaça artesanal, pois sem ele o gosto e a aparência não é a mesma. Além desse fato o cobre aquece mais rápido e o material é mais resistente.

<sup>107</sup> Entrevistado 4.

<sup>108</sup> Idem.

Depois de pronta a cachaça “descansa” para depois ser comercializada. O produtor deixa sempre um lote para envelhecer (essa vale mais) e vender depois. A cachaça é toda comercializada na cidade de Canápolis em bares ou por particulares que buscam o produto na fazenda.

A relação da cachaça com o abacaxi é circunstancial. Nas propriedades a cachaça funciona como uma poupança que o produtor rural poder lançar mão quando ainda não tem pronta a lavoura de abacaxi para ser comercializada. Ao pequeno produtor de abacaxi ter cachaça significa ter renda na propriedade antes da safra do abacaxi. Trata-se de produtos que ocupam pouca área, permitindo ao pequeno produtor, elaborar uma existência repleta de arranjos e estratégias.

### **3.5 Vínculos territoriais**

A partir da exposição das características do produtor de abacaxi e das tensões sociais que enfrenta, há que analisá-los a partir dos vínculos territoriais relacionados e relativos ao pequeno produtor de abacaxi de Canápolis.

Vínculos com o território se fazem por esse intermédio, por aquilo que se consegue realizar externamente, no espaço que é por onde cada um pode relacionar-se com o outro. São vínculos com os quais a humanidade se desnaturaliza, criando o espaço humanizado – o território e as formações sócio-espaciais (HEIDRICH, 2006, p. 03).

Estes espaços humanizados sofrem modificações principalmente com o aumento das lavouras de cana. No entanto, vimos durante o trabalho que a cana está instalada desde a origem do município, a novidade ocorre devido à inclusão de novas racionalidades sócioprodutivas e de novos produtos, tecnologias e serviços, como os aviões usados para pulverizar as lavouras com maturadores. O uso de recursos tecnológicos suscita o surgindo de empresas prestadoras de vários serviços, como podemos, observar na fotografia 13.

Fotografia 13 – Empresa prestadora de serviço de dedetização agrícola.



Fonte: COSTA, Ricardo Silva. 2013.

Novos maquinários aceleram os processos produtivos tornando mais velozes os resultados econômicos e suas contradições sociais e ambientais. Citamos a título de exemplo, respectivamente o desemprego de contingentes de migrantes nordestinos e o surgimento da mosca do estábulo que na região tem comprometido seriamente a produtividade leiteira.

Na área de estudo, além de novas relações de produção vão sendo constituídas e aplicadas novas tecnologias para se garantir quantidades de cana que garantam o abastecimento de matéria-prima demandada pela indústria. Assim, as novas tecnologias, relações de trabalho, arrendamento de terras e os condomínios de plantadores<sup>109</sup> de cana constituem-se e funcionam como arranjos produtivos novos. Disso tudo, se desprendem novas atividades que se desenvolvem causando tensões principalmente a partir do ano de 2000. Reforçando a ideia central de Kinn (2010), a qual entende que

[...] a sua relação com as novas atividades pode significar, no limite, uma forma particular de uso de espaço, não apenas com a sua existência física, material e produtiva, mas simbólica e com importantes implicações na redefinição dos seus vínculos territoriais (KINN, 2010, p. 39).

Pensando nas redefinições dos vínculos, ressaltamos algumas questões a respeito da realidade dos pequenos produtores de abacaxi no município. Como a mudança das áreas de cultivos; as redes de vizinhança que ao perderem ou

<sup>109</sup> Segundo Barreto (2010, p. 2) A reunião dos fornecedores de cana em Condomínio favorece a qualidade da produção, uma vez que há um planejamento do plantio de variedades com diferentes períodos de maturação e se efetua a colheita quando a cana apresenta maior quantidade de ATR. O Condomínio viabiliza um controle das áreas de cultivo da cana, principalmente no que concerne ao plantio, aos tratos culturais, à colheita e à quantidade de impurezas presentes na matéria-prima.

refazerem seus nós criam novas possibilidades de continuarem produzindo a cana. Isso significa que além da mudança da paisagem, a qual se revela quase homogênea, nas áreas de relevo dissecado, o que se cultiva se opõe a cana como e o caso do abacaxi.

Nas áreas cultiváveis de cana observa-se, que as mutações principalmente das paisagens, as quais ao serem “transformadas” contribuem para a redefinição dos lugares. Nestes casos, a identidade dos pequenos produtores de abacaxi também se redefine, pois, quando a cana se instala ela retira a vegetação, sobretudo, as árvores mais frondosas; retira também a infraestrutura das fazendas, principalmente as cercas, os pomares e em alguns casos as antigas sedes das fazendas.

A relação identidade-território toma a forma de um processo em movimento, que se constitui ao longo do tempo, tendo como principal elemento o sentido de pertencimento do homem, aqui entendido como sujeito ou grupo social, com o seu espaço de vivência. Esse sentimento de pertencer ao espaço em que se vive, de conceber o espaço como locus das práticas, onde se tem o enraizamento, cujas origens estão relacionadas a uma complexa trama social, expressada e manifestada em formas de sociabilidade [...] (SOUZA, 2013, p. 205).

Essa alteração do espaço vivido decompõe as representações dos pequenos produtores de abacaxi. Antes de a cana-de-açúcar ter se tornado uma monocultura, existiam vizinhanças, as relações sociais e a vida comunitária eram mais intensas. Na condição de “ilhados” pela cana, o produtor fica “perdido”, pois, até as estradas são alteradas, em alguns casos são interditadas. Essa situação de isolamento apresenta outros desdobramentos principalmente nas tradições, costumes e práticas de um grupo social. Segundo Kinn, (2010) é importante considerar neste movimento de modificações, os incrementos e desenvolvimentos de situações contextuais, pois,

As relações tradicionais, embutidas nos costumes e nas práticas sociais do camponês, foram sendo percebidas como residuais de tempos pretéritos, mas se estabelecem, neste momento, com fortes vínculos com as suas habilidades produtivas e com o uso dos recursos de suas propriedades, bem como com suas habilidades [...] (KINN, 2010, p. 34-35).

Pensando nos tempos pretéritos, constatamos mutações no espaço do pequeno produtor, pois ao analisar as paisagens onde antes da chegada da cana existiam pastagens, agora (2014) transformaram-se em paisagens quase que



homogêneas de lavouras de cana. Reforçando o nosso estudo, Souza (2013) identificou algo próximo da realidade estudada em Canápolis, segundo ele:

Observa-se, no lugar estudado, um processo de mutações no espaço e no lugar, promovendo reações camponesas que ressignificam seus modos de vida, assim como mudam também os vínculos que os sujeitos têm com o território, a partir das práticas sociais. E esses vínculos territoriais, assim como as práticas sociais, indicam a permanência modificada desse camponês [...] (SOUZA, 2013, p. 201).

Além das práticas sociais serem responsáveis pela permanência do pequeno produtor no campo ela também reforça a identidade já que segundo Santos; Kinn (2009, p. 63-64) “Entre pessoas que mantêm identidades com um mesmo lugar, o pertencimento é uma construção social que implica relações que estabelecem e mantêm vínculos com o lugar” esses vínculos são percebidos nas reuniões e nas comemorações ocorridas no município as quais possuem como tema principal fatos relacionados com o cotidiano das pessoas.

Ao acompanharmos as reuniões e discursões dos produtores de abacaxi, foi possível analisar o quanto essas pessoas se preocupam em manterem suas relações com os membros do grupo social que produzem abacaxi, podendo representar ganhos sociais que lhes habilitam a reduzir custos monetários, por exemplo, na compra e no transporte dos insumos. A vizinhança reeditada na comunidade, nos momentos de encontro do grupo de produtores e de donos de terra amplia a relação com o território, estabelecendo de certa forma um exercício de alteridade.

Nesta perspectiva, Kinn (2010, p.136) explica que “para se conjecturar sobre as ideias de vínculos com o território, também é necessário considerar a viabilização da inclusão dos camponeses no espaço em mutação e em conquista”, pois, torna-se importante entender como os produtores fazem para continuar cultivando, num município onde as áreas agricultáveis e de fácil mecanização passam a ser “tomadas” pela cana.

Para compreendermos esses processos de sociabilidade dos pequenos produtores de abacaxi, elencamos a festa do abacaxi como um elemento importante. Pois, as festas locais mostram a grande diversidade de expressões culturais. Podem

ser de caráter religioso, como as festas dos santos padroeiros, mas também podem ter origem ligada às atividades econômicas importantes do lugar como a festa do abacaxi.

Neste sentido, o costume dessas pessoas de dedicar parte do seu tempo para circular pelos lugares onde acontecem as festas, é uma maneira de preservar o interesse pela comunidade e pelos lugares. Os encontros, como ação espontânea, que vêm do interior dos modos de ser, permitem às pessoas ajustes pontuais e que potencializam a expressão coletiva de sentimentos e emoções, dentro das festas (SANTOS; KINN, 2009, p. 64).

Tomando-se a festa como evento que reúne as pessoas e levando-se em conta a doação de tempo e de recursos e ainda a espontaneidade dos seus interesses, no quarto e último capítulo dessa dissertação trataremos da festa do abacaxi. Trata-se de uma festa que captura no tempo e no espaço do município e de alguns produtores identidades que aparentemente não desapareceram do lugar e que aparecem nos produtores de abacaxi. Como evento comunitário a festa é também uma forma de manifestar as diferenças e de elevar o fruto/produção do abacaxi para o cenário nacional. Desse modo, a festa é importante, pois a partir dela analisaremos se de fato os vínculos territoriais estão sendo fortalecidos no município.

#### **4. A DIMENSÃO SIMBÓLICA DA PRODUÇÃO DO ABACAXI NO MUNICÍPIO DE CANÁPOLIS E AS SUAS MANIFESTAÇÕES NA FESTA**

Neste capítulo temos como recorte temporal a década de 2000. Década em que ocorrem as maiores mudanças nos modos de vida dos pequenos produtores rurais de Canápolis. Sendo neste período, que a expansão das lavouras de cana-de-açúcar se intensificou no município.

Na prática, os canavieiros reocupam o espaço, transformando as pastagens em imensas lavouras de cana-de-açúcar. Os canavieiros não trazem consigo apenas as lavouras, mas imprimem ao espaço seus interesses que acabam tencionando os modos de vida dos produtores tradicionais, os quais na prática vão sendo encurralados nos seus próprios territórios. Essa tensão proporciona o desenvolvimento desigual nos territórios do município. Segundo Martins (1989)

A questão do desenvolvimento desigual é complicada, [...] é que o desenvolvimento desigual não é meramente econômico. O desenvolvimento desigual era proposto pelos clássicos como um desencontro entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social. Anuncia possibilidade que não se realiza no plano social” (MARTINS, 1989, p. 14).

Trazendo os pressupostos teóricos, acerca de desenvolvimento desigual para a área de estudo, podemos identificá-lo na redefinição de territórios e nas transformações do espaço, desta forma, demonstrando uma conceituação que possui um caráter abrangente, pois consegue englobar amplas formas e conteúdos relativos às especificidades dos modos de vida tradicionais dos pequenos produtores. Nosso posto de observação são as diferentes temporalidades e lógicas sociais que se manifestam no espaço rural com a implantação das duas usinas sucroalcooleiras. Isso de certa forma modifica social, cultural e economicamente os lugares.



Logo, entendemos que essas modificações ocorreram como processo, onde o avanço do setor canavieiro vem, como tendência, causando a “homogeneização”<sup>110</sup> das paisagens. No entanto, ao adentrar para além dos canaviais que margeiam as rodovias e as estradas principais, percebemos que para além delas, ainda existem moradores que praticam uma agricultura em pequena escala, e que as pessoas criam e recriam suas condições materiais e imateriais de existência nos lugares reorganizando-se nos seus territórios. Contudo, perante a cana, a partir das relações e práticas sociais há um processo de redefinição que lhes tencionam, principalmente em relação a permanência nos lugares.

[...] há um processo de valorização do espaço, implícito nas relações sociais o qual, necessariamente, tem que se territorializar para permitir alguma apropriação. Assim sendo, a espacialidade específica do capitalismo, discutida e interrogada por volta das questões de segregação sócio espacial (década de 1970), ganhou graus de complexidade, mas torna-se mais clara, se examinada a partir da vida cotidiana, porque o cotidiano não pode passar sem espaços e tempos apropriados (territórios do uso), sejam quais forem às separações ou, o grau de exclusão que comporta. São os fundamentos desiguais desta sociedade que explicam a sua própria espacialidade (SEABRA, 2004, p.186).

A espacialidade é explicada por intermédio da organização dos grupos sociais onde se destaca as características de um modo de vida específico. Seguramente, resultante de articulações políticas, representadas nos lugares, como criações de sujeitos que construíram os seus territórios em função de suas necessidades, interesses ou preferências. Nos territórios dos pequenos produtores, a presença da grande empresa capitalista, principalmente no arrendamento de terras gera inúmeras contradições e inseguranças.

Na esfera das contradições Seabra (2004, p.184) afirma que de “fato é que contradições não resolvidas foram sendo acumuladas e permanecem nos fundamentos da existência de uns e outros. Elas (as contradições) impõem, no âmbito do vivido, estratégias e lutas à sobrevivência”.

Para analisarmos a condição do pequeno produtor foi necessário levar em consideração os vínculos sociais, que potencializam a vida deles. Compreendemos

---

<sup>110</sup> Ao tratarmos de homogeneização pensamos na paisagem, pois, de certa distância só observamos cana e mais cana no município de Canápolis. No entanto ao adentrarmos no interior do espaço rural constatamos a existência “de vida rural”, pequenos produtores vivendo cerceado pela cana, produzindo e residindo nos lugares.

que o avanço do agronegócio (sucroalcooleiro) para o município de Canápolis é complexo, denso e repleto de particularidades, o que motivou o estudo. A preocupação se dá devido a essa expansão atingir as áreas rurais ocupadas por populações tradicionais do Cerrado mineiro.

#### **4.1 As preocupações e aflições dos pequenos produtores**

Com a (re)ocupação das áreas tradicionalmente destinadas à pecuária e a produção de abacaxi, no município de Canápolis, os pequenos produtores sofreram alterações em suas estruturas familiares, bem como as estruturas das comunidades rurais. As estruturas das comunidades rurais estruturadas e enraizadas nos lugares como as escolas, as igrejas, as comunidades, e das próprias famílias que se apresentam em mutação.

A mutação do espaço, das relações indica que o camponês vive um contínuo processo de produção das coisas, ao mesmo tempo em que agem redefinindo sentidos e ações para diversificar as suas atividades produtivas. Elas envolvem ações daqueles que vivem no lugar e se manifestam no espaço com usos específicos, particulares, criativos e reativos, também diferenciados no tempo, no espaço e nas suas representações decorrentes das suas práticas sociais (KINN, 2010, p. 135).

No município de Canápolis, os produtores de abacaxi foram percebendo as imposições do agronegócio quando tiveram que renovar os seus “contratos” de arrendamentos. O preço da terra se elevou e tiveram que se adequar às novas condições impostas pelo setor sucroalcooleiro. Pensando neste fator, construímos o quadro 06 e quadro 07, apresentando o processo de inflação, desde o ano 2000. A divisão dos quadros se deu para melhor visualização das informações.

Quadro 06 – Preço do alqueire mineiro de terra para compra e venda no município de Canápolis a partir do ano de 2000.

Terras	Ano						
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Planas	50.000,00	50.000,00	55.000,00	70.000,00	75.000,00	75.000,00	85.000,00
Com Declividade	25.000,00	30.000,00	30.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	60.000,00

Fonte: Entrevistados 1,2 e 7. Org. COSTA, Ricardo da Silva, 2014.

Quadro 07 – Preço do alqueire mineiro de terra para compra e venda no município de Canápolis a partir do ano de 2007

Terras	Ano						
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Planas	85.000,00	85.000,00	90.000,00	95.000,00	100.000,00	100.000,00	120.000,00
Com Declividade	65.000,00	65.000,00	65.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00

Fonte: Entrevistados 1,2 e 7. Org. COSTA, Ricardo da Silva, 2014.

O acesso à terra que geralmente era mediada pelas relações de vizinhança e princípios de reciprocidade vão sendo seriamente afetadas pela presença e reprodução do grande capital monopolista, pois o arrendamento praticado pelo usineiro retira da terra os moradores, porquanto, a cana não necessita de pessoas morando e tomando conta das lavouras. A relação de vizinhança fica comprometida porque quase não se tem moradores no entorno das grandes lavouras de cana. Tal situação pode ser ilustrada na seguinte fala:

Aqui, ali, depois daquele córrego morava gente, a gente se encontrava, fazia vizinhança... tinha uma vida, não era triste como agora... Cana é isso... É uma coisa vazia, triste, assim sem vida... Fica muito difícil encontrá gente assim de pareiá com a gente<sup>111</sup>.

Quando o produtor rural não encontra gente para vizinhar percebe que elas foram para a cidade, mas não venderam a propriedade. Assim, quando o dono de terra arrenda sua área ou parte dela para o cultivo da cana-de-açúcar, altera a dinâmica da comunidade. No lugar, a vida se transforma, ficando apenas uma “profunda tristeza”, ou seja:

A gente fica com a memória daquela época que aquele córrego era rodeado de casas [...] Morava gente. Agora você vai ver gente, vai se encontrar com gente na cidade... Aqui a gente não se encontra... Fica aquela lembrança que ali tinha uma família, lá outra e depois

<sup>111</sup> Entrevistado 5.

outra. Era então povoada e não era triste como agora. Cana deixa aqui, uma coisa vazia, sem vida [...] <sup>112</sup>

Com a inserção das lavouras de cana, os moradores dos lugares rurais mesmo não praticando o arrendamento são afetados pelo aluguel de terras e saem desses lugares, pois, neste momento a cana vai atrapalhar as ofertas de serviço no campo.

A monocultura da cana-de-açúcar praticada em Canápolis e região caracterizam-se pela aplicação de alta tecnologia. Desse modo, as práticas produtivas vão acontecendo de modo a não absorver mão de obra do lugar. Em verdade os trabalhadores são em grande parte migrantes, vindos principalmente da região Nordeste do País. Além disso, a ação produtivista dos capitais investidos acaba afetando material e imaterialmente as paisagens rurais, pois ao retirar as sedes de fazendas, cercas e criar um espaço plano, acaba eliminando as rugosidades do passado.

Neste contexto, quando se elimina a fazenda, também desaparece relações sociais de trabalho e de vizinhança, e assim, no cotidiano da comunidade, os moradores sentem os seus vazios.

Quando não tem vizinho, falta aquela coisa de você ter uma amizade, ter uma coisa de presença, de pode ter na conta um recurso na precisão. Então, agora as pessoa vão se afastando, não tem mais aquele entrosamento, aquela confusão de vizinho <sup>113</sup>.

No lugar, a rede de vizinhança perde seus nós, agora o vizinho ficou mais distante, não dá mais para se deslocar caminhando ou a cavalo, nem mesmo tocar as boiadas de leite, pois as lavouras de cana não permitem o trânsito em seu interior e as estradas não são mais seguras devido aos caminhões que ali trafegam.

Caminhão? Não. É um trem, um treminhão que anda dia e noite, não dá um descanso. Daí ele vem, levanta aquela poeira, assim bem alta, aquela nuvem de coisa marrom de você ter uma constipação...Uma coisa que assusta, da gente perder o fôlego <sup>114</sup>.

Além dos incômodos do aumento de tráfego de caminhões os produtores “perdem” a referência, ali deixa de existir os marcos territoriais que caracterizavam os lugares e a vida das pessoas. Para as pessoas dos lugares ao se retirar uma

---

<sup>112</sup> Entrevistado 3.

<sup>113</sup> Entrevistado 3.

<sup>114</sup> Entrevistado 5.

árvore, um mourão de cerca, uma sede de fazenda perde-se a referência e consequentemente os domínios sobre o território. Ao perguntar para um morador como chegar a certa fazenda, ele responde:

Assim, você pega essa estrada e vai reto toda vida, lá na frente cê pega a esquerda, depois é mio cê pergunta pra alguém porque depois só tem cana aí fica difíci si o cê pega uma estrada errada fica perdido no canavial.<sup>115</sup>

Pensando na fala do entrevistado vimos em Claval (1999) que

A paisagem encontra-se, algumas vezes valorizadas por si mesmas: deixa de ser somente uma expressão da vida social, toma uma dimensão estética ou funda a identidade do grupo (CLAVAl, 1999, p. 295).

O processo de expansão das lavouras de cana-de-açúcar envolve um movimento de reocupação, redefinição e revalorização dos espaços já ocupados por pequenos produtores do Cerrado, bem como desarticulações de modos de vida fortemente vinculados aos seus respectivos territórios, tornando-se necessárias amplas reflexões, pois o que ocorre no Cerrado reocupado e explorado pelo setor sucroalcooleiro envolve impactos importantes relacionados aos valores humanos criados historicamente nos lugares,

Os valores não são “pensados”, nem “chamados” são vividos, e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem as nossas idéias. São normas, regras, expectativas etc. necessárias e aprendidas (e aprendidas no sentimento) no “habitus” de viver; e aprendidas em primeiro lugar em família, no trabalho e na comunidade imediata. Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida [...] (THOMPSON, 1981, p. 194).

Como os produtores de abacaxi não desapareceram, na pesquisa procuramos valorizar as investidas desses sujeitos naquilo que poderiam ser consideradas novas possibilidades de existirem diante de grandes investimentos iniciados e sustentados pelo setor sucroalcooleiro. Trata-se de investimentos que os “assombram” já que os pequenos produtores de abacaxi ficam na dúvida se ao final da colheita irão continuar plantando na mesma área ou se terão que procurar outra área, em outra região aonde ainda a cana não chegou. Nas incursões ao campo

---

<sup>115</sup> Entrevistado 1.

percebemos que essas áreas existem e ainda proporcionam certa tranquilidade para os pequenos produtores.

A cana por enquanto num chegô pra essa banda de cá não, ainda nós pode saí di cavalo e ir no vizinho, só que a gente fica mei preocupado nós num sabe até quando que ela (a cana) vai dexá nós assim [...] já que lá no arto já tem cana ai nós fica angustiado [...]<sup>116</sup>

Percebe-se na fala do entrevistado que as lavouras ao aparecerem na paisagem causam angústia, pois, ele considera possível o cultivo dela no lugar que neste momento é ocupando com abacaxi. Contudo, não sabe até quando o dono da terra vai preferir alugar as suas áreas para o pequeno produtor de abacaxi e não para o usineiro. Apesar disso, seguramente pela experiência dele, no lugar já se sabe que o cultivo de cana lhe impedirá de ir visitar a cavalo os seus vizinhos (fotografia 14). Essa situação vivenciada em outros lugares do município causa preocupação, pois podemos observar os valores humanos, supostamente, ameaçados a partir da preocupação da expansão da cana-de-açúcar.

Fotografia 14 – Peões na estrada rural de Canápolis em 2013.



Fonte: COSTA, Ricardo da Silva, 2013.

Ao observar a fotografia 14, percebemos que essas pessoas são contemporâneas de um tempo e dum espaço envolvido em processos que tendem a eliminação das rugosidades sociais/culturais, mas mesmo assim não rompem com suas lógicas e temporalidades sociais.

---

<sup>116</sup> Entrevistado 10.

No espaço de expansão/reprodução do setor sucroalcooleiro encontram-se lógicas e temporalidades sociais que principiam ainda a existência de práticas sociais relacionadas ao manejo do gado criado extensivamente. Manejo que pode ser associado ao modo de vida em que as pessoas viviam um tempo lento e tinham algum tipo de tranquilidade, pois a lida com gado não exige grande período de tempo.

Na fotografia 14 alguns conteúdos culturais parecem ser importantes para pensarmos a heterogeneidade das paisagens, pois, usar o cavalo para arrebanhar o gado ou mesmo passear é parte de uma existência humana onde os tempos da vida ainda não foram totalmente linearizados. Fragmentos de tempos lentos podem ser percebidos, pois ao ligarmos o ato cuidar do gado usando a montaria do cavalo, certamente a preocupação com o mercado existe, mas não de forma a alterar significativamente o tempo reprodutivo do gado, envolvendo investimentos que alterem a gestação, crescimento, engorda e abate.

Nosso gado é um gado cruzadão não tem muita frescura ou gasto com remédio [...] o que nós faiz é dá um sal mineral e deixá os bixos sorto no pasto, quando nós bota sal nos coxo nós aproveita pra dá um chego no vizim!<sup>117</sup>

Dessa condição de ainda viverem em temporalidades sociais que lhes proporcionam certas autonomias, a cana avistada na chapada pode descer e se expandir nas áreas de veredas, causando tensões que eles apenas ouviram falar<sup>118</sup>.

Na localidade Fazenda do Córrego das Areias do município, encontramos uma variedade de pequenas produções, como doces<sup>119</sup>, queijos, quitandas, rapadura dentre outros produtos obtidos artesanalmente. Essas produções citadas não são concebidas para venda, e sim para consumo da família e proporcionar agrados às visitas. Ao visitar a casa de um destes pequenos produtores, a família nos ofereceu queijo e rapadura, todos feitos pela família em sua propriedade (fotografia 15).

<sup>117</sup> Entrevistado 10.

<sup>118</sup> Utilizamos o termo decida, pois, na fala do entrevistado ele nos informa no alto do terreno já têm lavouras de cana.

<sup>119</sup> Doce caseiro de leite, mamão, figo e cocadas, já que o município possui empresas que fazem doces para venda. O doce industrializado dificulta a venda de doces caseiros.

Fotografia 15 – Queijo e rapadura: Elementos simbólicos da recepção do pequeno produtor do município de Canápolis em 2013.



Fonte: COSTA, Ricardo da Silva, 2013.

Os queijos são produzidos pelas mulheres, elas aprendem o fabrico acompanhando suas mães na mais tenra idade. Na família, o queijo serve para complementar a alimentação, servindo como ingrediente para várias quitandas, como, doces<sup>120</sup> e principalmente o pão de queijo.

No contexto das práticas sociais que lhes garantem autonomia alimentar, perguntamos ao pequeno produtor que vive na/da terra qual era o seu sentimento com relação à cana:

Á cana pra mim e só pra fazê minha cachaça e minha rapadura du mais num gosto nem de vê [...] nem pro gado eu num dô cana crua, do só dou o bagaço porque se não é perigoso a vaca dá dor de barriga<sup>121</sup>

Percebemos na fala do entrevistado um desconforto expressado naquilo que a cana representa quando o destino é a usina de álcool e açúcar. Ela cultivada como monocultura ameaça e revela um sentimento de rejeição. Contudo, quando ela é produzida no domínio da propriedade para produzir comida e renda, ela lhes permite satisfação, pois é matéria-prima para obterem a rapadura e a cachaça. Na paisagem, como grande lavoura, a cana gera vários medos. As pessoas temem a queimada, os caminhões, os venenos e tudo aquilo que ainda lhe geram dúvidas.

<sup>120</sup> Queijadas (doce de queijo em pedaço); ameixinhas (doce de queijo em calda).

<sup>121</sup> Entrevistado 4.



Os medos são experimentados por indivíduos e, nesse sentido, são subjetivos; alguns, no entanto, são sem dúvida, produzidos por um meio ambiente ameaçador, outros não. Certos tipos de medo perseguem as crianças, outros aparecem apenas na adolescência e na maturidade. Alguns medos oprimem povos “primitivos” que vivem em ambientes hostis, outros aparecem nas complexas sociedades tecnológicas que dispõem de amplos poderes sobre a natureza (TUAN, 2005, p. 7).

Percebemos também inseguranças, principalmente perante o avanço tecnológico<sup>122</sup>, pois, cada investimento realizado pelas usinas sucroalcooleiras, vai demandar novas áreas para o cultivo da cana. Sendo que em algum momento essa cana vai fazer divisa com a propriedade do pequeno produtor de Canápolis.

Identificamos também que os simbolismos dos objetos continuam presentes e têm destaques pelos seus donos, mesmo que seja pelo saudosismo de um tempo antigo ou pela prática religiosa que lhes caracterizam. As particularidades dos seus significados estão no que representam para os proprietários de terras, podendo ser de proteção ou de lembrança. No entanto, esses objetos são uma expressão social extremamente complexa e, por isso, seu simbolismo também deve conter essa complexidade. No contexto dos simbolismos Identificamos aquilo que ainda seja a maior expressão cultural e socioeconômica no município, o abacaxi.

## **4.2 Os simbolismos do abacaxi**

O simbolismo que deriva do cultivo do abacaxi no município de Canápolis vem desde sua origem, pois o cultivo do fruto começou em Monte Alegre de Minas na década de 1940, obtendo o alcance comercial em 1942. O abacaxi destacou-se tanto na economia local, que a partir de 1961 a prefeitura de Monte Alegre junto com os produtores realizou o 1º Festival do abacaxi.

O destaque daquela fruta, foi tamanho que no ano de 1975, passou a compor parte do Brasão da Bandeira Municipal de monte Alegrecriado no mesmo ano. A partir de campanha de Marketing desenvolvida pela Prefeitura Municipal entre 1983

---

<sup>122</sup> Pensamos aqui a tecnologia empregada na cana-de-açúcar como os maquinários de última geração tecnológica além do uso da genética apurada em laboratórios, entre outros.

à 1988, o abacaxi de Monte Alegre obteve consagração nacional, tornando a cidade a “Capital Brasileira do Abacaxi”.

Diante deste legado, Canápolis “herdou” a produção de abacaxi de Monte Alegre de Minas, além do cultivo, atrelado ao simbolismo, tem-se várias conquistas inclusive de desmistificar pela técnica que as terras do Cerrado eram improdutivas. Essa conquista foi sendo sedimentada no município e a partir do sucesso do cultivo da fruta criou-se e legitimou-se o slogan: “aqui se produz o melhor abacaxi do Brasil”.

A importância do simbolismo, no caso do cultivo do abacaxi, deriva da sua relevância econômica, política, social e cultural para o município, pois, de acordo com Bourdieu (1989) [...] “os sistemas simbólicos devem a sua força ao facto de as suas relações de força que neles se exprimem só se manifestarem neles em forma irreconhecível de relações de sentido de deslocamento”. Neste sentido, a cultura do abacaxi acabou “cunhando” simbolismos no município, como exemplos, tem-se a escultura do fruto no acesso rodoviário à cidade (fotografia 16), além do desenho da fruta estar em todas as placas informativas sobre o nome das ruas (fotografias 17 e 18).

Fotografia 16 - Escultura em forma de abacaxi<sup>123</sup> no trevo principal da cidade de Canápolis em 2012.



Fonte: COSTA, Ricardo da Silva, 2012.

<sup>123</sup> A escultura foi construída na década de 1980 com recursos da prefeitura de Canápolis.

Fotografia 17 – Placa da identificação<sup>124</sup> do nome da Rua 05 com o símbolo do abacaxi em 2012.



Fonte: COSTA, Ricardo da Silva, 2012.

Fotografia 18 – Placa da identificação do nome da Rua 06 com o símbolo do abacaxi em 2012.



Fonte: COSTA, Ricardo da Silva, 2012.

Essas placas com desenho do fruto simbolizam a importância do cultivo do abacaxi no município, pois, apresentam as afinidades sociais dos produtores com a comunidade, que neste caso envolve o município. Reforçando aspectos teóricos, Kinn (2010) escreve que

[...] os símbolos estão intrinsecamente relacionados à vida cotidiana, às afinidades sociais que dão substância indenítia aos lugares. Como componentes geográficos e culturais do lugar, os símbolos aparecem como (re)invenções sensíveis às imposições de várias ordens, até mesmo naturais e se tornam parte da vida das pessoas. É como parte da história do lugar, como conjunto de práticas e representações sociais, como expressão de um modo de vida, da produção dos meios de vida, material e imaterial de um grupo social que os símbolos ganham e (re)definem seus significados (KINN, 2010, p. 198).

<sup>124</sup> As placas de identificação dos nomes das ruas foram instaladas na parte central da cidade na década de 1980 com recursos da prefeitura de Canápolis.

Pode ser, no entanto, que nessas considerações precedentes nada mais tenhamos feito do que aflorar um vasto conjunto de correspondências simbólicas do município de Canápolis cuja presença latente, quase total, se manifesta aqui no município, por intermédio da figura estilizada do abacaxi.

Ao considerarmos a presença das grandes lavouras de cana, percebemos que o poder simbólico, construído a partir do cultivo do abacaxi se fortalece na presença do estranho e certamente é usado para a formação e reafirmação dos vínculos territoriais dos seus moradores com o município, sendo importante para analisar a festa do abacaxi. Consideramos assim o entendimento de Bourdieu (1989)

O poder simbólico como poder de construir o, dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter daquilo que é obtido pela força (física ou económica), [...] (BOURDIEU, 1989, p.14).

Compreendemos que apesar do forte poder econômico exercido pelas duas usinas sucroalcooleiras, os habitantes de Canápolis se utilizam do simbolismo, na forma de fruto do abacaxi. Assim grupos sociais são formados por produtores que não aderiram à cana se contrapondo às usinas sucroalcooleiras, para que com isso possam, manter viva a cultura do abacaxi, a qual aparentemente permite ganhos políticos, pois há nessa “captura” e na inscrição do/no simbolismo um esforço de se representar econômica e politicamente. Assim o evento festa junta também os grupos sociais e as suas representações reforçando as territorialidades.

Além da festa, entendemos que o abacaxi, tornou-se importante quando, ele junta e revela no espaço interesses, perspectivas socioeconômicas das pessoas do lugar. Com isso as empresas, para mostrarem que pertencem ao município fazem uso simbólico do abacaxi, como podemos observar na fotografia 19.

Fotografia 19 – Empresa de alimentos tendo como logomarca o abacaxi.



Fonte: COSTA, Ricardo da Silva, 2013.

Saindo da cidade em direção ao espaço rural, analisamos as propriedades rurais do município de Canápolis. Em grande parte elas estão organizadas socialmente tendo como base a família e realizam várias apropriações simbólicas principalmente do catolicismo (fotografia 20).

Fotografia 20 – Símbolo Católico: Imagem da Nossa Senhora da Aparecida na porteira da fazenda localizada no município de Canápolis em 2012.



Fonte: COSTA, Ricardo da Silva, 2012.

O catolicismo é uma referência ética e moral na área rural do município de Canápolis, constatamos que esses símbolos são usados principalmente por três motivos: primeiro como forma de agradecimento por alguma graça alcançada (pagamento de promessa); segundo proteção para família, propriedade de suas terras e produção que nela acontece, tais como: animais, produtividade, dentre outros. Nas procissões em homenagens aos santos padroeiros a saúde para a

família também é um tema recorrente. Com relação ao terceiro motivo, os moradores das comunidades motivam-se a manifestar a fé aos padroeiros e no campo, em suas propriedades, geralmente, elegem um santo como protetor, no caso da fotografia é Nossa Senhora da Aparecida.

Os símbolos religiosos compreendem devoção e afinidade entre pequenos e grandes produtores, os quais comparecem às festas para prestar homenagens, inclusive fazendo doações. Desse modo, mesmo que alguns produtores tiveram que abandonar as propriedades ou certas técnicas de produção agropecuária, abandonando as máquinas e ferramentas que representavam práticas culturais de um modo de vida que sofreu transformações devido à expansão da cana-de-açúcar, eles não se abstiveram de retornar a comunidade, a sua fé e suas crenças.

Em Canápolis, na área rural, com adoção de novas tecnologias, encontram-se sujeitos mais produtivos e capazes de inovar, contudo isso não implicou em um processo de negação/superação ou mesmo miniaturização de certos valores morais, éticos e religiosos como e o caso de construção de altares com imagens de santos católicos.

Apesar desse avanço do setor sucroenergético sobre os territórios dos produtores rurais exercerem impactos de várias ordens, os produtores de abacaxi conseguiram, se articular com a prefeitura para realizarem a “Festa do abacaxi”. A festa torna-se importante, pois, mostra que apesar das dificuldades socioeconômicas, os produtores de abacaxi não desistem de continuar produzindo na terra da cana<sup>125</sup>.

### **4.3 A festa: aspectos da representação dos pequenos produtores de abacaxi**

A festa existia no âmbito das comunidades rurais desde a década de 1960 e ao se transferir para a cidade em 2011 promoveu uma revalorização do lugar e da

---

<sup>125</sup> Referência à origem do topônimo Canápolis (Cana + cidade)

produção agropecuária, tornando-se, aparentemente mais complexa aos usineiros adentrarem nas terras ocupadas pela cultura do abacaxi.

A festa do abacaxi é também espetáculo. Como espetáculo, considerando-se o período em que realizamos o campo, ela aconteceu entre os dias 11 a 15 de julho de 2012. Falamos da festa como espetáculo, pois estamos nos referindo apenas aos dias oficiais de realização, logo entendemos que a festa é anterior às apresentações. Reforçando a ideia Marques (2011):

As notícias veiculadas nos meios de comunicação de massa se espalham freneticamente e atingem boa parte da população que entende o evento como forma de lazer e recreação. Assim, ele passa a ter uma nova demanda que desconhece o sentido sagrado da manifestação e anseia predominantemente por seus elementos profanos. (MARQUES, 2011, p. 157 – 158).

Assim, como acontecimento público e “publicizado” pelos que fazem a festa, a ela veem pessoas que não sabe o real motivo da sua realização. Ignorando os seus fundamentos, não sabendo das motivações, dos sentidos e também dos arranjos e das dificuldades encontradas para sua realização, os visitantes frequentam a festa como espectadores. Segundo Marques, (2011)

Os espectadores da festa são atraídos principalmente pela necessidade do consumo do tempo livre – tempo do não trabalho – por meio do lazer. Mas a manifestação em si, espetacularizada, também apresenta uma série de encantos e sedução que reforçam seu potencial atrativo, sobretudo no que diz respeito à estética da festa. (MARQUES, 2011, p.158)

Nos dias 11, 12, 13,14 e 15 de julho de 2012, foram realizados shows com artista conhecidos nacionalmente (fotografia 21).



Fotografia 21 – Cartaz de divulgação da festa do abacaxi de Canápolis.



Fonte: COSTA, Ricardo da Silva, 2012.

A festa em seus momentos de espetacularização, no caso o shows, foi realizada de portões abertos<sup>126</sup> reunindo centenas de pessoas, vindas de várias partes do Brasil, como podemos observar no mapa 08.

Podemos observar, no mapa 09, os vários municípios de onde vieram pessoas para participar da festa em Canápolis. Constatamos que tiveram pessoas que viajaram mais de 450 km para participar da festa. Por exemplo, Brasília-Canápolis<sup>127</sup>.

Além dos shows musicais, nesse período de espetacularização da festa foram realizadas palestras, dias de campo, apresentação de maquinários agrícolas para a preparação do solo. A imagem 04 materializa o símbolo e ganha espaço na representação dos convites confeccionados para atrair os produtores de abacaxi.

<sup>126</sup> Essa expressão é utilizada para indicar que a entrada é franca.

<sup>127</sup> A metodologia utilizada para saber de onde vieram as pessoas foi sugerida pelo Orientador: tiramos fotografias das placas dos veículos no estacionamento da festa, depois montamos o mapa.



Mapa 08 – Deslocamento de pessoas para participar da festa do abacaxi no município de Canápolis em 2012.

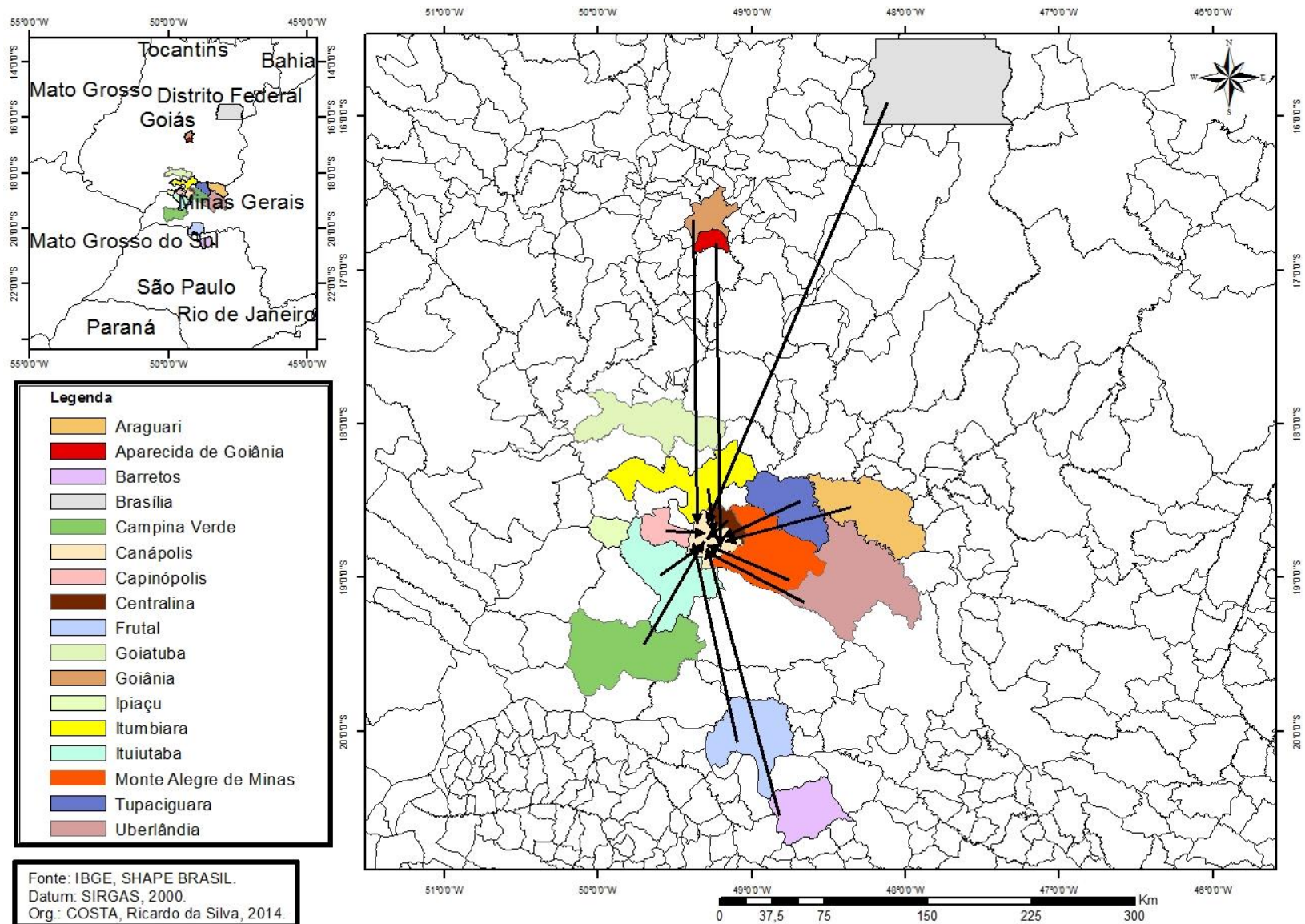


Imagem 04 – Convite para as atividades envolvendo produtores de abacaxi - Frente do convite



Imagem 05 – Convite para as atividades envolvendo produtores de abacaxi - Verso do convite



Fonte: Prefeitura municipal de Canápolis, 2012.

A festa foi realizada no parque de exposição Dr. Sandoval Ferreira da Silva da cidade de Canápolis (fotografia 22). Neste espaço, observamos o empenho dos produtores em organizar a festa junto com a prefeitura. Houve ainda o envolvimento de vários grupos sociais, inclusive os lojistas como registrado na fotografia 23.



Fotografia 22 – A festa do abacaxi parque de exposição Dr. Sandoval Ferreira da Silva em Canápolis em 2012.



Fonte: COSTA, Ricardo da Silva, 2012.

Fotografia 23 – Vestuários da cultura “country” dividindo espaço com o abacaxi.



Fonte: COSTA, Ricardo da Silva, 2012.

A festa como evento que se “espetaculariza” junta pessoas, reúne diversidades, criando espaços de expressões culturais de quem vive no urbano. Assim, a festa não reúne apenas os produtores de abacaxi. Como há diversidades entre frequentadores, principalmente de seus interesses, as intenções, de quem participa da festa, podem ser de várias ordens e de certo modo distanciadas das necessidades reais e práticas dos produtores do abacaxi. Desse modo, identificamos pessoas que participaram da festa com objetivo de contemplar o religioso.

A festa então se adapta ao seu público. No primeiro dia teve show com banda protestante, o que atraiu pessoas da religião protestante. Compreendemos também que além da festa ser um evento de lazer ela têm ligações com as atividades econômicas importantes para o município como o caso do abacaxi. A festa com reunião de várias pessoas indica também várias possibilidades de análise, para compreendermos qual o uso da festa para os frequentadores. Nesta perspectiva Santos, R.J (2008) identificou em Iraí de Minas

Assim, reafirma-se indicação de que a “festa” será tomada, em si, para discutir o vivido escondido nas paisagens das grandes lavouras, principalmente da soja. Nesse caminho, os conceitos de cultura e paisagem tornam-se importantes para se trabalhar no vivido, as implicações das transformações ocorridas para os homens dessa parte do cerrado. (SANTOS, R.J, 2008, p. 68).

Segundo o mesmo autor:

As festas revelam, também, preocupações, além de sabedorias do cerrado. Uma prática que assegurava a manutenção de níveis de produção, histórica e relativamente, suficientes para ir além das necessidades de comer, vestir, morar, dormir, procriar. Fazer sempre a festa e realizar, por meio dela, um modo de ser. No entanto, reconhece-se que a festa revela costumes desses produtores, embora um tanto modificados, em função das alterações tecnológicas e de infra-estrutura (SANTOS, R. J, 2008, p.84).

A festa como categoria de análise se revela densa e cheia de sociabilidade, pois continua capaz de reunir vários produtores de abacaxi do município e dos municípios limítrofes, fazendo com que ajam trocas de experiências. Isso indica que a festa é um evento que se realiza a partir da comunidade, envolvem pessoas do lugar, com vínculos territoriais, e territorialidades.

[...] as festas tiveram uma forte presença na organização das comunidades rurais, fato que é por demais evidente, haja vista que o envolvimento comunitário das pessoas ocorre no processo produtivo, principalmente na troca de serviços e produtos que se tornam compromissos fortalecidos durante os encontros comunitários (KINN; SANTOS, 2009, p. 59).

O cultivo de abacaxi nasceu vinculado às comunidades rurais. Criou e ampliou os seus vínculos territoriais no município chegando até o sítio urbano. Desse modo, a festa não é uma atribuição de um grupo, mas de um território, envolve vínculos territoriais, pois ela foi fazendo parte da vida dos moradores dos espaços rural e urbano.

Fotografia 24 – Barraca de alimentação enfeitada com o tema da festa – Canápolis 2012.



Fonte: COSTA, Ricardo da Silva, 2012.



Nas décadas de 1960 e 1970, o cultivo do abacaxi foi ganhando importância econômica e política no município, tornando-se respeitável, pois o cultivo gerou e gera vários empregos.

Entre os anos de 2011 e 2012 a festa foi bem representativa daquilo que se produz no município exceto a cana. No parque de exposição Dr. Sandoval Ferreira da Silva, constatamos uma efetivação de decorações dos stands tendo como elemento simbólico a cultura do abacaxi. Certamente a festa não é somente do produtor e para o produtor de abacaxi, mas daqueles que se representam nela exercendo algum tipo de reafirmação, principalmente para aqueles que a partir da festa fortalecem ou (re)estabelecem os seus vínculos territoriais com os lugares. (fotografia 24).

A festa cede espaço para os produtores se mostrarem e apresentarem a sua base produtiva. Nela percebemos que os produtores de abacaxi de Canápolis buscam “novas”<sup>128</sup> formas de cultivo do abacaxi. Na festa o lugar dos produtores aparecem vinculados a um espaço que se moderniza e em ambientes marcados por transformações socioeconômicas que ocorrem rapidamente. Segundo Santos, R. J. (2008):

A festa abriga dimensões de tempo, tem duração. Tem o antes, o durante e o depois. Nas sociedades mais simples a centralidade da festa manifestando-se como direção e sentido de atos, relações, decisões, em suma, de práticas, de políticas, deriva do fato de que tais comunidades administram seu tempo. Fazem-no, certamente, conforme prescrições do mundo ao qual pertencem guardando certa institucionalidade, seja religiosa, seja estatal, mas a comunidade enquanto tal, dona do seu tempo. O tempo é presente – prático; é disto que deriva a centralidade da festa (SANTOS, R. J., 2008, p. 28).

No lugar, pelo fato da festa continuar atrelada às práticas sociais dos produtores de abacaxi ela nos possibilitou ver e analisar as razões pelas quais o cultivo do fruto continua. Assim, foi possível pensar a festa como possibilidade de conhecer mais fielmente as condições de vida dos pequenos produtores de Canápolis.

[...] é neste sentido também que a cultura popular deve ser pensada como cultura, como conhecimento acumulado, sistematizado, interpretativo e explicativo, e não como cultura barbarizada, forma

---

<sup>128</sup> Ao falarmos de novas, estamos falando das tecnologias empregadas para o cultivo do abacaxi.

decaída da cultura hegemônica, mera e pobre expressão do particular (MARTINS, 1989, p.111).

As expressões da cultura rural, dos produtores de abacaxi parecem estar vinculadas à situação social deles no contexto social e histórico<sup>129</sup> do qual fazem parte. Desse modo, a festa apresenta diferentes sujeitos e apartações entre produtores rurais, colocando-se em relevo às mudanças ocorridas é importante que se entenda que esse é o contexto social e espacial que o abacaxi é produzido.

Trata-se de formas de agir e reagir às imposições sociais, as quais se renovam para comparecer na festa e na vida, sempre relacionadas às transformações sociais. Segundo um entrevistado

“no nosso lugar para produzir abacaxi é como jogar na loteria... aqui ninguém garante um nadica de nada. Então não é certeza que a roça vai dar ganho... Então a gente continua e a festa também”<sup>130</sup>

Trata-se de um modo de vida em que as pessoas vão se informando sobre os processos produtivos e formando novas habilidades na relação com o mercado. Assim, a festa propicia a noção e a possibilidade do pequeno produtor em conhecer o mundo e as lógicas sociais pelas quais eles se realizam no lugar e se relacionam com as mercadorias dentro e fora dos seus ambientes produtivos

No momento e no lugar da festa, os produtores de abacaxi, tanto na condição de participantes como consumidores da festa, principalmente nos shows, percebem que eles são responsáveis pela organização da comunidade, das famílias, de uma política de valorização do lugar.

O povo fala da cana, da usina do arrendamento, mas ela não tem a festa. A festa é do abacaxi. Então aqui a gente faz uma lavoura e uma reunião que a cana não faz<sup>131</sup>.

O reconhecimento do diferente vai indicando também uma consciência do lugar, de saberes e fazeres decorrentes de certa disciplina entre seus membros, nas suas relações com a natureza e dos vínculos territoriais dos produtores rurais entre si.

A festa ajuda, nós bastante ela mostra pro resto (canavieiros) que nós apesar de ser piqueno temos uma festa e estamos vivo [...] com a festa nós aprende mais coisa além de troca experiência com os

<sup>129</sup> De forma de produção, ligadas a tradições e a fé.

<sup>130</sup> Entrevistado 3.

<sup>131</sup> Entrevistado 8.

produtor que vem de fora, nós fala de irrigação, de como tampar os fruto, fala um monte de coisa<sup>132</sup>.

Cada um desses saberes e fazeres exige uma demanda significativa de trabalho, tecnologia e recursos financeiros. A produção do abacaxi ocorre capturando elementos da cultura presente no modo de vida das pessoas envolvidas no cultivo da fruta.

Na festa os debates e discursos indicam várias carências sócioprodutivas que precisam de respostas pontuais e capazes de fornecer saídas aos produtores. Quando tratam das imposições tecnológicas e técnicas, elas indicam necessidade de políticas públicas voltadas para aquisição de equipamentos e insumos. Quanto ao acesso a terra, as falas criticam as formas de arrendamento. O comparecimento do poder público anuncia diversas imposições e indisposições em aceita-las e de certa forma principia tolerâncias, quando não há manifestações em refutá-las.

Pra nós que é piqueno e num é dono de terra é difícil tê jeito de pegar um dinheiro emprestado no banco porque os gerente fala que temo que tê garantia pra pegá dinheiro. Também o contrato é só por dois ano aí eles não libera aí a gente tem que se virá pra inveti nas lavoura[...]. Já os usineiro e só liga no banco que já pega dinheiro no é ainda com prazo quase eterno<sup>133</sup>.

Desse modo, a edição anual da festa reúne momentos de reflexão e de posicionamento crítico às imposições e às condições de produção. Contudo, é preciso lembrar sempre que ela decorre de possibilidades construídas no ano que a precede e são alcançadas no individual e no coletivo desses produtores rurais.

Na sua condição de pequenos produtores não estão apenas condicionados ao desenvolvimento das suas forças produtivas e no resultado da sua produção, mas também nas suas capacidades de inventarem ou recriarem novas condições de produção.

A gente planta, mas prá colhê precisa aplicá recurso. Quem não tem recurso tem que inventá, senão, nem planta. Daí você tem que dar aquilo que a planta pede. Na época da seca tem que dá água de um jeito que não quebre a gente<sup>134</sup>.

A aplicação de tecnologia ajuda a compreender a produção obtida nas lavouras, mas não revela a ou as lógicas sociais de reprodução da família do

---

<sup>132</sup> Entrevistado 3.

<sup>133</sup> Entrevistado 5.

<sup>134</sup> Entrevistado 5.



produtor e nem de onde ele retira os recursos para investir. Trata-se de compreendê-los como sujeitos que trabalham e produzem dentro de uma lógica que não é a dominante e, portanto, diferente daquela ou daquelas que o setor sucroenergético opera.

As práticas produtivas do produtor de abacaxi, necessariamente não provoca uma linearização no tempo desses produtores, pois mesmo com as dificuldades que a lavoura de abacaxi proporciona, ele ainda tem tempo livre para outras tarefas. Este fato, ocorre no período em que o abacaxi não demanda de total atenção (quando o abacaxi está em fase de crescimento)

Uma roça de abacaxi dá trabalho até ela virá fruta, depois a gente quase fica a toa. A gente planta, mas não tem sossego. Se a planta precisa de água e a chuva não vêm, a gente é obrigado a irrigar<sup>135</sup>.

O tempo, que antes do uso de tecnologias era empregado pelos produtores para reproduzir os meios de vida não foi totalmente desfeito, embora exista momentos de arrocho, onde se tem a impressão que ele se estende para todo os meses do ano, há condições deles administrarem seu tempo, inclusive para participarem e contribuírem na realização da festa. Isto quer dizer que a festa continua, mas os produtores estão sendo inseridos no mundo da mercadoria.

As relações tradicionais, embutidas nos costumes e nas práticas sociais do camponês, foram sendo percebidas como residuais de tempos pretéritos, mas se estabelecem, neste momento, com fortes vínculos com as suas habilidades produtivas e com o uso dos recursos de suas propriedades, bem como com suas habilidades para receber visitantes (KINN, 2010, p. 34-35).

Contudo, com a manutenção da festa do abacaxi, mesmo que ela se transfira para a cidade, ela permanece vinculada à produção de pequenos produtores de Canápolis. A festa do abacaxi vinda das práticas sociais revela os vínculos territoriais que se processam a partir do lugar e das relações que os produtores são capazes de estabelecer no espaço.

Em incursões á campo no município, identificamos pessoas que não gostam da cana e identificamos também pessoas que preferem arrendar para o abacaxi. Além disso, descobrimos aqueles que gostam tanto da cultura do abacaxi quanto do cultivo da cana. Essa situação aparece na seguinte fala

---

<sup>135</sup> Entrevistado 8.

Aqui no Canápolis ninguém é obrigado a gostar de uma coisa e desgostar de outra coisa. Agora, quando a cana passa veneno com avião aí a gente que vive do abacaxi passa a desgostar da cana, porque o mesmo produto (maturador) que joga na cana é o usado no abacaxi, aí só atrapaia nós <sup>136</sup>

No caso das duas culturas há oposições, pois se trata de diferentes lógicas de produção e de interesses sociais. A questão é que o maturador utilizado na cana-de-açúcar para amadurecê-la é o mesmo utilizado no abacaxi. No entanto, as épocas de maturação não são as mesmas, nem mesmo a quantidade e técnica de aplicação. Essa diferença faz do produtor de abacaxi um sujeito preocupado com aquilo que os outros fazem para linearizarem os tempos de produção, adequando-os às determinações da indústria e do sistema que a sustenta.

A festa neste contexto continua, pois tem uma existência social e torna-se representação de produtores tangenciados pelos interesses do setor sucroalcooleiro. É também uma forma de expressar essas tensões, pois constantemente revela a partir dos seus participantes os seus elementos de fixação e dos vínculos territoriais.

Para esses produtores uma safra e uma festa apesar de não serem iguais, nelas residem as possibilidades de existência e de afirmação de um modo de vida e de produzir os meios de vida. Para um dos entrevistados o evento festa do abacaxi não pode ser explicado por ele mesmo.

Então a festa do abacaxi é um acontecimento que é mais que produzir abacaxi é como dizer que a gente existe. Então é certeza que a tem outra coisa que não é só cana [...] <sup>137</sup>

Desse modo, enquanto existirem produtores que aceitem, questionem e se posicionem frente as imposições de várias ordens para produzir abacaxi, essa cultura continuará nutrindo as famílias produtoras e possivelmente a festa. O abacaxi como cultura vai continuar fazendo parte da paisagem e da economia do município, pois, produto e pequenos produtores também conseguem coexistir perante os investimentos realizados pelo setor sucroalcooleiro.

---

<sup>136</sup> Entrevistado 3.

<sup>137</sup> Entrevistado 3.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação teve como objetivo compreender as transformações provocadas pela expansão da cana-de-açúcar sobre os pequenos produtores de abacaxi do município de Canápolis. Tendo como recorte temporal o período que abrange desde a formação do município até a consolidação dos sistemas produtivos adotados para reproduzirem os capitais investidos no setor sucroenergético.

Trata-se de um trabalho que permitiu identificar como e por que das grandes lavouras de cana-de-açúcar compõem a paisagem do município de Canápolis. Também nos proporcionou elaborar um entendimento das mudanças nas formas de produção. Sem dúvida a expansão das lavouras de cana-de-açúcar modificou o espaço rural do município. Atingiu e tencionou o modo de vida dos produtores de abacaxi, mas não os excluiu do espaço produtivo do município. A sua existência ocorre em um contexto de profundas transformações.

Transformações estas que continuam influenciando o preço da terra e penalizando aqueles que produzem em pequena escala, fazendo com que os custos de produção se elevem, criando nos produtores reações e práticas diferentes do seu modo de vida. No conjunto eles vão se tornar sujeitos que vão privilegiar a técnica e o conhecimento pretérito, mas dificilmente vão continuar reconhecendo-se nos seus lugares e entorno, pois fundamentalmente ocorre certo estranhamento, renúncias ou mesmo aceitação das imposições, principalmente tecnológicas e de mercado.

No campo a observação da paisagem indicou alterações em suas formas indicando que nesta condição elas reúnem especificidades temporais e estruturas diferentes daquelas oriundas da pecuária e do cultivo do abacaxi. No conjunto, a cana-de-açúcar tenciona nos lugares existências de modos de vida particulares, alterando os seus conteúdos, suas práticas, seus projetos, símbolos e significados.

Percebemos no campo que as mutações das paisagens envolvem grandes grupos do setor sucroalcooleiro, os quais têm em mente a apenas a remuneração dos capitais investidos, o lucro. Essa situação gera consequências desestruturantes

para aqueles que dependem dos contratos de arrendamento para terem acesso aos recursos naturais, como é o caso dos pequenos produtores de abacaxi.

Contudo, isso não garante a reprodução dos sujeitos produtores de abacaxi, pois além do arrendamento há outros problemas, como por exemplo, a falta de recursos, para continuarem produzindo. Em alguns casos o uso de maturadores nas lavouras de cana-de-açúcar por aviões, em momentos em que o fruto não se encontra totalmente desenvolvido, tem gerado alteração no resultado das safras, atrapalhando assim a vida dos pequenos produtores.

Na essência desse processo de reocupação descobrimos que, os investimentos não chegaram de uma hora para outra no município de Canápolis, mas foram fomentados a partir de políticas públicas voltadas para a agricultura desde a década de 1960. Assim percebemos um erro de direcionamento dessas políticas, pois foram planejadas para a agricultura e não para as questões agrárias.

Assim entendemos os porquês que cada vez mais os pequenos produtores ficam a margem dos incentivos governamentais. Em verdade, o governo investe em melhoramentos genéticos, infraestrutura, insumos, maquinários e mesmo na aquisição de terras. Contudo racionaliza a condução desses investimentos, pois dificilmente considera o lugar e as suas demandas específicas.

Deixando o lugar e as suas demandas em situação de marginalização. Nesta lógica aqueles produtores de abacaxi dificilmente receberão atenção do estado. Isso tudo indica a necessidade de rever as políticas públicas e voltá-las para quem realmente vive da terra e continua produzindo riqueza fora dos grandes investimentos, ocasionando situações insustentáveis para uma massa de produtores rurais residentes ou não do campo, como no caso do município de Canápolis.

Com a saída dos pequenos produtores ou mesmo com a mudança da produção de gado ou de lavoura de abacaxi para lavouras de cana, muitas comunidades deixaram de existir ou tiveram suas escolas fechadas por falta de alunos. Neste aspecto é necessário assinalar que o estado investiu na industrialização da agricultura, mas deixou de fora da pauta política muitas questões sociais do espaço rural.

No espaço rural do município apesar dos altos investimentos realizados pelos canavieiros, os quais compraram e arrendaram muitas áreas no município, não conseguiram desalojar todas as pessoas do campo. Os pequenos produtores continuam existindo e nesta existência particular e específica, buscam formas para obter renda e permanecer no lugar. Como foi identificado ao longo da pesquisa, o pequeno produtor não se realiza produtivamente em apenas um produto, ele faz um consócio de produtos.

Nesta variedade de produção realizada pelo pequeno produtor, foi encontrado: pecuária e abacaxi; abacaxi e hortaliças; abacaxi e Cachaça. Já a cachaça, compreendemos ser um produto que lhes permite realizar uma espécie de “poupança”. O pequeno produtor, a partir dela, em estoque, propicia um produto que facilmente pode virar dinheiro e não tem prazo de validade.

Trata-se de um produto que pode ser estocado para ser usado quando necessário. Assim, o produtor deixa a cachaça guardada de uma safra para outra ou por longos períodos, para que a cachaça envelheça, com isso, o produtor tem sua renda ampliada. Esse produto é interessante economicamente, pois quanto mais tempo passa, mais o produto fica com mais bom gosto e melhor aroma, e assim consegue uma melhor remuneração no mercado.

Estocada durante um período, o produtor pode vender a cachaça e empregar o dinheiro na propriedade. Assim, a cachaça, proporciona renda à propriedade até o momento de realização da safra do abacaxi.

A pecuária também é muito importante, já que ela a partir do leite garante fluidez monetária, pois se trata de uma renda mensal que o produtor pode contar. Nesta atividade, além do leite tem-se o bezerro para venda e também pode obter a carne para o consumo.

No entanto, mesmo tendo um produtor familiar que diversifica a produção e que dela constrói as suas estratégias, compreende-se que o processo de reprodução do capital sucroenergético vem gerando tensões de difícil solução para os pequenos produtores. Percebemos que, no preparo da terra para o cultivo da cana-de-açúcar, a paisagem é alterada. Em alguns casos, a cana faz com que os sujeitos que viviam na área rural, saiam do campo, com isso ocorre a redefinição

das práticas socioculturais. Constatamos que os produtores que permanecem no campo, apresenta limites tecnológicos, na sua força de trabalho e na área que dispõe para continuar produtivo e existindo como pequeno produtor familiar. Tais problemas constituem-se no ponto central das tensões e da possível desistência desse tipo de atividade desse pequeno produtor.

Identificou-se também, que o abacaxi passou a ter menos área disponível para o cultivo, pois muitas das terras onde antes era cultivado o fruto foram arrendadas e transformadas em lavouras de cana-de-açúcar. Contudo, em Canápolis os pequenos produtores conseguiram continuar produzindo e comercializando o fruto.

A permanência do cultivo do abacaxi se revela importante para o município e em relação às outras frutas ou outros cultivos ele se destaca devido a sua manutenção estar implicada em representações de várias temporalidades e lógicas sociais que coexistem no processo de monocultura da cana-de-açúcar.

As áreas ocupadas pelo abacaxi são pequenas, mas possuem fertilidade natural superior aquelas em que se encontram as lavouras de soja e /ou cana-de-açúcar. Constatamos que essas áreas são “perseguidas” pelos usineiros.

O cultivo do abacaxi exige áreas que ofereçam recursos hídricos para irrigação, o que vai acarretar menos preocupações aos pequenos produtores. Essas características aliadas aos bons contratos de arrendamentos podem render aos produtores de abacaxi, rendimentos acima da média.

Outro fator importante decorrente da manutenção do cultivo do abacaxi é a possibilidade de promover a identidade do município tendo o cultivo como referência. Essa situação se confirma quando salientamos o slogan que se cunhou a partir do abacaxi, “aqui se produz o melhor abacaxi do Brasil”. Outro aspecto dessa identidade cunhada a partir do fruto aparece na escultura criada na rodovia BR 153, uma das mais movimentadas do país.

Essa situação de produzir identidades vinculando a um produto não é fato novo, mas recorrente na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, como

são os casos de Patos de Minas que associou o cultivo do milho a sua principal festa, Araguari com o café, Uberaba com o gado bovino da raça Zebu.

São ações que governos locais junto com as classes dominantes, que necessariamente nem precisam praticar uma dessas atividades, se juntam para constituir força política, expressando ou mesmo associando uma força econômica e política para fixação de identitárias nos municípios.

Essa “força” identitária pode ser observada na forma de simbolismos espalhadas pelos municípios, no caso de Canápolis as placas, as esculturas, bem como a própria festa. A qual ao nosso ver propicia a divulgação do município em todo o território nacional, mostrando a força dos produtores de abacaxi.

Quanto à festa, ela é importante e cabe destacar que na sua realização reúnem-se diferentes sujeitos sociais. Cada um ao seu modo participa dos festejos, apresenta e defende os seus interesses. Nela encontramos o dono de terra, o produtor rural, pequeno ou grande, o lojista, o dono de cartório, o funcionário público, o vendedor de produtos agrícolas, dentre outros sujeitos sociais, menos o usineiro, já que esse não participa da vida local.

Os donos de terras tratam o arrendamento como uma forma de viver de renda. Essa situação é funcional e simbólica e tanto faz alugar as suas áreas para o cultivo da cana ou para o abacaxi. Geralmente poucos proprietários definem suas preferências. São pessoas que ao lançarem mão do arrendamento para obterem renda exercem domínio sobre o território, tanto para se apropriar de parte da riqueza produzida, quanto para reproduzir seus “poderes” sobre aqueles que não têm terra e nem condições para competir com os usineiros.

Vimos que, a festa apresenta um movimento, o qual resulta das transformações do cotidiano dos produtores de abacaxi. Transformações as quais se revelam como tensões que em certas situações podem se constituir em oposição entre donos de terra, entre produtores rurais e usineiros.

Por fim, conclui-se que a expansão das lavouras de cana-de-açúcar, fez com que os pequenos produtores, sofressem uma mudança tanto territorial quanto social, logo que a cana adentrou em seus territórios. Neste processo ocorreram

adequações e mudanças nos acessos aos meios de produção. Continuar produzindo e vivendo no campo implica em vários desafios. Assim, o que observamos no campo são pequenos produtores que ao continuarem produzindo reelaboram seus enraizamentos na propriedade reafirmando os seus vínculos territoriais e seus modos de vida, fazendo com que a produtividade se mantenha em um mesmo nível ou até mesmo aumentando, graças aos saberes desses produtores que associados às técnicas disponíveis e acessíveis, produzam resultados que neste estudo nos ajudaram a compreender a sua permanência na área rural de Canápolis.



## REFERÊNCIA

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 14724:2011**.

ABNT. **ABNT NBR ISO 14001**. Disponível em: <http://www.abnt.org.br>. Acesso dia 05/06/2014

ALMEIDA, Maria Geralda. Fronteiras, Territórios e Territorialidades. **Revista da ANPEGE**, ano 2, n.2, Fortaleza - CE, 2005.

**BANCO CENTRAL DO BRASIL**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?CREDRURAL>.

**BANCO DO BRASIL**. Evolução Histórica do Crédito Rural. Revista de Política Agrícola, ano XIII, n. 4, Out/Nov/Dez 2004. Disponível em: [http://www.agronegocios-e.com.br/agr/down/artigos/Pol\\_Agr\\_4\\_Artigo\\_02.pdf](http://www.agronegocios-e.com.br/agr/down/artigos/Pol_Agr_4_Artigo_02.pdf).

BARRETO, Gilsa Rojas. Condomínios de empregadores rurais e a produção canavieira no oeste do Estado de São Paulo. **Anais** do III Simpósio de pós-graduandos em sociologia USP, UNESP, UNICAMP, UFSCar, UFRJ, UFPR, PUC-SP, 2010. Disponível em: [http://www.fflch.usp.br/ds/posgraduacao/simpósio/m\\_6\\_Gilsa.pdf](http://www.fflch.usp.br/ds/posgraduacao/simpósio/m_6_Gilsa.pdf). Acesso em: 25/06/2014

BENEVIDES, Neil Giovanni Paiva. **Relações Brasil - Estados Unidos no setor de energia**: do mecanismo de consultas sobre cooperação energética do memorando de entendimento sobre biocombustíveis (2003-2007). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **O poder do simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Editora Difel, Lisboa – Portugal, 1989.

**BRASIL**. Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 de fev. 1965.

BURGOS, Marcelo Baumann. Cidade, Territórios e Cidadania. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 48, no 1, 2005, pp. 189 a 222.

**CASA DE CULTURA DE CANÁPOLIS**. Histórico do município de Canápolis-MG. 2012.

CASTRO, Margareth. Alcool e açúcar no Triângulo. **Revista negócios**. Disponível em: <http://www.revistanegocios.com.br/imprime.asp?tp=0&nt=599&cat=41>. Acesso em: 10/03/2014

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Paisagem cultural e sustentabilidade** / organização de Leonardo Barci Castriota – Belo Horizonte: IEDS; UFMG, 2009. 233 p.; il.

**CEPAC**. O que é Sequestro de carbono. Disponível em: [http://www.pucrs.br/cepac/?p=sequestro\\_carbono](http://www.pucrs.br/cepac/?p=sequestro_carbono). Acesso em 03/03/13

COSTA, Wanderley M. **Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder**. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CHALITA, Marie Anne Najm. SILVA, César Roberto Leite da. **Cachaça: desempenho comercial e qualidade de uma bebida genuinamente brasileira**. Textos para Discussão TD-IEA nº 21/2010. Disponível em: <ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/td/td-21-2010.pdf> acessado em: 14/11/2013

CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**. Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta; Margareth de Castro Afeche Pimenta. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

CLAVAL, Paul. "A volta do cultural" na Geografia. **Mercator** - Revista de Geografia da UFC, ano 01, número 01, 2002.

CLEPS JR., J. DINÂMICA E ESTRATÉGIAS DO SETOR AGROINDUSTRIAL NO CERRADO: O CASO DO TRIÂNGULO MINEIRO. **Tese de doutorado**. Rio Claro: IGCE/UNESP, 1998. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/teses.html> acessado em: 01/02/2013.

DIAS. Patrícia Regina Corrêa. Ritos e Rituais - Vida, Morte e Marcas Corporais: A importância desses símbolos para a sociedade. **VIDYA**, v. 29, n. 2, p. 71-86, jul./dez., 2009 - Santa Maria, 2010. Disponível em: [http://sites.unifra.br/Portals/35/Artigos/2009/vol\\_2/ritos.pdf](http://sites.unifra.br/Portals/35/Artigos/2009/vol_2/ritos.pdf). Acessado em 25/01/2014.

DELGADO, Guilherme, Costa. Mudança técnica na agricultura, constituição do complexo Agroindustrial e política tecnológica recente. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, 2 (1): p. 79-97, jan./abr. 1985. Disponível em: <http://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/9249/5283>. Acessado em 25/01/2013.

**EMBRAPA**. Circular Nº 33, Sistema de produção para o algodão herbáceo. EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. EMGOPA - Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária. Secretaria da Agricultura do Estado de Goiás. Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Goiás. AGOSTO, 1975.

ERTHAL, Rui. Os complexos agroindustriais no Brasil - Seu papel na economia e na organização do espaço. **Revista Geo-paisagem** (on line) ISSN Nº 1677-650 X, Ano 5, nº 9, Janeiro/Junho de 2006. Disponível em: [http://www.feth.ggf.br/complexos.htm#\\_ftn2](http://www.feth.ggf.br/complexos.htm#_ftn2) . Acessado em: 24/01/2013

FERNANDES, Bernardo Mançano. Agronegócio nas Américas: O mito do desenvolvimento e a resistência do campesinato. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina** – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de Territórios. SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. IN: SAQUET, M. A. SPOSITO, E. S. (Orgs). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. Expressão Popular: UNESP Programa de pós- graduação. São Paulo, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio M. (Ed). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

GEHLEN, Ivaldo. **Pesquisa, tecnologia e competitividade na agropecuária brasileira**. Sociologias, Porto Alegre, ano 3, nº 6, jul/dez 2001, p. 70-93. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n6/a05n6.pdf>. Acessado em: 01/02/2013.

GOBBI, Wanderléia Aparecida de Oliveira. Modernização agrícola no Cerrado Mineiro: Os programas governamentais da década de 1970. **Caminhos de Geografia** 9(11)130-149, Fev/2004. Disponível em: <http://www.agrolink.com.br/downloads/80148.pdf>. Acesso em: 25/05/2014

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1996.

HAESBAERT, R. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina** – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. 2º Ed. São Paulo: Contexto, 2006.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Bertrand Brasil, 2ª edição, Rio de Janeiro, 2006.

HEIDRICH, A. L. “Territorialidades de inclusão e exclusão social” In: REGO, N.; MOLL, J.; AIGNER, C. (Orgs.) **Saberes e práticas na construção de sujeitos e espaços sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 21-44.

HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. Trad. de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. Trad. de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

HILST, Sergio de Mattos. Gestão e Hipertransitoriedade na Pós-modernidade. **Tese de Doutorado**. – Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2010. Disponível em: <http://www.sage.coppe.ufrj.br/index.php/publicacoes/teses/2010/19-sergio-de-mattos-hilst-abril2010/file>. Acessado em: 01/02/2013.

HOBBSBAWM, E. J. **A era das revoluções 1789-1848**. Trad. Maria Tereza Lopes Peixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro, Paz e Temi, 1977.

HUNGRIA, Mariangela. CAMPO, Rubens José. MENDES, Iêda Carvalho. **Fixação biológica do nitrogênio na cultura da soja**. Londrina, PR, EMBRAPA soja, 2001. Disponível em: <http://www.agrosustentavel.com.br/downloads/fbn.pdf> acesso dia 05/11/2013.

JESUS Luiz Carlos Faria de. A Ocupação dos Cerrados - O POLOCENTRO e seus impactos em Minas Gerais. **Monografia** apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP. Campinas, SP - 1988.

KINN, Marli Graniel. Lugares e Territórios camponeses em iniciativas turísticas: os usos dos espaços no entorno dos lagos das hidrelétricas Amador Aguiar I e II – Triângulo Mineiro -MG. **Tese de Doutorado**. – São Paulo: USP, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-06062011-172324/pt-br.php>. Acessado em: 01/03/2013.

KINN, M. G; SANTOS, R. J. Festas: Tradições Reinventadas nos Espaços Rurais dos Cerrados de Minas Gerais. **ESPAÇO E CULTURA**, UERJ, RJ, N. 26, P. 58-71, JUL./DEZ. DE 2009. Disponível: [http://www.nepec.com.br/Rosselvelt%20Kinn%20\\_espa%C3%A7o\\_e\\_cultura26.pdf](http://www.nepec.com.br/Rosselvelt%20Kinn%20_espa%C3%A7o_e_cultura26.pdf) Acessado em: 14/09/2013.

LAKATOS, Eva M. e MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1985.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Tradução Alcides João de Barros. Editora Ártica, São Paulo, 1991.

LEÃO, Marília. **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2013.

LEITE, Rodrigo Peixoto. Painel de automóveis populares: o design do cluster de direção sob o aspecto da ergonomia. **Dissertação (mestrado)**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Departamento de Artes e Design, 2006. Disponível em: <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas>. Acesso em 02/01/2013.

LIMA, Solange Terezinha de. Geografia e literatura: alguns pontos sobre a percepção de paisagem. **Geosul**, Florianópolis, v. 15, jul/dez, p. 7 – 33, 2000.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. **O Triângulo Mineiro, do Império à República: o extremo oeste de Minas Gerais na transição para a ordem capitalista (segunda metade do século XIX)**. Uberlândia, EDUFU, 2010.

MACHADO, Fulvio de Barros Pinheiro. Brasil, a doce terra – História do Setor. **EMBRAPA**. Disponível em: [http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio](http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/historia_da_cana_000fhc62u4b02wyiv80efhb2attuk4ec.pdf)

/historia\_da\_cana\_000fhc62u4b02wyiv80efhb2attuk4ec.pdf. Acesso em 02/02/2014.

MARTINS, José de Souza. **A caminhada no chão da noite. Emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MARTINS, José de Souza. Reforma agrária o impossível diálogo sobre a História possível. Revista de Sociologia **Tempo Social**; USP. São Paulo, 11(2): 97-128, out. 1999 (editado em fev. 2000).

MARQUES, Luana Moreira. A FESTA EM NÓS: fluxos, coexistências e fé em Santos Reis no Distrito de Martinésia – Uberlândia/MG. **Dissertação de mestrado**. Apresentado no instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2011. Disponível em: [http://www.ppgeo.ig.ufu.br/sites/ppgeo.ig.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/Dissert\\_A\\_FESTA\\_EM\\_NOS.pdf](http://www.ppgeo.ig.ufu.br/sites/ppgeo.ig.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/Dissert_A_FESTA_EM_NOS.pdf). Acessado em: 24/05/2014

MINAS GERAIS. **Código Florestal Mineiro** Lei Nº 20922 DE 16/10/2013. Disponível em: [www.valmont.com.br/.../mkt/Codigo\\_Florestal\\_Mineiro\\_Lei\\_20922.pdf](http://www.valmont.com.br/.../mkt/Codigo_Florestal_Mineiro_Lei_20922.pdf). Acesso em 11/12/2013.

MATOS, Patrícia Francisca. PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território. **Geo UERJ** - Ano 13, nº. 22, v. 2,

2º semestre de 2011 p. 290-322 - ISSN 1981-9021. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj>. Acesso em 11/12/2013.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. THOMAZ JÚNIOR, Antonio. A modernização da agricultura nas áreas de Cerrado em Goiás (Brasil) e os impactos sobre o trabalho. **Investigaciones Geográficas**, Boletín 55, 2004.

MESQUITA, Livia Aparecida Pires de. MENDES, Estevane de Paula Pontes. Modernização da agricultura e formação dos Complexos Agroindustriais. **XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária**, São Paulo, 2009, pp. 1-17. Disponível em:

[http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Mesquita\\_LAP.pdf](http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Mesquita_LAP.pdf). Acesso em 27/01/2014.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, G. C. **Práticas camponesas e produção do território na paróquia de Santa Cruz – Mogi Mirim/SP**. Anais 1º Simpósio de pós-graduação em Geografia do estado de São Paulo Simpgeo: Rio Claro, 2008.

RODRIGUES JÚNIOR, Hélio de Souza. **A polêmica em torno da necessidade ou não de uma definição do que seja “trabalho escravo”**. disponível em: [http://www.pgt.mpt.gov.br/publicacoes/escravo/texto\\_helio.pdf](http://www.pgt.mpt.gov.br/publicacoes/escravo/texto_helio.pdf). Acesso em 7/05/2014.

ROSENDAHL, Zeny. Território e territorialidade: uma perspectiva geográfica para o estudo da religião. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina** – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/38.pdf>. Acessado em: 05/04/2014

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. Expressão popular, São Paulo, 2007.

SAQUET, M. A. **Por uma abordagem territorial**. IN: SAQUET, M. A. SPOSITO, E. S. (Orgs). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. Expressão Popular: UNESP Programa de pós- graduação. São Paulo, 2009.

SAQUET, M. A. CAMPO-TERRITÓRIO: considerações teórico-metodológicas. **Revista Campo-Território Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 60-81, fev. 2006.

SAQUET, M. A. **Proposições para estudos territoriais**. Revista *GEOgrafia*– Ano VIII -N.15 -2006b p 71-85.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal**. 18ª ed. Rio de Janeiro, Record, 2009.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, R. J. **Gaúchos e Mineiros do Cerrado**: metamorfoses das diferentes temporalidades e lógicas sociais. EDUFU, Uberlândia, 2008.

SANTOS, R. J. Pesquisa empírica e trabalho de campo: Algumas questões acerca do conhecimento geográfico. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, jan/dez 1999, pag. 111-125.

SANTOS, R. J. (Re) Ocupação do cerrado: Novas gentes, outras identidades. IN: ALMEIDA, Maria Geralda, CHAVEIRO, E. F. BRAGA, H. C. (orgs). **Geografia e Cultura os lugares da vida e a vida dos lugares**. Impresso no Brasil, Goiânia, 2008b .

SANTOS, R. J. ; KINN, Marli Graniel ; SOUZA, Edevaldo Aparecido . **Os grandes projetos de investimentos capitalistas no cerrado mineiro e os conteúdos humanos das paisagens**. In: VIII SIMGEO, 2010, Quirinópolis. Anais do VIII Simgeo. Quirinópolis : Universidade estadual de Goiás, 2010. v. 1. p. 1-14.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. Territórios do Uso: Cotidiano e Modo de Vida **Cidades**, UNESP – Presidente Prudente. v. 1, n. 2, 2004, p. 181-206. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/viewFile/476/506>. Acessado em: 14/09/2013.

**Secretaria do Estado e Desenvolvimento Econômico do Governo de Minas Gerais**. Governo garante investimento de R\$ 1bi no setor sucroalcooleiro. Reportagem Junho de 2008. Disponível em :<http://www.sede.mg.gov.br/pt/component/gmg/story/399-governo-garante-investimento-de-r-1bi-no-setor-sucroalcooleiro>. Acesso em 7/01/2013.

SILVA, Aldo Aloísio Dantas da. Monbeig, paisagem e geografia estigmática. **Mercator** – Revista de Geografia da UFC, ano 01, n. 02, 2002.

SILVA, Nathalie Ribeiro. Caracterização do regime climático regional: uma análise dos parâmetros de temperatura, precipitação e balanço hídrico do Triângulo Mineiro – MG. **Monografia** apresentada no Instituto de Geografia da Universidade Federal DE Uberlândia . Uberlândia, 2010. Disponível em: [http://www.geografiaememoria.ig.ufu.br/downloads/nathalie\\_ribeiro\\_silva.pdf](http://www.geografiaememoria.ig.ufu.br/downloads/nathalie_ribeiro_silva.pdf). Acesso em 14/09/2013.

SOUZA, Edevaldo Aparecido. O território e as estratégias de permanência camponesa da comunidade Pedra Lisa no processo de expansão das lavouras de cana-de-açúcar, em QUIRINÓPOLIS/GO. **Tese (doutorado)** – Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2013.

SOUZA, E. A. SANTOS, R. J. A espacialização da cana-de-açúcar e as transformações dos modos de vida tradicionais do cerrado. IN Anais XI – **ERE GEO – Simpósio Regional de Geografia**, “A geografia no centro-oeste Brasileiro: passado, presente e futuro. UFG - Jataí GO, 2009.p 1041-1052.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do medo**. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: UNESP, 2005.

THOMPSON, E. P. **A miséria da Teoria - Ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

VERDUM, Roberto. Perceber e conceber paisagem. In: VERDUM, Roberto; VIEIRA, Lucimar de Fátima dos Santos; PINTO, Bruno Fleck; SILVA, Luís Alberto Pires. **Paisagem**: leituras, significados e transformações. Porto Alegre; Editora da UFRGS, 2012.